

Universidade de Évora
Escola de Ciências Sociais

***A Emigração Clandestina na Europa nos anos
1960: o caso do Baixo Alentejo***

Tese para obtenção do Grau de Mestre em Estudos Históricos Europeus

Domingas Maria Valentim Chaparro

Sob a Orientação de
Professor Doutor Hélder Adegar Fonseca

Évora, 2013

**Universidade de Évora
Escola de Ciências Sociais**

***A Emigração Clandestina na Europa nos anos
1960: o caso do Baixo Alentejo***

Tese para obtenção do Grau de Mestre em Estudos Históricos Europeus

Domingas Maria Valentim Chaparro

Sob a Orientação de
Professor Doutor Hélder Adegar Fonseca

Évora, 2013

RESUMO

A Emigração faz parte da história nacional. Durante longas décadas, Portugal foi considerado um povo de emigrantes. Todavia, uma análise da História nacional permite-nos depreender, que o ciclo emigratório foi sofrendo alterações, concretamente no que diz respeito ao destino escolhido pelos milhares de portugueses, que, por vicissitudes várias resolveram num dado momento das suas vidas, abandonar o nosso país.

A data de 1960 marca o início de uma nova fase do processo emigratório. Este fenómeno começa a apresentar novos contornos. A Europa, em detrimento da América, passa a ser o destino escolhido. Contudo, dos milhares de habitantes que saíram do nosso país, muitos fizeram-no de forma ilegal. Numerosos foram aqueles que na ânsia de uma vida melhor, se aventuraram em atravessar as fronteiras de forma ilegal, ou *salto*, expressão muito utilizada na época para descrever a emigração clandestina.

No Baixo Alentejo, a emigração clandestina foi o recurso para muitos. As terras fronteiriças como Vila Verde de Ficalho foram a porta de saída para muitos emigrantes clandestinos.

Nesta dissertação, pretendemos então reconstruir algumas redes de migração clandestinas que atuaram no Baixo Alentejo, na década de 60 do século passado.

Palavras- Chave: Emigrante Clandestino; Engajador/Passador.

The Illegal Emigration in the 1960's, in Europe: The particular case of Baixo Alentejo

ABSTRACT

Emigration is part of national history. For long decades, Portuguese people were considered a people of emigrants. However, an analysis of National history allows us to infer that the migratory cycle was suffering alterations, specifically regarding the destination chosen by thousands of Portuguese, who, due to several vicissitudes decided, at some point in their lives, to abandon our country.

The date of 1960 marks the beginning of a new phase of the emigration process.

This phenomenon starts then to present new shapes. Europe, instead of America, becomes the chosen destination. Nevertheless, the thousands of people who left our country, many did so illegally. There were many who in their eagerness for a better life, venture to cross the borders illegally, or **jump**, expression much used at the time to describe illegal emigration.

In Baixo Alentejo, illegal emigration was a resource for many. The borderlands as Vila Verde de Ficalho, were the gateway for many illegal immigrants.

In this dissertation will then describe the profile of illegal immigration networks that operated in Baixo Alentejo, in the 60's of last century.

Keywords: Illegal Emigrant; Engajador/Passador.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, pelo apoio e incentivo que sempre me deram.
Foram eles que me tornaram na pessoa que hoje sou.

Agradeço em especial ao meu namorado pelo carinho e apoio demonstrados.

AGRADECIMENTOS

Felizmente no decorrer na elaboração desta tese de mestrado contei com o apoio de diversos amigos e colegas, pelo que desde já lhes agradeço.

Ao meu orientador, Senhor Professor Catedrático Hélder Adegar Fonseca, que pela sua disponibilidade, sabedoria e conhecimento científico tornou exequível este estudo.

Ao senhor Bento Calado, que me deu a conhecer a sua História de *Emigrante a Salto*.

Por último aos Professores Carlos Sanz Díaz e Sandro Rinauro pela disponibilidade demonstrada no esclarecimento de algumas dúvidas e envio de documentação.

ÍNDICE

RESUMO	3
ABSTRACT.....	4
DEDICATÓRIA.....	5
AGRADECIMENTOS.....	6
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: <i>A Emigração Clandestina como Objeto Historiográfico</i>	15
CAPÍTULO 2: A emigração portuguesa no contexto internacional (europeu). O caso do Baixo Alentejo.....	23
CAPÍTULO 3: As redes de emigração clandestina	27
3.1. Os Agentes das Redes de Emigração Clandestina no Baixo Alentejo... ..	28
3.2. Organização e itinerário das Redes de emigração a operar no Baixo Alentejo.....	39
3.2.1. Quem organiza as Redes.....	40
3.2.2. O itinerário.....	45
3.2.3. Custos da Emigração Clandestina.....	46
3.3. O perfil social do emigrante clandestino.....	49
3.4. Mecanismos de Combate à Emigração Clandestina.....	50
CAPÍTULO 4. Um salto para França: A História de Bento Calado (1964-1971)	54

CONCLUSÃO.....	57
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	61
ANEXOS.....	68
Anexo I: Processos Judiciais analisados (transcrições parciais)	69
Processo 1 (1965)	69
Processo 2 (1966)	108
Processo 3 (1969)	116
Processo 4 (1974)	124
Anexo II: Grelha de Análise dos Processos Judiciais.....	126
Anexo III: CALADO, Bento: <i>O Salto para França</i> ,2007 (original dactilografado, não publicado): extratos.....	132

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	25
Figura 2.....	29
Figura 3.....	31
Figura 4.....	46
Figura 5.....	51

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro A.....24

INTRODUÇÃO

A partir de 1950 inicia-se uma viragem na História do nosso país, concretamente no que respeita à dinâmica política interna. De acordo com Vítor Pereira “a emigração foi o fator isolado, que mais terá contribuído para a democratização da sociedade portuguesa” (PEREIRA,2009:472).

O fenómeno emigratório não é como sabemos, um particularismo da sociedade portuguesa, uma vez que nós tão-somente seguimos, as pegadas dos restantes países do sul europeu empobrecido.

Este é um estudo sobre as migrações de trabalho clandestinas na Europa dos anos 1960s, centrando-se em particular no caso do Baixo Alentejo (Portugal) como “bacia de recrutamento” de emigrantes com destino a outros países da Europa.

Os anos de 1960 foram aqueles em que claramente ocorreu uma explosão da emigração portuguesa rumo à Europa. Compreende-se então, que tenha sido a partir dos anos 70 que começaram a surgir os primeiros estudos a abordar a emigração clandestina, porém de uma forma quantitativa.

No plano académico, o tema da **Emigração portuguesa com destino à Europa**, tem sido densamente estudado pelo conjunto das ciências sociais. Como notou recentemente Marta Nunes Silva, “*têm-se abordado [especialmente] a emigração de um ponto de vista económico e social*” (SILVA,2008:1). Na verdade, o tema tem merecido uma particular atenção no que se refere à dimensão demográfica do fenómeno, às origens sociais dos emigrantes e ao impacto económico da emigração, como ilustram em estudos desenvolvidos por António Barreto (1976), Maria Baganha (1991), Bandeira (2006), Jaime Reis (2001) e João Peixoto (2007).

Vítor Pereira (2004 e 2009), dá a conhecer qual a posição do Estado face ao fenómeno da emigração clandestina.

Quanto ao funcionamento das redes clandestinas, será Marta Silva (SILVA, 2008) quem dará o primeiro passo para a compreensão do funcionamento das redes clandestinas de emigração a operar no norte do país. Situando-se no arco temporal de 1961 a 1975, e com base em processos judiciais e fontes orais, a autora reconstruiu uma rede de emigração clandestina. Uma abordagem similar seguiu Joaquim Castro, em *Os efeitos do vaivém da emigração continental: um estudo de caso em Melgaço* (CASTRO,2008).Em ambos os estudos, o fenómeno da emigração irregular ou clandestina é caracterizado a partir da experiência do norte do país.

Estes estudos portugueses (SILVA,2008; CASTRO,2008) integram-se numa agenda de investigação que tem compreendido outras experiências de emigração clandestina na Europa do sul. Como exemplo temos o autor italiano Sandro Rinauro onde na obra *Il cammino della speranza* (2009), retrata a experiência de um emigrante clandestino italiano.

Esta dissertação pretende caraterizar o funcionamento de algumas das redes de emigração clandestinas que operaram no Baixo Alentejo, durante os anos 1960's, enquanto os estudo acima citados (Marta Silva e Joaquim Castro) centram-se na caraterização das redes clandestinas de emigração do norte do país.

Ao longo deste estudo, centra-se a investigação na caracterização das redes de emigração clandestina, em funcionamento entre 1960-1975 na região sul do País (Baixo Alentejo).Para realizar a caracterização das redes, tornar-se-á necessário de responder a questões como: quantos elementos constituíam habitualmente uma rede? Qual o percurso que era feito? Quais as características dos engajadores? Quais as verdadeiras razões que estavam por detrás do recurso à clandestinidade? De que forma se realizava a passagem da fronteira luso-espanhola? Qual o contributo dos espanhóis para o sucesso da emigração clandestina no Baixo Alentejo?

Adotamos uma estratégia qualitativa, mas à semelhança de outros estudos já realizados sobre este tema, também durante esta investigação houve limitações do foro metodológico. Durante o processo de recolha de fontes, só nos foi possível encontrar registos daqueles que devido ao infortúnio, acabaram por ser detidos pelas autoridades. Deste modo, as fontes a utilizar resultam de processos instaurados a pessoas, que foram detidas aquando da tentativa de saída de Portugal. Assim, e tal como mencionou Marta Silva (Silva,2008:9) no seu estudo: *“há que ter dupla atenção na análise e crítica das fontes”* pois desconhecemos as circunstâncias em que os réus foram inquiridos.

Será também utilizado o relato escrito do senhor Bento Calado, que na década de sessenta recorreu à clandestinidade para poder realizar um sonho: conseguir uma vida melhor além-fronteiras.

O tema emigração foi e continua a ser bastante discutido. Contudo, quando pensamos numa emigração clandestina, o panorama altera-se. Entre os vários autores que se dedicaram ao estudo do fenómeno emigratório, preexistiu durante décadas, uma característica comum: descrever o fenómeno como um movimento demográfico. Em 1974 António Barreto e Carlos Almeida, fazem a primeira abordagem ao movimento emigratório clandestino da década de 60 do século passado. Todavia, o seu estudo (ALMEIDA,1974) somente se pode verificar o número de emigrantes que saíram de Portugal quer de forma legal e assistida, como de forma ilegal.

No decorrer desta dissertação irão sobressair alguns conceitos. Será então tarefa fundamental proceder antes de mais a uma explicitação, daqueles que foram demarcados como os mais relevantes.

Emigrante Clandestino, de acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea *“ é aquele que se introduziu furtivamente, de forma ilícita, num país, num local, num meio de transporte, ou que trabalha sem autorização das entidades*

competentes¹. Em 1970, Marinho Antunes apresenta o conceito de emigração clandestina “saída do país de pessoas que vão trabalhar para o estrangeiro a aí fixam a residência, sem passaporte de emigrantes” (ANTUNES,1970:304).

Relativamente ao engajador/passador, desempenham um papel fundamental na emigração clandestina, pois são eles quem asseguram a saída dos emigrantes ilegais. Estes, como bem o frisou Marta Silva em “Redes de Emigração Económica Clandestina com Destino a França (Penedono, 1960-1974) ”, são os grandes responsáveis pela criação das várias redes de emigração.

Para a realização desta tese será utilizada a metodologia de estudo de caso. Recorreremos a processos judiciais instaurados na sequência de detenções resultantes da tentativa de emigração clandestina do distrito de Beja. Estas fontes situam-se entre os anos 1966 e 1975.

A investigação será de natureza comparativa, uma vez que será através da análise de vários processos judiciais que tentaremos reconstruir algumas das redes de emigração que operavam no Baixo Alentejo.

No decorrer do estudo utilizar-se-á uma estratégia de investigação qualitativa, pois iremos proceder a uma análise profunda de algumas fontes, afim conseguirmos caracterizar as redes de emigração.

As fontes primárias a serão as constantes nos processos judiciais do Arquivo Distrital de Beja.

¹ Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, *Academia das Ciências de Lisboa*, I Volume. A. F., verbo, 2001, p.834.

CAPÍTULO 1: A Emigração Clandestina como Objeto Historiográfico

Com o fim da Segunda Guerra Mundial iniciou-se um novo ciclo nas migrações de trabalho na Europa Ocidental. Um ciclo que, até aos anos 1970, foi essencialmente marcado por movimentos transnacionais intraeuropeus (BADE, 2004). Uma parte deste movimento realizou-se através do recurso a mecanismos reguladores nacionais ou bilaterais (SANZ DÍAZ, 2005), que as políticas nacionais de migração criaram para as migrações de trabalho. Outra parte substancial fez-se de forma clandestina ou não assistida.

Alguns autores dão particular ênfase à emigração clandestina com destino à Europa Ocidental a partir de 1970. Todavia, o fenómeno é bem anterior, envolvendo um movimento clandestino intraeuropeu, alimentado em grande parte de emigrantes clandestinos (de trabalho e exílio) recrutados na “Europa do Sul” e com destino aos restantes países da Europa Ocidental, região transnacional comum à que acolheu uma extensa emigração local com a mesma proveniência, e no mesmo contexto cronológico: dos anos 1950`s até aos anos 1970`s. A Península Ibérica e concretamente Portugal participaram ativamente nestes fluxos.

Esta característica traduziu-se também numa geografia específica da emigração clandestina como objeto de estudo. É nos países do sul da Europa² que este tema tem merecido destaque (MASSEY,2004).

Para Itália destacam-se os estudos de Sandro Rinauro³ e para Espanha, os estudos de Carlos Sanz Diaz. Nos estudos realizados por estes autores, está patente uma análise qualitativa, uma vez que tanto Rinauro, como Sanz Diaz traçam o perfil social da emigração irregular. Contudo, realizando uma análise da obra de Rinauro

² Portugal, Espanha, Itália.

³ Sandro Rinauro, autor italiano, na obra *Il cammino della speranza* (2009), retrata a experiência de um emigrante clandestino italiano.

(RINAURO,2009) deparamo-nos para além de uma análise qualitativa, com uma análise quantitativa, pois na obra verificamos não somente o perfil social dos emigrantes, como também o número de emigrantes que recorreram à ilegalidade para abandonar o país de origem (RINAURO, 2009:13).

Continuando na esteira de Sandro Rinauro e Carlos Sanz Díaz ⁴, estes, têm aprofundado o conhecimento sobre a história destes movimentos clandestinos ou de migração irregular, que para Rinauro são mesmo vistos como a principal manifestação da globalização política, económica e social, sendo ainda a prova evidente da incapacidade dos Estados de controlar a entrada de indivíduos. (RINAURO, 2009:10).

Todavia Sandro Rinauro e Carlos Sanz Diaz não foram pioneiros no estudo destes movimentos emigratórios irregulares, uma vez que tem sido um fenómeno densamente estudado nas últimas décadas.

Em 1994 Fassman e Heinz (FASSMAN,1994), realizaram uma abordagem do tema, dando especial enfoque aos movimentos emigratórios do final do século XX. Na obra destes autores é notória uma análise qualitativa, porque segundo os mesmos, a migração não é mais que um reflexo das mudanças políticas, económicas e sociais que as sociedades vão sofrendo (FASSMAN,1994:295).

Hania Zlotnik em 1998 (ZLOTNIK,1998:22) descreve o final do século XX, como o século da Migração. De acordo com Zlotnik houve uma alteração que conduziu a um aumento substancial dos movimentos migratórios: a assinatura de acordos entre países como Espanha e Alemanha⁵. Hania Zlotnik ainda realiza uma análise quantitativa da emigração clandestina, não descrevendo as condições que terão promovido a emigração clandestina. Esta lacuna no estudo de Hania Zlotnik acaba por ser colmatada tanto por Carlos Sanz Diaz como por Sandro Rinauro.

⁴ Carlos Sanz Díaz, autor espanhol, tem desenvolvido alguns estudos sobre a emigração clandestina, sendo exemplo disso *Clandestinos*, *"Ilegales"*, *"Espontáneos"*. *La emigración ilegal de españoles a Alemania en el contexto de las relaciones hispano-alemanas, 1960-1973*

⁵ Carlos Sanz Díaz (SANZ DIAZ,2004) faz também referência a esses acordos, considerando que os mesmos acabaram por fomentar o recurso à emigração clandestina, na medida em que o sistema, que envolvia todo o processo de emigração legal ou assistida era extramente burocrático.

Segundo Carlos Sanz Diaz (SANZ DIAZ,2004:45) o emigrante clandestino espanhol é analfabeto e pedreiro, que resultava num desconhecimento das condições de trabalho no país de destino. O perfil do emigrante clandestino espanhol é coincidente com o italiano (RINAURO,2009).

No ano de 2003 Heckmann (HECKMANN, 2003) descreve os mecanismos utilizados pelos emigrantes para abandonarem os países de forma não assistida ou ilegal⁶.

Ainda nos primeiros anos do século XXI Hort Entorf (ENTORF, 2004) dá-nos a conhecer o perfil do emigrante clandestino do século XXI. Como se poderá verificar posteriormente neste estudo, esse perfil é adaptável ao emigrante clandestino dos anos 1960's. De acordo com Entorf (ENTORF, 2004,p8) o emigrante clandestino possui na generalidade uma baixa formação académica aliada a uma fraca formação profissional, estando-lhe por esse motivo destinados os trabalhos mais duros e precários.

Continuando ainda nos anos 2000's verificamos, que estes têm sido bastante prósperos, no que se refere, a publicações sobre os movimentos migratórios transnacionais intraeuropeus. Também no ano de 2004 Bade apresenta-nos o estudo "*Legal and illegal immigration into Europe: experiences and challenges*" (BADE,2004) onde descreve os vários mecanismos utilizados pelos emigrantes ilegais/clandestinos para chegarem aos países de destino. Os meios mais comuns segundo BADE passam pelo contrabando, recurso a documentação falsa e, por último as redes de auxílio à emigração clandestina.

Conclui-se deste modo que as Migrações Irregulares na Europa têm sido objeto de estudo por parte das várias ciências sociais.

Mas e no caso Português? Como e de que forma têm sido abordados os movimentos migratórios, mais especificamente os movimentos emigratórios clandestinos?

⁶ HECKMANN, Friedrich (2003) inicia o estudo com a apresentação de duas cenas: na primeira um grupo tenta entrar na Alemanha, de forma oculta, fazendo para tal a travessia da fronteira numa zona com uma densa vegetação. A segunda cena é constituída por um grupo de turistas com passaporte, que utilizam o turismo como a forma de entrarem e permanecerem na Alemanha.

Analisando os vários estudos desenvolvidos sobre o tema das migrações, os anos de 1960 foram aqueles em que claramente ocorreu uma explosão da emigração portuguesa rumo à Europa. Os autores que abordam este tema são unânimes em afirmar isso. Todavia, a emigração clandestina e muito concretamente o funcionamento das redes clandestinas que permitiram a saída a milhares de portugueses, foi um tema pouco discutido até 1990.

Apesar dos anos 1960 serem aqueles em que claramente a emigração clandestina foi mais incidente, ainda nos anos 1950 a imprensa dava a conhecer casos de emigração clandestina. Na edição aérea do Diário Popular de 4 de Outubro de 1957 surge uma notícia da detenção de dois indivíduos do Algarve. Estes foram presos em Espanha, uma vez que se encontravam neste país ilegais e indocumentados.

Já ano de 1975, sob o pseudónimo de Manuel Tiago, Álvaro Cunhal publicaria talvez a primeira obra literária sobre as redes de emigração clandestina em Portugal: *Cinco Dias Cinco noites*. Nesta obra podemos observar, através das duas personagens principais os mecanismos a que muitos recorreram para passar a salto a Fronteira luso-espanhola. Assim, constata-se que no plano literário já havia a necessidade de descrever o fenómeno da emigração clandestina.

Foi a partir dos anos 1970's que a emigração clandestina começou a ser estudada no plano académico. Podemos considerar que existiram três fases, no que respeita à caracterização fenómeno da emigração clandestina.

Numa primeira fase os estudos sobre a emigração clandestina apresentam-nos somente uma análise quantitativa. Marinho Antunes (ANTUNES,1970) dá-nos a primeira análise quantitativa da emigração, no período compreendido entre 1950-1969. Através desse estudo que concluímos que à emigração clandestina não possuía registos oficiais (ANTUNES,1970:306-307).

Em 1974, Carlos Almeida e António Barreto (ALMEIDA,1974) na obra *Capitalismo e Emigração em Portugal*, realizam também uma abordagem ao movimento emigratório clandestino português da década de 60. Eles próprios referem-se à

emigração clandestina como “ o *aspeto mais falado e o menos conhecido da emigração*” (ALMEIDA,1974:184). No entanto na obra já se abordam alguns dos métodos utilizados pelos emigrantes clandestinos para abandonarem no nosso país, concretamente “a pé, de táxi ou de comboio” (ALMEIDA,1974:188).

Importa frisar, que durante algumas décadas a preocupação foi compreender o fenómeno (emigração clandestina) do ponto de vista quantitativo e não qualitativo. Esta avaliação qualitativa só surgirá mais tarde, quando vários autores iniciam processos de investigação, tendo em vista a compreensão, não somente do perfil social do emigrante, como também dos mecanismos a que recorreu (redes de emigração clandestina) para abandonar o seu país de origem (SILVA,2008).

Efetivamente os primeiros estudos realizados, de que é exemplo o *Capitalismo e Emigração*, começaram por medir através de estimativas, a dimensão ilegal do fenómeno.

Nos anos de 1980's, Marinho Antunes apresenta a primeira análise qualitativa da emigração clandestina. Citando o autor (ANTUNES, 1981:21) “Ao Emigrante pode, pois atribuir-se uma outra identidade social e os correspondentes padrões de comportamento no contexto da sua sociedade de origem.” Porém consideramos que este estudo ainda se enquadra da nesta primeira fase, pois à emigração clandestina, acabou por não ter enfoque no estudo deste autor.

No ano de 1985 Jorge Arroteia (ARROTEIA, 1985) apresenta no seu estudo os dados quantitativos relativos à emigração legal e ilegal.⁷ Nos anos 1960's e 1970's a emigração clandestina representava um total de 64 %, pelo que somente 36% dos emigrantes portugueses realizavam uma migração assistida (ARROTEIA;1983:440).

Na década de 90 do século passado, houve uma visível evolução no campo historiográfico, no que respeita ao estudo dos movimentos emigratórios em

⁷ ARROTEIA, Jorge (1983), *A Emigração Portuguesa, suas Origens e Distribuição*, Lisboa, ICALP. Neste estudo Arroteia aborda uma questão fulcral: até aos anos sessenta os dados relativos à emigração clandestina eram praticamente desconhecidos. Desde, pode desde já afirmar-se algo que todos já depreende-mos: efetivamente o apogeu da emigração clandestina ocorre durante os anos 1960's, todavia o fenómeno é bem anterior, contudo não houve uma quantificação do mesmo.

Portugal. Será nesta década que surge a necessidade de compreender a emigração clandestina sob uma perspectiva qualitativa. Para tal vão surgir vários estudos que visam a caracterização do emigrante clandestino.

Logo em 1991, Maria Ioannis Baganha (BAGANHA,1991) realiza uma exposição sobre a emigração portuguesa, iniciando a segunda fase do processo de caracterização da emigração clandestina entre 1855 e 1930. Três anos depois, esta mesma autora avalia o impacto da emigração na economia nacional. Contrariamente áquilo que se possa pensar, a emigração não teve impacto na economia nacional, uma vez que os emigrantes, na sua grande maioria, não possuíam qualificações técnicas, daí que a autora afirme “ *quem vende um bem para o qual não tem qualquer uso, independentemente do contravalor que recebe pela venda, não incorre em qualquer prejuízo com a transação feita*” (BAGANA,1994:969). Com Maria Ioannis Baganha já se torna clara a necessidade de conhecer qual o perfil do emigrante clandestino.

Recentemente Marta Nunes Silva afirmou que, “*têm-se abordado [especialmente] a emigração de um ponto de vista económico e social*” (SILVA,2008,p 1). Marta Silva, conjuntamente com Joaquim Castro e Vítor Pereira, iniciam aquela que será terceira fase de estudos sobre a emigração clandestina portuguesa.

Nos últimos anos tem surgido abordagens sociais de natureza mais qualitativa procurando reconstituir as experiências dos emigrantes tanto nos seus trajetos de migração como a sua integração nas zonas de acolhimento. São exemplo disso, os estudos desenvolvidos por Vítor Pereira em 2004 e 2009. Em 2004, Vítor Pereira argumentou que a disparidade existente entre o número de emigrantes legais e ilegais resultava das políticas desenvolvidas pelo Estado Novo. Segundo este autor, aparentemente o Estado tentava reprimir a emigração legal mas “*d’outre part, il a été impuissant – et cela volontairement – face à l’emigration clandestine*” (PEREIRA, 2004, p.15). Assim, como a emigração legal era severamente reprimida, a população, na sua maioria, recorria à clandestinidade para sair do país. No artigo publicado em 2009, Vítor Pereira argumenta que a emigração a par de uma vertente económica e política, estava também revestida de particularismos de cariz social. Segundo o

autor a emigração foi uma ferramenta usada pelo Estado para controlar os protestos sociais.

Marta Silva no estudo desenvolvido sobre “Redes de Emigração Económica Clandestina com Destino a França (Penedono, 1960-1974) ” (SILVA,2008),que atuaram partir da Beira Alta, foi pioneira na caracterização das redes clandestinas a operar no norte do país. Nesta tese de mestrado, a autora procura reconstituir o funcionamento das redes clandestinas de emigração, em particular numa região da Beira Alta. Situando-se no arco temporal de 1961 a 1974, e com base em processos judiciais e fontes orais, a autora reconstruiu uma rede de emigração clandestina de trabalho que, partindo do concelho de Penedono se dirigiu para França.

Joaquim Castro (2008) em, *Os efeitos do vaivém da emigração continental: um estudo de caso em Melgaço*, Universidade Fernando Pessoa, Porto (tese de mestrado) recorreu ao método das entrevistas. Este estudo difere porém do anteriormente exposto, uma vez que aqui podemos observar de um modo geral as discrepâncias culturais entre emigrantes e residentes em Melgaço. Não há todavia, no estudo de Joaquim Castro (2008) referência ao funcionamento das redes clandestinas de emigração.

No artigo publicado em 2009, Vítor Pereira argumenta que a emigração a par de uma vertente económica e política, estava também revestida de particularismos de cariz social. Segundo o autor a emigração foi uma ferramenta usada pelo Estado para controlar os protestos sociais. Quanto ao estudo desenvolvido em 2008, Vítor Pereira realiza uma análise minuciosa acerca da influência das políticas de migração espanholas. Foi a atitude permissiva de Espanha, que permitiu a milhares de portugueses a partir de 1964 entrarem clandestinamente em França. Somente nos anos 70 as políticas espanholas começaram a ser contestadas. “*No fue sino a partir de los años 70 cuando determinados países de destino comenzaron a reprochar de forma continuada a las autoridades españolas que no impidiesen la llegada de inmigrantes africanos o que llevasen a cabo regularizaciones masivas de extranjeros*”. (PEREIRA, 2008:77)

Todos os estudos que têm vindo a ser apresentados sobre a emigração clandestina leva-nos a uma conclusão: primeiramente começou-se por medir a dimensão ilegal do fenómeno (análise quantitativa) depois tentou-se compreender o perfil social dos emigrantes clandestinos e, somente as novas gerações se têm debruçado numa análise mais qualitativa, procurando compreender não somente o perfil social como o funcionamento das redes de emigração clandestina.

Enquadrada nesta terceira fase de estudos sobre a emigração clandestina, pretendemos ao longo desta dissertação, descrever a Emigração Clandestina na Europa nos anos 1960, particularizando o caso do Baixo Alentejo.

CAPÍTULO 2: A emigração portuguesa no contexto internacional (europeu). O caso do Baixo Alentejo

Esta dissertação aborda essencialmente a migração de trabalho clandestino nos anos 1960s, centrando-se no caso do Baixo Alentejo (Portugal), procurando reconstituir as redes que o proporcionaram.

Apesar da extensão fronteiriça da região do Baixo Alentejo, as redes clandestinas apresentadas localizam-se somente num concelho: Serpa. Esta escolha é justificada pelo conhecimento da região. Pela localização geografia do concelho⁸ é fácil de depreender, que muitos eram aqueles, que pela proximidade com Espanha, optavam por um tipo de emigração não assistida.

Antes de passarmos à caracterização do funcionamento das redes de emigração clandestina no Baixo Alentejo- Concelho de Serpa, será necessário responder à questão: O que se sabe sobre a emigração /emigração clandestina neste concelho da margem esquerda do Rio Guadiana?

Segundo Michel Poinard” *o concelho de Serpa, no coração da Zona da Reforma Agrária do Alentejo (...)* A emigração foi muito mais tardia nesta zona cerealífera, em que predominava a grande propriedade latifundiária” (POINARD, 1983). Por outro lado, Maria Ioannis Baganha constata, que sob o ponto de vista nacional, o Baixo Alentejo conjuntamente com o Algarve, foram as regiões onde se verificou um menor índice emigratório, no arco temporal supracitado (BAGANHA, 1994:960,961).

Todavia, apesar de tardia, a emigração esteve bem presente na maioria das aldeias e vilas deste concelho (Serpa).

No Quadro A, retirado do estudo de Maria Ioannis Baganha (BAGANHA, 1994), facilmente se compreende, que numa escala nacional, a emigração legal foi pouco

⁸ Ver Fig. 1

proeminente no distrito de Beja. Mas, aconteceria o mesmo relativamente à emigração ilegal? Em relação a esta última questão, não existem estudos que nos permitam esclarece-la, por se tratar de um movimento ilegal e fortemente reprimido pelo Estado Novo. Todavia, de acordo com a informação constante em vários processos judiciais, a mesma teria alguma incidência. Por outro lado, sendo Serpa um concelho fronteiriço, o contrabando, foi uma atividade que a que muitos recorreram para sobreviver. Alguns contrabandistas aproveitando-se do conhecimento da região, tornaram-se passadores. Como iremos verificar no capítulo 3, umas das particularidades destas redes de emigração clandestina, era a delimitação das funções de cada um dos intervenientes. O Engajador era o “cabecilha” da rede, mas de forma a se salvaguardar das autoridades, contratava por vezes passadores, sendo estes últimos quem auxiliavam os emigrantes na travessia da fronteira.

Emigração legal por distritos					
[QUADRO III]					
Distrito	1950-1959	1960-1969	1970-1979	1980-1988	
Aveiro	36 830	42 821	28 733	108 384	9 786
Beja	619	7 015	8 020	15 654	402
Braga	20 715	60 215	24 494	105 424	3 593
Bragança	21 673	24 451	7 096	53 220	947
Castelo Branco	4 895	33 447	7 629	4 597	1 034
Coimbra	16 449	18 343	14 852	49 644	3 273
Évora	329	2 427	2 846	5 602	218
Faro	7 720	23 886	9 600	41 206	1 142
Guarda	23 186	37 538	9 006	69 730	1 987
Leiria	13 633	49 555	27 023	90 211	4 431
Lisboa	7 439	52 400	47 662	107 501	16 939
Portalegre	529	2 384	1 221	4 134	183
Porto	35 909	55 295	30 361	121 565	6 952
Santarém	6 668	24 517	13 425	44 610	3 133
Setúbal	1 114	11 305	12 075	24 494	4 649
Viana do Castelo	15 901	36 432	11 660	63 993	3 154
Vila Real	18 990	25 122	15 633	59 745	3 775
Viseu	36 300	30 607	21 139	88 046	2 919
Continente	268 899	537 760	292 475	1 099 134	68 517
Açores	21 051	72 255	75 771	169 077	18 998
Madeira	47 161	36 412	24 234	107 807	2 047
Sem informação	5 817	535	37	6 389	—
<i>Total</i>	342 928	646 962	392 517	1 382 407	89 562

Fonte: Boletim Anual da SECP, 1981 a 1988.

Quadro A: Emigração Legal⁹

⁹ BAGANHA, 1994: 976.

No que concerne ao perfil dos emigrantes, somente se poderá proceder à caracterização daquele grupo que abandonou o nosso país, com passaporte e contrato de trabalho. Segundo Carlos Almeida e António Barreto, os emigrantes alentejanos que “são os assalariados rurais do Alentejo, desempregados uma boa parte do ano, (...) constituem o essencial deste caudal emigratório sazonal” (ALMEIDA,1974:183). Com esta afirmação é já possível retirar uma conclusão: uma boa parte dos emigrantes legais alentejanos, partiam para destinos como França de forma regular e sazonal. E os clandestinos? Será que realizavam a mesma “rotina”? De momento não é possível elaborar nenhuma conclusão, na medida em que não existem estudos que sobre o tema. Contudo tentaremos no próximo capítulo torná-las claras.

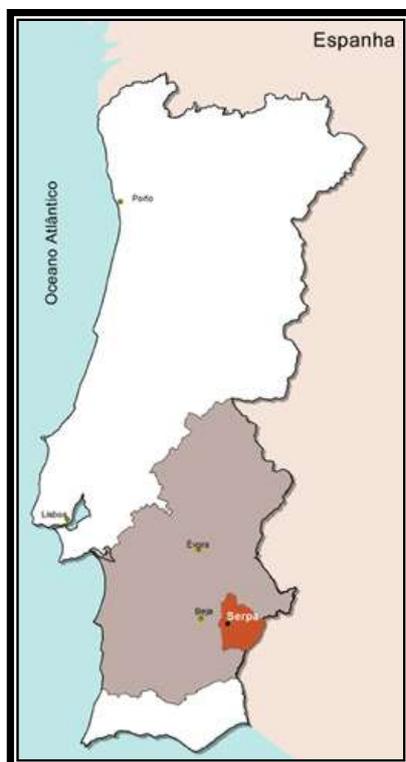


Fig. 1. Mapa atual, onde está localizado a vermelho o concelho de Serpa.¹⁰

Atualmente uma das causas das migrações de trabalho é a questão económica. Nos anos 1960's acentuam-se as migrações de trabalho precisamente pelo mesmo motivo: dificuldades económicas. Obviamente que nos anos de 1960's, o Baixo

¹⁰ http://www.cm-serpa.pt/artigos_popup.asp?id=825

Alentejo e mais especificamente o concelho de Serpa era, e é, rural e predominantemente agrícola, e como disse Francisco Cepeda, entre as diversas causas que estiveram na origem da emigração de muitos jovens alentejanos “*destaca-se a crise crónica e estrutural na agricultura portuguesa, responsável por um baixo nível de vida da população ativa agrícola*” (CEPEDA,1995:24).

Tal explicação é confirmada nos processos judiciais,¹¹decorrentes de detenções por tentativa de emigração clandestina, que também os emigrantes ilegais abandonavam o país devido a sérias dificuldades económicas. Todavia é evocada uma outra razão para optar por tal caminho: a fuga ao serviço militar e à Guerra Colonial. No relato do Sr. Bento Calado está opção está clara:

“Apesar de na altura os dez alentejanos, também andarem trabalhando na construção civil nesse ano de 1964, não tinham saído da sua terra com esse fim, mas sim por se encontrarem desertores do exército. Por terem recusado a guerra do ultramar.”
(CALADO,2007:12)

¹¹ Processos Judiciais do Arquivo Distrital de Beja

CAPÍTULO 3: AS REDES DE EMIGRAÇÃO CLANDESTINA

“L’emigration légale est possible, mais beaucoup trop difficile” (PEREIRA,2004:29)

Tal como afirmou Vítor Pereira, sair de Portugal, de uma forma legal e documentada não era tarefa fácil. Terão sido as dificuldades inerentes à emigração legal que conduziram ao eclodir das redes de emigração clandestina?

Em 2004, Vítor Pereira (PEREIRA, 2004:15) afirma que o Estado português ao reprimir a emigração legal acabou por impulsionar a emigração clandestina. Nem mesmo a Junta de Emigração, criada para controlar todos os movimentos migratórios impediu o surgimento das redes. Poderemos considerar que teve precisamente o efeito contrário. Mas, será que o Regime não tinha consciência do movimento clandestino emigratório? Considerando o estudo de Jaime Reis, a resposta é afirmativa, pois *É entre 1945-1973 que Portugal conhece um período de crescimento económico. Estes são os “anos de ouro” da economia portuguesa. O fator que mais decisivamente influenciou a situação económica em Portugal foi o surto emigratório*” (REIS,2000:257).Portanto a emigração irregular beneficiou financeiramente o Estado Português.

Neste capítulo pretendemos explicar o funcionamento das redes de emigração clandestina a operar no Baixo Alentejo, nos anos 1960's. Obviamente que estas redes não são organismo criados nos anos 60. Como sabemos, e como bem o mencionou Marta Silva” *a emigração transatlântica, do século XIX e início do século XX, já comportava um traço de clandestinidade remetida, quase exclusivamente, para os casos de fuga ao serviço militar*” (SILVA,2008:24). A própria imprensa da época comprova isso. Contudo, o movimento emigratório do final do século XIX e início do século XX foi essencialmente transatlântico. Portanto, será a partir do ano 1950, mas principalmente nos anos 60, que estas redes irão ter um enorme crescimento.

Para compreendermos o funcionamento das redes de emigração clandestina e fundamental compreender:

- 3.1. Quais os agentes e Interesses das Redes;
- 3.2. Como funcionam as Redes de emigração a operar no Baixo Alentejo;
- 3.3. Perfil do emigrante clandestino.

3.1.Os Agentes das Redes de Emigração Clandestina no Baixo Alentejo

Para conseguir caracterizar as redes de emigração clandestina, tema desta dissertação recorreu-se à metodologia de estudo de caso. Desde modo foram consultados processos judiciais instaurados na sequência de detenções resultantes da tentativa/ aliciamento à emigração clandestina do distrito de Beja- Concelho de Serpa¹².

¹² Ver Fig. 2 in www.cmserpa.pt

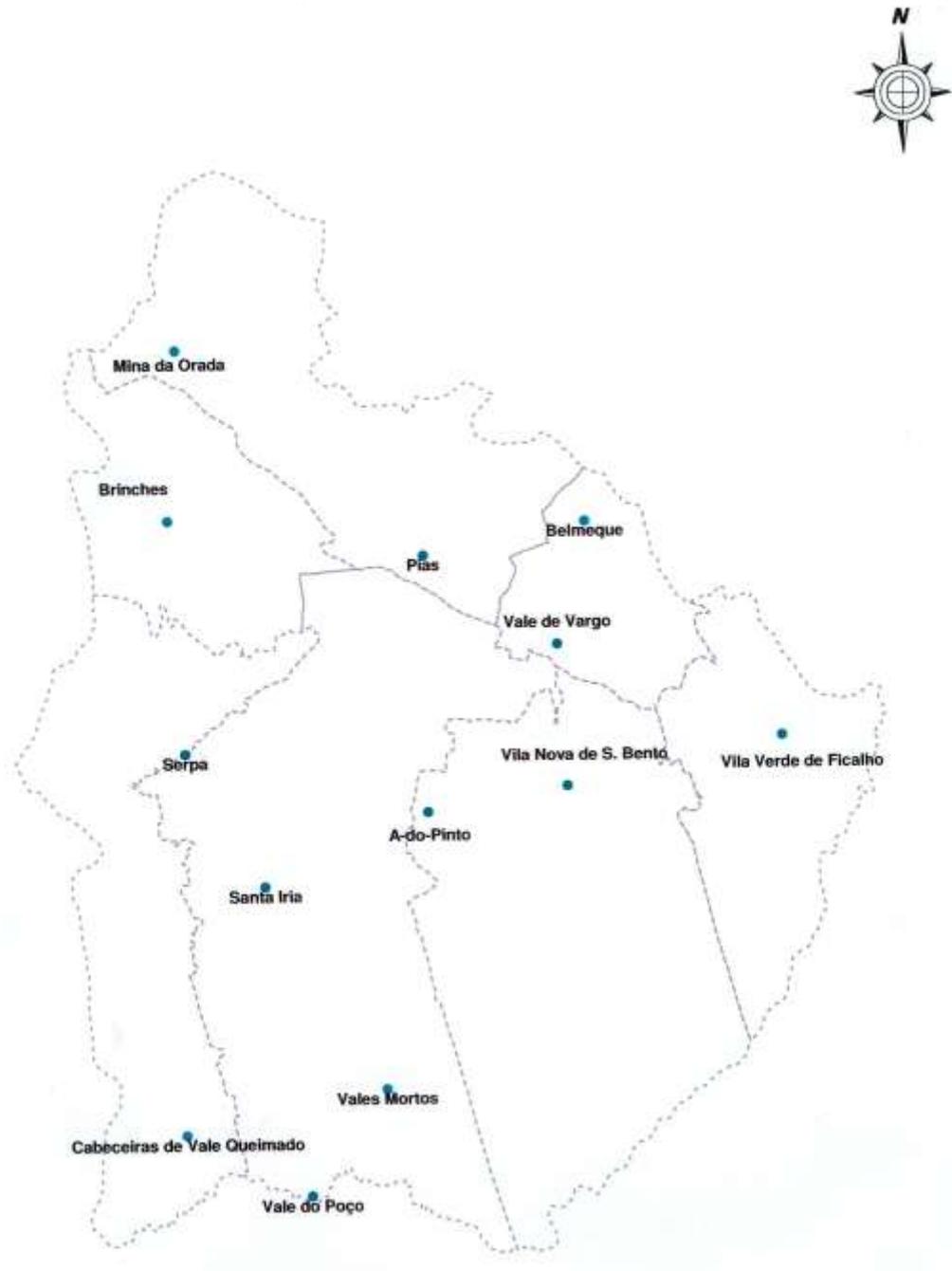


Fig.2: Concelho de Serpa

Foi com base na informação constante nos autos dos vários processos, que se tornou possível reconstruir as redes de emigração clandestina deste concelho.

Na generalidade, as redes de emigração clandestinas são constituídas por engajadores passadores e motoristas. No caso das redes do concelho de Serpa, os engajadores eram na sua grande maioria, como se pode verificar nos vários processos judiciais consultados, naturais da freguesia de Vila Verde de Ficalho. Esta localidade, como se pode notar na figura 3, é uma terra fronteiriça, encontrando-se bastante próxima da povoação espanhola, *Rosal de La Frontera*. São no total 7,5, os quilómetros que separam as duas localidades. Pela curta distância, as relações entre estes dois aglomerados populacionais eram e ainda são de grande proximidade. De acordo com Filipe Lima *“as fronteiras podem ser limite, barreira e linha de separação política (...) lugar de contacto, encontro e, de possível e desejável, cooperação, em torno da qual se conjugam interesses, esforços e estratégias de desenvolvimento e integração, nomeadamente, transnacional, inter-regional e interlocal: “a fronteira não é apenas o limite simbólico do território [...] mas é espaço de encontros, de influências, de relações, de trocas, de cumplicidades, de cooperações e solidariedades, pela situação nas extremas, nos confins dos territórios e das soberanias nacionais”* (LIMA,2012:77)

Situada junto à fronteira, a localidade (Vila Verde de Ficalho), exigia num país oprimido pela Ditadura, uma vigilância bastante apertada. Em pleno regime salazarista, claro está, que a PIDE desempenhava um papel fundamental quer na vigilância da fronteira, quer no controle de todos os movimentos inerentes à emigração irregular. A par da PIDE, também a Guarda Fiscal e GNR desempenhavam um papel importante, estando as mesmas presentes em Vila Verde de Ficalho.

As relações entre portugueses e espanhóis eram bastante estreitas. Efetivamente, quando comparando alguns dos processos judiciais analisados, conclui-se grosso modo que nestas redes de emigração participavam portugueses (residentes em Vila Verde de Ficalho) e espanhóis (Residentes em Rosal de La Frontera).

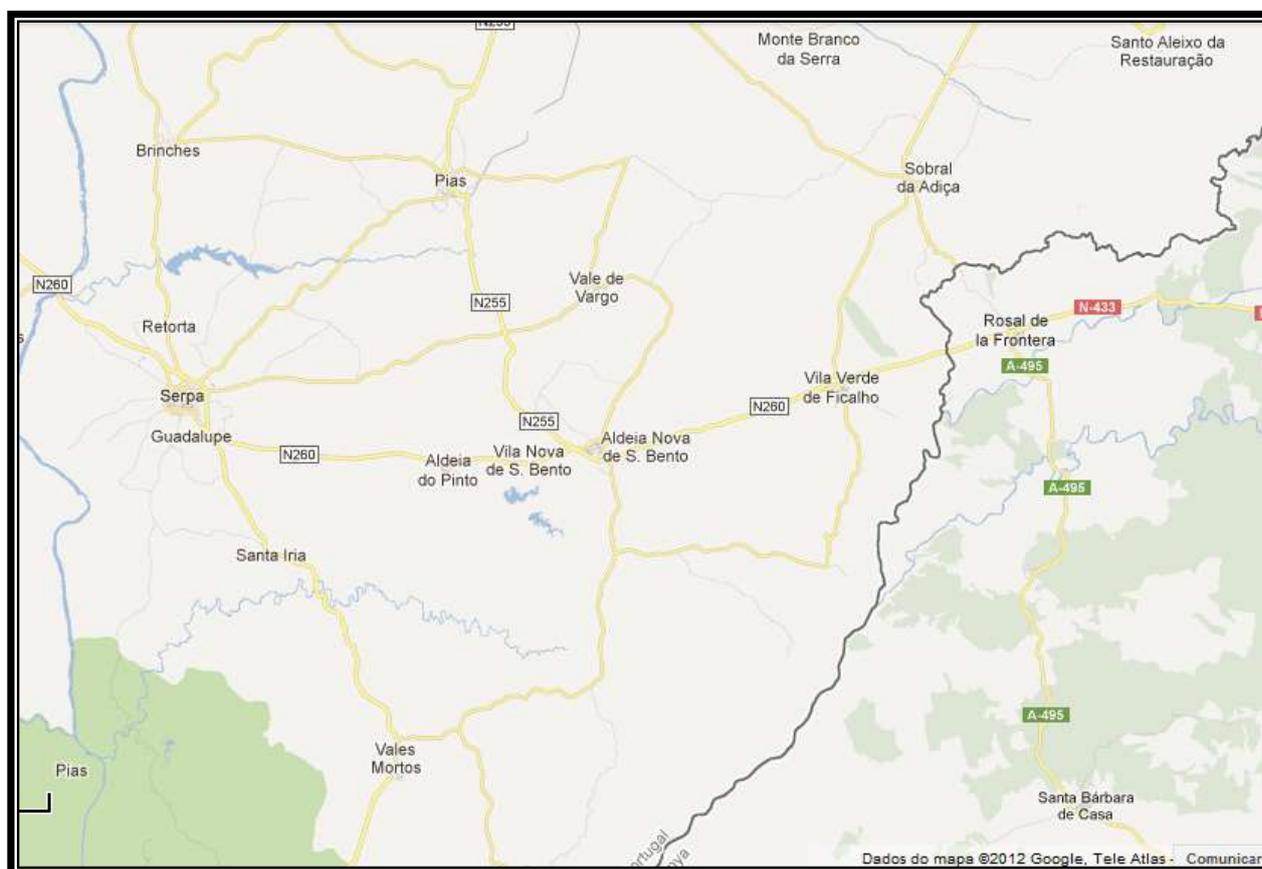


Fig.3: Mapa atual onde se destacam o Concelho de Serpa, a Fronteira e algumas localidades citada.¹³

Mas, para compreender quem seriam os agentes envolvidos nas redes de emigração, foi necessário analisar os processos judiciais instaurados durante a década de 60.

Nelas se destacam, como é sabido os atores: engajadores, passadores e motorista. Nas redes que operavam no Baixo Alentejo, nos anos 1960 estas personagens eram indivíduos do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 20 e os 50 anos.

¹³ <http://maps.google.com/maps>

Primeiramente vamos compreender a que atividades se dedicavam os engajadores e os passadores. Quanto aos motoristas, somente será necessário entender qual a sua intervenção no decorrer das operações que permitiam a passagem a *salto* das fronteiras luso-espanhola e espano-francesa.

Os processos instaurados por aliciamento e auxílio à emigração clandestina em Vila Verde de Ficalho, são posteriores ao ano de 1963, o que confirma a teoria de Poinard (POINARD, 1983), segundo a qual a emigração no Alentejo foi um pouco mais tardia que nas restantes zonas do país.

Posto isto, iremos então tentar compreender quem são os engajadores.

No ano de 1965, Manuel Leitão Valente¹⁴ é detido por aliciamento à emigração clandestina¹⁵. Quando a PIDE realizava este tipo de detenção, os réus eram inquiridos, existindo um conjunto de questões tipo nos autos de perguntas. Será através das respostas obtidas nos vários processos judiciais analisados, que se poderão reconstruir os perfis sociais dos agentes envolvidos.

Começaremos pela atividade profissional.

Contrariamente ao que se observa no estudo de Marta Silva (SILVA,2008:31) em que *” Grande parte dos indivíduos suspeitos e julgados por crimes de auxílio à emigração clandestina dedicavam-se, oficialmente, ao comércio, ou como era frequente dizer, ao negócio de vários produtos”*, nos processos analisados neste estudo, não se observa uma tendência no que respeita a profissões.

Na verdade, o Engajador Manuel Leitão Valente, dedicava-se à atividade comercial, era proprietário de um café. Havia outros indivíduos (trabalhadores rurais porém,

¹⁴ Este individuo consta no processo de Querela maço 24, proc.º 245, ano 1965, Querela – I volume, Autor Mº Pº -Réus: Manuel Silva Pedro, António Guerreiro Martins, José Maria Guerreiro, 3 apensos – 2 vol., como arguido por aliciamento à emigração clandestina.

¹⁵Tribunal de Serpa – Guia de Remessa, Processo de Querela, maço 24, proc.º 245, ano 1965, Querela – I volume, Autor Mº Pº -Réus: Manuel Silva Pedro, António Guerreiro Martins, José Maria Guerreiro, 3 apensos – 2 vol.

que entravam no negócio das redes por pura casualidade, era uma forma de ganharem algum dinheiro

Ainda quanto à atividade comercial como afirmou Marta Silva “*podia servir como um disfarce para encobrir o negócio de gente*” (Silva,2011:52).Realmente no Auto de Declarações – 16/07/1965: António Guerreiro Martins constata-se que os contactos estabelecidos com o engajador foram realizados por carta/postal, “*No postal para despistar as autoridades, Leitão Valente referia-se a um suposto negócio de fardos de cortiça*”¹⁶.Mas o telefone também foi outro dos meios: “*estabeleceu contacto com António Garcias Lopes, o engajador de Vila Verde de Ficalho. Com este indivíduo os contactos foram estabelecidos por telefone.*” (Auto de declarações de Eduardo Manuel Gordita Fonseca.)¹⁷

A título de exemplo, Domingos Preto Paulino ¹⁸ quando questionado acerca da atividade como engajador confessou que:

“*No dia 22 de Fevereiro de 1975, um senhor Vítor Manuel foi-lhe bater à porta para lhe perguntar se era capaz de o conduzir clandestinamente a Espanha e por que preço, e como lhe meteu cobiça ganhar dinheiro, aceitou, pois já mais vezes tem feito idêntico serviço.*”¹⁹

Segundo a informação constante no processo judicial²⁰, Domingos Preto Paulino era um indivíduo reincidente no que respeita ao aliciamento e auxílio na emigração clandestina. Mas, para além da atividade de engajador era ainda trabalhador rural.

¹⁶ Tribunal de Serpa – Guia de Remessa, Processo de Querela, maço 24, proc.º 245, ano 1965, Querela I volume, Autor Mº Pº -Réus: Manuel Silva Pedro, António Guerreiro Martins, José Maria Guerreiro, 3 apensos – 2 vol.- Auto de Declarações – 16/07/1965: António Guerreiro Martins, sp.

¹⁷ Idem

¹⁸ Arguido no Processo de Querela, Maço 29, proc.º ano 71/1974, Espécie Querela, autor Mº Pº, Réu: Domingos Preto Paulino, Lesado: Domingos Grilo Gouveia, Apensos: 1 apenso.

¹⁹ Auto de Perguntas do Processo de Querela, Maço 29, proc.º ano 71/1974, Espécie Querela, autor Mº Pº, Réu: Domingos Preto Paulino, Lesado: Domingos Grilo Gouveia, Apensos: 1 apenso, sp

²⁰ Auto de Perguntas do Processo de Querela, Maço 29, proc.º ano 71/1974, Espécie Querela, autor Mº Pº, Réu: Domingos Preto Paulino, Lesado: Domingos Grilo Gouveia, Apensos: 1 apenso

Ser engajador, era uma atividade perigosa, contudo bastante compensatória²¹ em termos monetários, daí que muitos fossem aqueles que viam na atividade, uma forma de melhorarem as suas vidas.

A verdade é que muitos eram os indivíduos que não se importavam de correr riscos, e como resultado dedicavam-se exclusivamente ao aliciamento e auxílio na emigração clandestina.

Num processo de 1966²², deparamo-nos com um caso bastante caricato. Desta vez, o engajador é um indivíduo de nacionalidade espanhola, que foi detido também na sequência do aliciamento à emigração clandestina.

Segundo consta na informação dos autos, José Soller dedicava-se permanentemente a essa atividade, contanto já com várias detenções, inclusivamente tanto no seu país de origem (Espanha) como também em França, onde também tinha contra si vários mandatos de captura tanto em Espanha como em França.

Quanto aos passadores? Existirá um perfil típico para os mesmos?

A condição principal é sem sombra de dúvida, um conhecimento profundo da região. As travessias das fronteiras eram na generalidade realizadas durante a madrugada, uma vez que durante a escuridão noturna seria mais fácil passar despercebido às autoridades.

Em Vila Verde de Ficalho verificou-se que as redes de emigração eram construídas por poucos elementos. Era comum a rede ser constituída somente por dois elementos: O Engajador/Passador e o Motorista, como se pode confirmar nos processos analisados²³. Em dois desses processos, Domingos Preto Paulino reúne na

²¹ Aspeto que será esclarecido na alínea 3.2.

²² Processos de Querela: Maço 23; Proc. Ano 220/66; Querela; Autor Mº Pº ; Réus José Luis Alberto; Vendrel Soller ou José Luís Vendrel Soller; Joaquim Costa Faísca; João Fernandes Martins; 1º Apenso II Volume; nº 220/66

²³ Processo de Querela, Maço 29, proc.º ano 71/1974, Espécie Querela, autor Mº Pº, Réu: Domingos Preto Paulino, Lesado: Domingos Grilo Gouveia, Apensos: 1 apenso./ Maço 3; Processo/ano: 131/1969; Correccional; Réus Domingos Preto Paulino e outros. Apesar do processo 71 ser de 1974 foi

sua pessoa duas funções: engajador e passador, contando somente com o auxílio do motorista espanhol.

Os Passadores, geralmente dois (para um número máximo de quatro emigrantes), tinham a tarefa de somente auxiliarem os emigrantes clandestinos na transposição da fronteira. Em território espanhol, os emigrantes clandestinos eram aguardados pelo motorista que os conduziria a França, concretamente até à cidade de Irún. Muitas vezes os Passadores desconheciam a identidade dos emigrantes clandestinos, pois o contacto com os mesmos só acontecia no dia, ou melhor dizendo na noite, em que iriam transpor a fronteira.

Resta-nos neste subcapítulo abordar os Motoristas. Nestas redes de emigração clandestina, os passadores e engajadores não tinham transporte próprio, havendo assim a necessidade de recorrer a taxistas tanto em Portugal como em Espanha.

Segundo o que foi apurado nos autos dos processos analisados, o Motorista espanhol de nome Alberto, era comum a todas as redes, pelo que se depreende que se dedicasse com bastante regularidade à atividade de transporte de emigrantes não documentados para França. Através da leitura *Auto de Declarações – 17/07/1965: António Garcias Lopes*²⁴ verificou-se que Alberto era detentor de passaporte, situação que simplificava as suas deslocações tanto a Portugal como a França.

Os emigrantes que recorriam a estas redes vinham de diversas partes do país, mas principalmente, do Baixo Alentejo. A frase anterior remete-nos já para uma questão: como se deslocaria os “futuros” emigrantes até Vila Verde de Ficalho. Deslocavam-se principalmente de táxi, se bem, que havia quem recorresse aos transportes públicos como se observou no Processo de Querela, Maço 29, proc.º ano 71/1974. Nos autos desse mesmo processo, Domingos Preto Paulino confessou que:

importante a sua análise da medida em que nele constavam dados relativos à atividade de Domingos Preto Paulino nos anos 60.

²⁴ Tribunal de Serpa – Guia de Remessa, Processo de Querela, maço 24, proc.º 245, ano 1965, Querela – I volume, Autor Mº -Réus: Manuel Silva Pedro, António Guerreiro Martins, José Maria Guerreiro, 3 apensos – 2 vol. Sp.

“No dia 22 de Fevereiro de 1974, um senhor Vítor Manuel foi-lhe bater à porta para lhe perguntar se era capaz de o conduzir clandestinamente a Espanha e por que preço, e como lhe meteu cobiça ganhar dinheiro, aceitou, pois já mais vezes tem feito idêntico serviço. Combinando ambos seguirem para Espanha, orientados por Preto Paulino, e a quem Vítor Manuel pagaria a importância de 300 escudos e que mais vezes seria solicitado para fazer semelhante serviço. Podendo esperar já na próxima 4 feira, 26/02 por uma remessa de 6 a 8 pessoas, sendo algumas oriundas da Ilha da Madeira, que chegariam a Ficalho de carreira.”

Quando se estabeleciam os contactos com o Passador, era este quem contratava o motorista, ou os motoristas que realizariam a viagem até à fronteira, ou até localidade mais próxima da fronteira. Por outro, de forma a tornar as viagens mais económicas o engajador solicitava um grupo mínimo de quatro pessoas ²⁵.

No que respeita a uma participação direta dos motoristas, esta é um pouco dúbia. Segundo as declarações de alguns processos, os motoristas referiram que apenas lhes tinham pedido para fazer o “frete”, desconhecendo quem eram os passageiros e o que pretendia fazer. Citando os autos:

“ Auto de declarações: 24/07/1965: António Ramos Pica

À matéria dos autos declarou: é proprietário e motorista de um automóvel de praça.

Por alturas de Março, um indivíduo de Ficalho, Lopes, contactou-o para ir ao cruzamento de Quintos buscar 4 indivíduos e que os levasse até ao cruzamento de Ficalho/Sobral, onde os esperaria a partir das 20h30.

Aceitando o trabalho, dirigiu-se a Quintos, encontrando à entrada da povoação os indivíduos que necessitavam do serviço.

²⁵ Tribunal de Serpa – Guia de Remessa, Processo de Querela, maço 24, proc.º 245, ano 1965, Querela – I volume, Autor Mº Pº -Réus: Manuel Silva Pedro, António Guerreiro Martins, José Maria Guerreiro, 3 apensos – 2 vol.

Tribunal de Serpa- Guia de Remessa - Processos de Querela: Maço 23; Proc. Ano 220/66; Querela; Autor Mº Pº ; Réus José Luís Alberto; Vendrel Soller ou José Luís Vendrel Soller; Joaquim Costa Faísca; João Fernandes Martins; 1º Apenso II Volume; nº 220/66

Tribunal de Serpa: Maço 3; Processo/ano: 131/1969; Correccional; Réus Domingos Preto Paulino e outros.

Levou então os indivíduos, cujos nomes desconhece até Ficalho, onde já se encontrava o Lopes. Um dos ocupantes pagou o frete de 280 escudos.

Os 4 indivíduos ficaram com o Lopes e ele regressou à sua terra: Aldeia Nova s. Bento. Afirma que embora conhecesse o Lopes, desconhecia quais eram os planos dele e dos 4 indivíduos.

Mais tarde já em Abril, um indivíduo de Ficalho, pediu-lhe para levar 4 homens do Algarve, de A-do-Pinto até Ficalho. Acompanhado de Manuel Mestre, o declarante foi ao encontro dos homens do Algarve, que se encontravam numa taberna, próxima da estrada.

Uma vez do cruzamento de Ficalho, o Mestre disse que quem pagava o frete era o Lopes, o que este acabou por fazer mais tarde. Esse frete foi de 160 escudos.

Deseja ainda esclarecer que continua a ignorar os nomes dos homens do Algarve, desconhecendo também as intenções deles e de Manuel Mestre.

Auto de declarações: 24/07/1965: António Morais Seita

À matéria dos autos declarou: é motorista e proprietário de carro de praça. Como taxista foi abordado por Lopes que para que fosse a Baleizão buscar 4 indivíduos, que o aguardariam no Café Guadiana. Quanto ao frete seria pago por Lopes, supondo que o Lopes lhe pagou na altura 200 escudos, correspondentes ao trabalho a executar. Acha que tudo isto se passou a 24 de Abril. Por volta das 23 horas foi a Baleizão, nesse mesmo dia dirigindo-se ao Café Guadiana, mas ali não encontrou ninguém, por o café já estar fechado.

Foi então para o cruzamento da estrada, onde encontrou 4 rapazes, acompanhados de um homem de 50 e tal anos, que ficou a saber ser pai de um dos rapazes. Como não os conhecia, perguntou-lhes se eram as pessoas que esperavam pelo táxi. Estes responderam de modo afirmativo, mas ele disse-lhes que só poderia levar 4, pois poderia ter de pagar uma multa. O mais velho porém disse que pagaria a multa, pelo que transportou os 5 homens para o cruzamento de Ficalho/Sobral.

Uma vez ai, já o Lopes os esperava, e quando os ocupantes saíram ele foi de imediato para a sua casa.

Conhecia o Lopes, mas desconhecia qual a intenção dele, e dos indivíduos de Baleizão.”

É um pouco estranho este desconhecimento, dado que os motoristas de táxis não eram muitos, pelo que fariam esse tipo de serviço com regularidade. Contudo, efetivamente nem PIDE nem GNR chegaram a apurar provas que comprovassem o envolvimento dos motoristas nas redes clandestinas, ficando desde modo ilibados de qualquer culpa. A enexistência de provas deriva do facto de os passadores contratarem por vezes, mais que um motorista para o trajeto, mas também pelos motoristas serem oriundos de outras localidades que não Vila Verde de Ficalho.

No que respeita ao indicador etário de Engajadores, Passadores e Motoristas, a escala situa-se entre os 20 e os 55 anos.

Alguns destes indivíduos que se dedicavam ao engajamento e passagem, mais cedo ou mais tarde, como comprovam os vários registos criminais acabavam por ser detidos.

Logicamente que estamos perante organizações alicerçadas em relações sociais e familiares bastante fortes. Se assim não sucedesse a emigração clandestina teria sido facilmente combatida pelas forças de segurança e policiamento. Mas, como sabemos não foi desse modo que os acontecimentos se desenrolam. Por outro lado, são os próprios emigrantes e familiares os responsáveis pelo êxito das redes e dos próprios engajadores. Podemos mesmo considerar que a emigração clandestina é um investimento familiar, já que eram por vezes eram os pais dos futuros emigrantes quem pagavam a travessia. A história de Bento Calado (CALADO,2007) comprova a afirmação anterior, pois na primeira tentativa de emigração clandestina, o mesmo contou com o auxílio financeiro dos seus pais. Constatamos ainda que também os companheiros de Bento Calado contaram com o mesmo apoio. No Processo de Querela, maço 24, proc.º 245, ano 1965, esta cooperação também é observável:

“Quando saíram do táxi José Dias entregou a Lopes a quantia de 3500 escudos, informando-o que o seu pai lhe entregaria os 2 mil que faltavam, o que viria a acontecer.”

Mesmo nos testemunhos de alguns engajadores esse investimento familiar é observável:

“Algum tempo depois recebi uma carta do Aníbal com a indicação que já se encontravam em França a trabalhar. Aníbal continuou a escrever-me e numa dessas cartas informava-me que outros indivíduos de Ervidel, sem indicar nomes estariam dispostos a ir para França, isto se eu os auxiliasse a sair de Portugal”. Contudo, nunca respondi a Aníbal. Numa das cartas Aníbal pedia-me que escrevesse à sua mulher, Maria Balbina Rocha, a fim de combinarmos a forma de também Maria Balbina sair do país. Acrescentava ainda que também a mulher de António iria emigrar.²⁶

3.2. Organização e itinerário das Redes de Emigração a operar no Baixo Alentejo

As Redes de Emigração foram no decorrer dos anos 60 “a tábua de salvação” para muitos jovens. A ida para França, era um sonho que muitos jovens alentejanos alimentavam. Uns sonhavam em libertar-se das “correntes” do Estado Novo, que lhe ofuscavam a liberdade, outros nutriam a ânsia por uma vida melhor.

Foi neste panorama de descontentamento que as redes de emigração clandestina foram ganhando adeptos e reputação.

No sentido de compreendermos o funcionamento das redes, vamos em primeiro lugar descortinar o conceito. De acordo com o Dicionário de Sociologia Rede é *“Uma empresa, uma associação ou uma aldeia podem ser representadas como um conjunto de vínculos que unem entre si os membros do grupo. Alguns indivíduos mantêm numerosos vínculos, outros estão isolados. A rede é a configuração das relações observadas. A sua densidade, a transitividade das relações, o tamanho dos subgrupos são outras tantas propriedades desse conjunto (BOUDON,2002:209).*

²⁶ Tribunal de Serpa: Maço 3; Processo/ano: 131/1969; Correccional; Réus Domingos Preto Paulino e outros.

As redes que atuavam no Baixo Alentejo não tinham um modelo de atuação específico. Mas, isso não as impedia de ter uma projeção nacional. De entre as informações obtidas nos processos judiciais analisados reconhece-se que os engajadores alentejanos eram contactados, para além das gentes do Alentejo, por madeirenses e também por residentes na área metropolitana de Lisboa.

Processo de Querela, Maço 29, proc.º ano 71/1974

“Domingos Preto Paulino referiu que tinha já sido solicitado para esse tipo de serviço [auxílio à emigração clandestina] diversas vezes, tanto que na próxima quarta-feira aguardava um grupo de 6 a 8 pessoas vindas da Madeira.”

No que respeita ao funcionamento já podemos chegar a uma conclusão: as redes tinham um campo de atuação alargado.

Perante a repressão existente no nosso país, tal como já se referiu os familiares dos emigrantes clandestinos, poderão ser considerados agentes indiretos da emigração clandestina.

3.2.1. Quem organiza as Redes

Nas redes do Baixo Alentejo, a figura principal é o Engajador. Era a este quem competia a tarefa de estabelecer todos os contactos necessários que a passagem a salto da fronteira se tornasse possível. Quando contactado pelos futuros emigrantes clandestinos ²⁷, o Engajador contratava os Passadores. Nos autos do Processo Querela, maço 24, proc.º 245, ano 1965, o passador António Nogueira Marta:

“À matéria dos autos respondeu: no fim do mês de Março e início de Abril, foi abordado por Manuel Mestre, que se encontra atualmente a residir em parte incerta, no concelho do Montijo, para passarem 4 indivíduos para Espanha, para serem entregues a um espanhol chamado Alberto. A passagem era clandestina, e tinha como fim a ida dos emigrantes clandestinos para França.

²⁷ Os contactos eram feitos por diversas vias destacando-se: o telefone, mas principalmente as cartas.

Na data marcada, mas que não sabe precisar, o respondente foi levado por Manuel Mestre ao cruzamento de Vila Verde de Ficalho com Sobral. Quando aí chegaram, já lá estava António Garcias Lopes, que era o indivíduo que estava em contacto com os ditos emigrantes clandestinos. Passados 5 minutos surgiu um táxi, que parou sob a ordem do Lopes. De lá saíram os 4 indivíduos que o Lopes entregou ao Mestre.

Feita a entrega o Lopes foi-se embora, indo o respondente e o Manuel Mestre para Espanha, acompanhados dos 4 indivíduos. Pelas conversas percebeu que os homens eram de Quintos. A fronteira foi passada pelo local do Poço do José Garcias.

A passagem fez-se de noite para melhor fugir à vigilância das autoridades.

Uma vez entregues os 4 homens a Alberto, voltaram para Ficalho, ele e Mestre e foram ter com o Lopes, que lhe entregou 200 escudos, desconhecendo a quantia dada a mestre.

Uma outra intervenção sua aconteceu no princípio de Abril. Foi avisado por Manuel Mestre que vinha 4 homens do Algarve para passarem a fronteira clandestinamente e indocumentados, para serem entregues a Alberto.

Assim, em Abril, por volta das 19 horas, o respondente e Manuel Mestre foram ao mesmo cruzamento, onde já estavam os 4 emigrantes algarvios, cujos nomes desconhece. Cada um desses homens entregou dinheiro a Manuel Mestre, que o guardou e entregou mais tarde ao espanhol.

De seguida os 4 emigrantes foram levados para as proximidades de Rosal de La Frontera, onde passaram a fronteira pela zona do Poço do José Garcias de noite.

Feita a entrega dos homens a Alberto, este último recebeu o dinheiro.

Passados uns ou 2 dias encontrou-se com o Lopes que lhe entregou 350 escudos, desconhecendo também desta vez a importância entregue a Mestre.

Uma outra interferência em assuntos de emigração clandestina ocorreu também em Abril, e também aí foi avisado por Manuel Mestre. Desta vez eram 4 indivíduos de Baleizão que também queriam ir para França clandestinamente e indocumentados. Assim novamente teria de conduzir os homens na travessia da fronteira e entregá-los ao espanhol Alberto.

Esses homens vinham a mando do Lopes. Ainda em Abril Manuel mestre levou ao sítio da Pedreira freguesia de Ficalho, onde também já estava o Lopes.”

Era comum, o Engajador trabalhar com diversos passadores. Considera-se que essa seria uma estratégia utilizada para despistar as autoridades. Por outro lado, tendo em conta os ganhos avultados que a emigração clandestina rendia aos Engajadores, alguns passadores, acabavam por abandonar os emigrantes em lugar incerto e fugir com o dinheiro: *“Entregue o dinheiro, o réu e o seu companheiro foram levados pelo António Garcias Lopes para uma casa de campo um pouco distante da aldeia. Uma vez aí, António Garcias Lopes ausentou-se com o argumento de que ia tratar de arranjar um táxi espanhol que os levasse à França. Permaneceram na casa até ao dia 18, mas o António Garcias Lopes nunca mais apareceu.”*²⁸

Por outro lado quando eram detidos, alguns Engajadores tentavam desresponsabilizar-se. Durante um auto de perguntas, resultante da detenção por aliciamento à migração clandestina, António Garcias Lopes passador, respondeu que :

“Em meados de Junho foi procurado na sua casa por Manuel Leitão Valente, onde foi questionado se poderia por dois homens que tinha em sua casa em França.

Nessa altura disse-lhe o seu primo que tinha em seu poder 10 mil escudos, que se destinavam ao pagamento da colocação em França. O seu primo, todavia não lhe disse qual a importância que lhe caberia a ele no caso que conseguir colocar os tais indivíduos em França. O respondente disse ao seu primo que iria ter com um individuo que poria em França os dois homens, sendo o custo do transporte de 6 mil escudos. Esta conversa foi tida por volta das 23 horas. Assim pediu ao seu primo que levasse os homens para a Horta de Cima, nas imediações de Vila Verde de Ficalho. Manuel Leitão Valente assim o fez, não tendo havido qualquer troca de dinheiro nessa altura. Seguidamente levou José Maria Guerreiro e Manuel da Silva Pedro em direção à fronteira. Ainda em território nacional. António pediu aos dois homens que aguardassem ali, enquanto ele ia arranjar um táxi espanhol que os levaria à fronteira

²⁸ Tribunal de Serpa – Guia de Remessa, Processo de Querela, maço 24, proc.º 245, ano 1965, Querela – I volume, Autor Mº Pº -Réus: Manuel Silva Pedro, António Guerreiro Martins, José Maria Guerreiro, 3 apensos – 2 vol.

*francesa. Porém, apercebendo-se da responsabilidade do ato, decidiu não os ajudar a sair do país, mas não lhes disse nada, deixou-os à sorte*²⁹. “

Apesar da tarefa desempenhada pelos passadores ser mais arriscada, a quantia que lhes estava destinada variava consoante a boa vontade do engajador. Existiam inclusive situações em que um passador recebia mais que outro.

Os Motoristas são outro elemento chave no funcionamento das redes, na medida em que são eles que asseguram toda a travessia em território espanhol.

Alberto era o motorista a que todos os engajadores de Vila Verde de Ficalho recorriam. Este possuía passaporte, o que facilitava os contactos, na medida em que podia entrar e sair livremente do nosso país. Era o motorista espanhol o elemento da rede que mais ganhava. Alberto cobrava 15 mil escudos pela passagem de 4 indivíduos.

Como Alberto não chegou a ser detido, não nos é possível aprofundar mais a sua atividade. Unicamente de poderá referir, que uma vez efetuada a travessia para Espanha, era o motorista quem ia ter com os emigrantes, transportando-os seguidamente até à fronteira de Irún.

Retomando ainda o Engajador existe ainda outra particularidade destas redes do concelho de Serpa. Domingos Preto Paulino, talvez o Engajador mais conhecido durante os anos 60 no concelho de Serpa, optou por atuar sozinho. Desde modo após ser contactado pelos emigrantes, era ele próprio quem ia buscar os emigrantes, que os ajudava a realizar a travessia da fronteira. Já em Espanha, ele e os emigrantes dirigiam-se até Rosal de La Frontera a fim de obter o salvo-conduto (mais à frente justificaremos qual a função desse documento).

Citando um dos autos de perguntas:

²⁹ Tribunal de Serpa – Guia de Remessa, Processo de Querela, maço 24, proc.º 245, ano 1965, Querela – I volume, Autor Mº Pº -Réus: Manuel Silva Pedro, António Guerreiro Martins, José Maria Guerreiro, 3 apensos – 2 vol.sp

“Uma vez no Rosal, Domingos levou Aníbal e António ao posto da polícia espanhola que lhes concedeu um salvo-conduto, que os autorizava a permanecer em Espanha um mês. Seguidamente cada um dos emigrantes pagou a Paulino 100 escudos, perfazendo um total de 200 escudos, como fora combinado.

Aí comprava-lhes o bilhete de “carreira” que os conduziria ou a Sevilha ou Madrid, cidades onde tomariam o comboio que os levaria até França.”

A opção de atuar sozinho, não foi tomada ao acaso. A partir de 1966 qualquer cidadão português poderia adquirir um salvo-conduto, documento que permitia a permanecer em Espanha. Esse documento era válido por um mês.

No seguimento da abordagem ao funcionamento das redes clandestinas de emigração, vamos centra-nos num caso bastante caricato, cujo engajador também já foi referenciado anteriormente.

No ano de 1966³⁰, três indivíduos, reclusos na Prisão de Loulé (Algarve), decidem fugir. Qual o motivo da fuga? A emigração clandestina para França. Esta fuga acontece após um dos furtivos, José Soller, convencer os companheiros de prisão que a fuga seria a melhor opção. Segundo José Soller, se permanecessem em Portugal, poderiam ser condenados uma pena até 8 anos de prisão. José Soller, já há vários anos que se dedicava ao aliciamento e auxílio na emigração, sendo o crime que conduziu à detenção em Loulé.

Após a Fuga, entraram em contacto com um motorista de táxi, que os levou até Vila Verde de Ficalho. A escolha dessa localidade devia-se aos contactos que Soller frequentemente estabelecia com motoristas espanhóis. Porém esta tentativa de emigração saiu gorada, uma vez que os portugueses e o espanhol acabaram por ser detidos pelas autoridades espanholas.

³⁰ Tribunal de Serpa- Guia de Remessa - Processos de Querela: Maço 23; Proc. Ano 220/66; Querela; Autor Mº Pº ; Réus José Luís Alberto; Vendrel Soller ou José Luís Vendrel Soller; Joaquim Costa Faísca; João Fernandes Martins; 1º Apenso II Volume; nº 220/66

3.2.2. O itinerário

O Engajador como se tem vindo a referir tem um papel fundamental no decorrer das operações. Era ele quem definia as datas, bem como os percursos a realizar.

Na maior parte dos casos, o engajador contratava um taxista que ia buscar os futuros emigrantes à sua localidade. Os futuros emigrantes eram informados (por carta ou telefone) do local, dia e hora da partida. Uma vez chegado o táxi, partiam para Vila Verde de Ficalho, onde eram aguardados pelo Engajador e ou pelos passadores. Cabia a estes últimos a tarefa de realizar a travessia da fronteira.

Na generalidade dos casos após a transposição da Fronteira Portuguesa, o itinerário seria sempre o mesmo. Todavia, este é um ponto um pouco difícil de definir, na medida em que os processos judiciais advêm de emigrações “frustradas”. Nos processos, somente encontramos indivíduos que viram a sua tentativa de chegar a França de forma indocumentada e clandestina gorada.

Contudo, é possível estabelecer os possíveis itinerários, pois alguns dos réus só foram detidos à entrada de França.

Pelo que se pode averiguar, existiam dois percursos utilizados:

-Itinerário 1: Rosal de la Frontera, Aroche, Cortegana, Sevilha, Madrid, Urim. Este era o percurso para quem optava por realizar a travessia em transportes públicos³¹.

Itinerário 2: Rosal de la Frontera, Madrid e Irún. Percurso utilizado pelos motoristas. Este era bem mais curto que o anterior.

³¹ O Salvo-conduto emitido em Rosal de la Frontera permitia aos emigrantes clandestinos permanecer um mês em Espanha. Este itinerário era bem mais económico. Porém, só o Engajador Domingos Preto Paulino optava pelo mesmo.



Fig4. Itinerário 2

3.2.3. Custos da Emigração Clandestina.

A saída do país de forma clandestina e indocumentada era algo bastante dispendioso. Nesse sentido, muitos eram aqueles que após os contactos com o engajador tinha de adiar a saída do país, por não possuírem o dinheiro necessário para a travessia.

Vale sempre a pena frisar, que nas redes de emigração clandestina, o Engajador é o “chefe” e o principal intermediário da rede de emigração clandestina, pelo que é ele quem negocia o valor da operação. Era ainda o engajador quem definia as quantias a pagar aos passadores. Quanto aos motoristas, eram estes quem determinavam os custos da sua atividade.

Não existia uma quantia definida. Porém, como Vila Verde de Ficalho era terra fronteiriça, os valores era inferiores aos cobrados por Engajadores a operar em Lisboa, como se poderá constatar na história do Sr. Bento Calado. Porém podemos já adiantar que na capital portuguesa, os engajadores cobravam, em média 10 mil escudos.

Nos processos judiciais surgem várias quantias, que de certo modo variam consoante, o número de pessoas envolvidas na rede.

No caso de os emigrantes só pedirem auxílio na passagem da fronteira pagavam entre 100 a 500 escudos. Todavia se o auxílio solicitado englobasse todo o percurso até França, aí a quantia aumentava consideravelmente. A soma mínima exigida era de 5500 escudos por pessoa, havendo alguns Engajadores, “conceituados” que cobravam 6000 escudos.

Numa época em que a maioria da população vivia com sérias dificuldades económicas, não era fácil arranjar a quantia necessária para emigrar para o “oásis” França. Era bastante comum a família do emigrante contrair dívidas de forma a possibilitar a emigração.

Analisando os valores cobrados, depreende-se ainda que as redes se aproveitavam do desespero de muitos, pelo que ao apresentarem o valor, o mesmo não era contestado. Alias aos autos de perguntas é notório que não havia negociação de montantes. No auto de declarações: 21/07/1965: Manuel dos Santos Bexiga à matéria dos autos respondeu (...) No local ele entregou a Lopes a quantia de 4000 escudos, respeitante à despesa do filho, pelo que depois, lhe daria o resto, ou seja 1500 escudos, o que não chegou a fazer. “³²

Pensemos agora qual seria a reação daqueles emigrantes que no decorrer na viagem acabavam por ser detidos. Seria desesperante.

³² Tribunal de Serpa – Guia de Remessa, Processo de Querela, maço 24, proc.º 245, ano 1965, Querela – I volume, Autor Mº Pº -Réus: Manuel Silva Pedro, António Guerreiro Martins, José Maria Guerreiro, 3 apensos – 2 vol.

Quando ocorriam detenções de engajadores e emigrantes, os primeiros eram na maioria dos casos obrigados a devolver o dinheiro. Todavia, aquando da detenção, a maior parte do dinheiro ganho na operação já havia sido gasto: *“Apercebendo-se, que o seu primo havia-os enganado entregou a Manuel da Silva Pedro 2 mil escudos, ficando com os outros 2 mil escudos para si. Em conversa com Manuel este deu-lhe o número do seu pai, pelo que Manuel Leitão Valente contactou telefonicamente o pai de Manuel, onde lhe contou o que havia sucedido, pedindo-lhe para se deslocar a Vila Verde de Ficalho. Quando aquele chegou Manuel Leitão valente contou-lhe em pormenor o sucedido e entregou os restantes 2 mil escudos.”*³³

Relativamente aos pagamentos os mesmos eram realizados à chegada a Vila Verde de Ficalho. Mas também aqui se verificam exceções, observáveis Proc. Ano 220/66.³⁴ Neste processo os emigrantes clandestinos realizaram o pagamento da travessia já em França: *foi o espanhol que os incitou a evadirem-se e saíram da prisão por intermédio de uma chave de madeira arranjada pelo Faísca e de um cordel enrolado com que escalaram o muro, sem que o carcereiro se apercebesse dos preparativos da fuga. O espanhol disse colocá-los em França mediante o pagamento de 10 mil escudos que pagariam quando se encontrassem a trabalhar naquele país. Não chegaram a entregar qualquer importância e as despesas com a viagem foram pagas pelo Espanhol que tinha o dinheiro escondido no forro das calças.”* (declaração João Fernando Martins Processo 200/66). Esta situação é bastante rara, na medida em que os engajadores não corriam riscos dessa natureza.

³³ Tribunal de Serpa – Guia de Remessa, Processo de Querela, maço 24, proc.º 245, ano 1965, Querela – I volume, Autor Mº Pº -Réus: Manuel Silva Pedro, António Guerreiro Martins, José Maria Guerreiro, 3 apensos – 2 vol.

³⁴ Processos de Querela: Maço 23; Proc. Ano 220/66; Querela; Autor Mº Pº ; Réus José Luis Alberto; Vendrel Soller ou José Luís Vendrel Soller; Joaquim Costa Faísca; João Fernandes Martins; 1º Apenso II Volume; nº 220/66

3.3. O perfil social do emigrante clandestino

Os emigrantes clandestinos dos anos 60 eram essencialmente trabalhadores rurais. Em França, país de destino, “ A atividade destes emigrantes é quase exclusivamente agrícola, sector onde, nesses países, a mão-de-obra escasseia” (ALMEIDA,1974:183).

Quanto às relações familiares, verifica-se que existem na maioria dos emigrantes detidos laços familiares (irmãos, cunhados, tios, esposas), o que confirma que naturalmente por se tratar de “uma aventura perigosa” os emigrantes preferiam partir em grupo. A par das relações familiares, também as relações de amizade são comuns. Segundo a informação contida nos processos judiciais, os emigrantes tinham entre eles laços familiares ou relações de amizade: “*Numa das cartas Aníbal pedia a Domingos Preto Paulino que escrevesse à sua mulher, Maria Balbina Rocha, a fim de combinarem a forma de também Maria Balbina sair do país. Acrescentava ainda que também a mulher de António iria emigrar.*”³⁵

Mesmo os familiares que permaneciam em Portugal, acabavam sempre por estar envolvidos nos processos, pelo que quando os réus eram julgados, os familiares geralmente eram notificados para prestar declarações³⁶. Os familiares dos emigrantes para além de terem conhecimento do ato ilegal que seria cometido, eram condescendentes, sendo também por vezes os principais financiadores das viagens, como anteriormente já foi mencionado.

A PIDE e a GNR sabiam que os familiares estavam ocorrentes das intenções dos emigrantes, pelo que nos autos de perguntas de vários processos poderemos observar as questões que lhes eram feitas. Os autos pretendiam essencialmente apurar qual o envolvimento das famílias nas redes de emigração clandestina.

³⁵ Declarações do réu Domingos Preto Paulino no Processo Processo/ano: 131/1969; Correccional; Réus Domingos Preto Paulino e outros.

³⁶ Tribunal de Serpa: Maço 3; Processo/ano: 131/1969; Correccional; Réus Domingos Preto Paulino e outros.

Nos autos de perguntas eram colocadas pela PIDE as seguintes questões:

a) Quanto pagou cada indivíduo ao engajador, quando e onde, pelo auxílio prestado na saída clandestina dos mesmos, do país;

b) Se algum dos referidos nacionais ou outros foram aliciados a emigrar clandestinamente pelo engajador X, em caso afirmativo, quando e onde.

c) Se o mesmo engajador X interferiu na saída clandestina de Portugal de quaisquer outros indivíduos e, em caso afirmativo, quem, quando e por onde, e tudo mais que possa interessar à matéria dos autos;

Os emigrantes clandestinos referidos nos processos judiciais têm vários aspetos em comum, como é o caso da idade. A faixa etária situa-se entre os 17 e os 33 anos. Como temos conhecimento o serviço militar era obrigatório para os jovens de sexo masculino entre os 18 e os 21 anos. Temendo ser recrutados para a Guerra Colonial, a Emigração Clandestina era a solução.

3.4. Mecanismos de Combate à Emigração Clandestina.

No ano de 1947 o Decreto – Lei nº 36 de 28 de Outubro instituiu a Junta de Emigração. Este organismo ficava incumbido de regulamentar a Emigração legal.

Num panorama europeu, consideramos que Portugal foi pioneiro na organização desta Junta. De acordo com Carlor Sanz Díaz somente em 29 de março de 1960 a Espanha criava o Instituto Espanhol de Emigração (SANZ DÍAZ, 2004:27).

Tanto a Junta de Emigração como o Instituto Espanhol de Emigração tinha objetivos comuns: auxiliar o processo de emigração legal ou assistida, como também é designada (SANZ DÍAZ, 2004). Mas a par do auxílio na emigração assistida, a Junta de Emigração tinha ainda a função de controlar a emigração legal. Esse controlo

tentava ser efetuado limitando o número de contratos de trabalho para o estrangeiro.

Só em 1962 com o decreto –Lei nº 44 427 de 29 de Junho ficaram definidas normas para a emigração. No mesmo ano também se intensificaram em Espanha as detenções de emigrantes clandestinos portugueses. De acordo com Vítor Pereira *“Sin lugar a dudas, el volumen de la emigración clandestina había aumentado entre 1962 y 1963, pero no en la misma proporción en la que se habían incrementado las detenciones, por lo que podemos concluir que la visita de Alonso Vega contribuyó a que las fuerzas de policía españolas intensificasen su persecución de migrantes portugueses desprovistos de pasaporte.”* (PEREIRA,2008: 82)

Quanto ao crime por aliciamento/auxílio à emigração clandestina, o mesmo seria regulamentado no ano de 1961 pelo artigo 85 do Decreto-lei 39794-8-954 com a redação pelo Decreto-lei número 43582 de 4 -4-1961.

Estando tudo devidamente regulamentado competia tanto à GNR como à PIDE realizar um controlo bastante apertado junto das zonas fronteiriças, a fim de conseguir evitar e também controlar a emigração clandestina.

Até 1964, sempre que a Guardia Civil espanhola encontrava emigrantes sem a documentação necessária, detinha-os e depois envia-los para o posto fronteiriço português mais próximo. Esse modo de atuação das forças de Intervenção espanholas, facilitavam o controlo da emigração ilegal portuguesa.

Todavia, em 1965 vão ocorrer alterações. A partir desse ano o estado espanhol passou a emitir salvo-condutos, que permitiam aos portugueses permanecer um mês em Espanha. A emissão destes documentos teve repercussões imediatas na emigração irregular portuguesa.

Como resposta à alteração da política espanhola, Salazar aprova em Conselho de Ministros o Decreto-lei nº46 939, de 5 de Abril. O objetivo deste decreto era reprimir a emigração ilegal, mas não se verificou qualquer redução.

No entanto, nem todos os engajadores tinham conhecimento da existência destes salvo-condutos pelos que muitos acabaram por ser detidos.

Grosso modo, quando detidos, tanto os emigrantes clandestinos, como os engajadores/passadores eram sujeitos por parte da PIDE ou GNR a interrogatório. Mas será que toda a informação contida nos autos de perguntas é revestida de veracidade? Não sabemos, pois são desconhecidas as condições e as pressões a que os arguidos eram sujeitos. Dissecando os vários autos de perguntas constantes nos processos judiciais depreende-se que as autoridades recorriam à violência, na medida em que ao longo dos autos de perguntas as informações vão sendo complementadas.

Quanto aos interrogatórios realizados aos arguidos e testemunhas, vemos que ao longo dos vários processos existe uma uniformidade nos interrogatórios. Parece-nos então pertinente apresentar as questões tipo dos interrogatórios, uma vez que foi através das mesmas que se tornou possível reconstruir as redes de emigração clandestina.

Nos autos das fontes analisadas constam as seguintes questões:

- a)alguma vez esteve preso, quando e porquê, se foi condenado e em que pena?;
- b)porque resolveu emigrar;
- c)como conheceu o indivíduo (engajador) X;
- d)como ocorreu a troca de correspondência com o ...?

Com estas questões muitas vezes a PIDE conseguia detetar outros crimes de aliciamento à emigração clandestina, situação também observável nos processos judiciais.

A emigração aqui retratada é a clandestina, pelo que a mesma tinha de ser severamente reprimida, pois caso contrário os emigrantes clandestinos seriam cada vez mais.

Segundo o artigo 3º do Decreto-lei nº49 400, de 19 de Novembro de 1969 “*a prática do crime por aliciamento e auxílio à emigração clandestina era punida com prisão até dois anos e multa correspondente, se a quantia ou valor foi inferior a 5000\$00; com prisão de dois a oito anos se a quantia ou valor for igual ou superior a 5000\$00;*»

Efetivamente as penas eram particularmente duras para os Engajadores, enquanto os emigrantes clandestinos beneficiavam de penas mais suaves, que não excediam os 2 anos de prisão.

Aos arguidos culpados era aplicado um termo de fiança, que variava consoante a gravidade dos atos praticados. Não existia um valor imposto, temos casos em que a multa é de 5 mil escudos, 10 mil escudos ou 50 mil escudos. No casos dos réus não poderem disponibilizar a quantia, a mesma era convertida em dias de prisão efetiva. Pode-se concluir que a Lei, no que respeita à emigração clandestina não era tão severa quando o Estado tentava transparecer.

CAPÍTULO 4. Um salto para França: A História de Bento Calado (1964-1971)

“ E em comum acordo com a sua esposa, resolveu o citado procurar partir para França, através da Junta de Emigração, o que não consegui, já que os contratos de trabalho não eram para todos. (...) Só havia uma hipótese: tentar a segunda vez emigrar a salto” (CALADO,2007:94).

Neste capítulo vamos apresentar a História de Bento Calado. No início da década de 1960, ele era um jovem cheio de sonhos, porém devido ao serviço militar obrigatório os mesmos tiveram de ser adiados.

Natural de Vale Vargo³⁷, uma aldeia também do Concelho de Serpa, discordava com a política imposta pelo Estado Novo. Considera que a mesma os oprimia (jovens) e os condicionava a uma vida cheia de dificuldades. Quando chegou a sua vez de cumprir serviço militar, entendeu que deveria tornar-se um desertor, apesar de ter plena consciência das implicações de tal ato.

No ano de 1961 Bento Calado de 22 anos, juntamente com mais nove conterrâneos, decidiram abandonar a sua terra natal e partir para Lisboa, na sequência do não cumprimento do serviço militar. Uma vez na capital do país, foram viver para um bairro lata, trabalhando na construção civil. Esta ida para Lisboa tinha dois objetivos: fugir a uma detenção e, por outro lado, juntar dinheiro para emigrar para França.

Em 1964, com o apoio económico dos pais, Bento resolveu emigrar a salto. Como se pode deduzir, teve de entrar em contacto com um engajador.

Será que as redes a operar em Lisboa funcionavam da mesma forma que as do Baixo Alentejo?

³⁷ Ver Fig.2

Existem vários aspetos coincidentes, nomeadamente:

- a) o meio de transporte utilizado para a viagem: táxi;
- b) travessia da fronteira: A pé durante a noite;
- c) O percurso em Espanhol é feito por taxistas espanhóis;

Porém também aspetos que se diferenciam, como:

- a) O valor cobrado: cada emigrante tinha de pagar 10 mil escudos³⁸, enquanto no Baixo Alentejo o valor cobrado não excedia os 6000 mil escudos³⁹;
- b) O engajador desempenha aqui também o papel de passador e possui passaporte⁴⁰.

Poderemos concluir que o funcionamento das redes de emigração clandestina, variava de região para região.

Na posse da avultada quantia de 10 mil escudos Bento Calado partiu para França. Contudo, a meio do percurso, (tal como sucedeu a muitos e muitos emigrantes clandestinos), acabou por ser detido pelas autoridades espanholas. Após a detenção, foi encaminhado para Portugal. Uma vez concluído o interrogatório da PIDE, foi libertado. Também os emigrantes caracterizados no capítulo 3 tiveram o mesmo tratamento.

Uma vez em liberdade, Bento resolveu entregar-se às autoridades militares portuguesas, pelo crime de desertor. Acabou por ser condenado em 1966 por esse crime, tendo cumprido pena de prisão até 1969.

Os anos de prisão e a tentativa frustrada de emigração, não o demoveram de emigrar. Em 1971 resolveu novamente tentar a sua sorte. Desta vez até tinha

³⁸ Seria pela discrepância de valores cobrados que muitos emigrantes contratavam engajadores do Alentejo.

³⁹ Depreende-se que o valor cobrado a Bento Calado seja mais elevado, devido à distância.

⁴⁰ A posse deste documento permitia que o engajador/passador transpusesse a fronteira luso-espanhola de forma legal, não incorrendo deste modo nenhum crime.

familiares que tinha conseguido chegar a França de forma clandestina. Recorreu a um passador que também se dedicava ao contrabando. Era comum na época (SILVA, 2008) os contrabandistas também se envolverem no auxílio à emigração clandestina. Isto é algo perfeitamente compreensível, na medida em que o contrabando lhes havia permitido um conhecimento bastante profundo das regiões fronteiriças onde atuavam. Todavia quanto às redes do Baixo Alentejo não se verificou tal interceção. Porém, não nos podemos esquecer que a caracterização das redes Alentejanas foi feita tendo por base os processos judiciais instaurados a quem era detido quer por auxílio e aliciamento à emigração clandestina, quer por tentativa de emigração clandestina. Assim, não se pode excluir a possibilidade dos contrabandistas no Alentejo não se dedicarem à atividade de engajador/passador.

Da história de Bento Calado consegue-se retirar um aspeto novo relativamente aos elementos que constituem as redes de emigração clandestina do Baixo Alentejo: A participação das mulheres. Quando realizou a travessia de Espanha, o táxi que o transportou foi conduzido por uma mulher.⁴¹ Esta participação deve-se logicamente a relações de parentesco. O marido recebia os emigrantes em França, e o cunhado era o passador. Quanto à quantia paga, desta vez foi bem menor: 5 mil escudos. Mais ou menos o mesmo valor cobrado já referido no capítulo 3. Quanto ao pagamento o mesmo foi realizado em duas parcelas: 2500 mil escudos foram entregues ao passador, e o restante dinheiro só foi entregue já em França.

Concluimos que esta rede a que recorreu Bento Calado também operava no Baixo Alentejo, pois a travessia da Fronteira foi feita em Rosal de La Frontera. Quanto ao restante itinerário, opou-se pelo táxi até Badajoz e aí tomou o comboio que o levaria até França. Este último meio de transporte tornou-se uma prática recorrente no final dos anos 60, o que permitiu também uma redução dos custos das viagens.

A emigração clandestina teve uma enorme incidência no nosso país, mas para tal foram necessárias redes bastante organizadas, já que todo o movimento era revestido de ilegalidade.

⁴¹ A mesma detinha nacionalidade Espanhola

CONCLUSÃO

O estudo apresentado teve como finalidade compreender o funcionamento das Redes de Emigração clandestinas numa escala regional, nos anos de 1960's.

Realizando uma análise da historiografia europeia verificou-se que a emigração clandestina não foi um problema social de há algumas décadas atrás. Vários são os países europeus que ainda hoje se debatem com o mesmo problema. Todavia a década de 1960, foi bastante importante, na medida em que foi aí que ocorreu o “boom” da emigração clandestina na Europa.

Tal como Portugal, os demais países da Europa do sul, também encontraram na emigração ilegal uma forma de solucionar os problemas económicos.

Ao longo da década de 50 e 60, foram sendo assinados entre os países de origem e chegada vários acordos, que visavam por um lado colmatar a excessiva de mão-de-obra – países de chegada, e por outro acelerar o processo de recrutamento de emigrantes.

Todavia, estes acordos acabaram por não ter os efeitos desejados, pois os processos de recrutamentos de emigrantes, encontrava-se revestido de complexos mecanismos burocráticos. Tornava-se então bem mais fácil e simples optar por uma saída ilegal do país de origem. De certo modo esta última opção agradava à nação de acolhimento, pois os emigrantes sujeitavam-se a todos os trabalhos, aceitavam poucos salários e sacrificavam-se a trabalhar sem quaisquer direitos sociais. Os emigrantes clandestinos, buscavam então as redes de emigração clandestina, que os auxiliavam na viagem até ao país de destino.

Quanto às redes de emigração clandestina, este estudo incidiu numa zona região específica: O Baixo Alentejo, mais concretamente o concelho de Serpa. Este

concelho pela sua localização geografia justificou a escolha. Vila Verde de Ficalho é a localidade mais próxima da fronteira, sendo essa proximidade favorável ao surgimento das redes de emigração. Apesar da emigração no Alentejo não ter a mesma incidência que no norte do país, isso não impedia que se formassem as Redes.

Por outro lado, a proximidade com Espanha, permitiu um estreitamento das relações entre espanhóis e portugueses. Assim, era fácil realizar os contactos necessários para que as saídas clandestinas de Portugal rumo a França fossem revestidas de sucesso.

As Redes de Emigração Clandestinas do Concelho de Serpa nomeadamente eram construídas por poucos elementos, uma vez que se tratava em Vila Verde de Ficalho, uma localidade pequena, onde todos os habitantes se conheciam. Por outro lado, os agentes envolvidos na Redes não se dedicam a elas na totalidade, tinham outras profissões. Com estas últimas, os intervenientes nas redes, tentavam camuflar a sua participação ativa no aliciamento e auxílio à emigração clandestina.

Na generalidade as Redes são constituídas por um Engajador, dois passadores e um por um motorista de nacionalidade espanhola. Motorista é comum a todos os engajadores, o que significa que participava ativamente em todas as redes de Vila Verde de Ficalho.

Quanto aos custos da emigração os mesmos eram bastante elevados, tendo em consideração as parcas condições económicas da generalidade da população. Assim, os familiares poderão ser considerados agentes sociais indiretos que permitiram a sobrevivência das redes, porque muitos eram os pais que contraíam dívidas, para obterem a quantia monetária exigida pelos engajadores aos seus filhos.

Quanto aos custos da passagem a “salto”, o montante variava de engajador para engajador, e também consoante o número de intervenientes. Relativamente a este último aspeto, por vezes alguns indivíduos comprometiam-se a passar os

emigrantes para Espanha. No entanto, segundo se constatou, essas operações por vezes eram mal sucedidas, pois a Guardia Civil, ou a GNR acabava por deter emigrantes e engajador. Verificou-se que ser engajador e passador eram atividades complexas e que exigiam por lado um conhecimento profundo da morfologia da região, bem como, os movimentos, pontos de vigia e rondas das autoridades.

Quanto ao perfil do emigrante clandestino, é jovem sexo masculino (pouco incidência do sexo feminino), trabalhador rural, na sua maioria, que vem na emigração uma forma de melhorar as suas condições de vida.

De forma a reprimir a emigração clandestina, o Estado Novo teve a preocupação de desenvolver políticas de combate à emigração Clandestina. No ano de 1947 é criada a Junta de Emigração, porém como se pode verificar e nos estudos de Carlos Almeida (ALMEIDA,1974) e Maria Ioannis Baganha (BAGANHA,1994) a partir dos anos 60 acontecerá uma “explosão” na emigração clandestina portuguesa. Essa “exploração” é particularmente elevada a partir de 1965, devido à alteração da política espanhola em relação aos emigrantes clandestinos portugueses. A partir de 1965 Espanha passou a emitir salvo-condutos que permitiam às pessoas de outras nacionalidades permanecer um mês em Espanha. Obviamente que os portugueses (engajadores e emigrantes) aproveitaram esses salvo- condutos, na medida em que a obtenção dos mesmos garantiam praticamente o sucesso da travessia até França.

O Estado Português como resposta à nova política espanhola aprovou um novo Decreto-Lei, que regulamentava o crime de emigração clandestina. Todavia, a ideia de oposição à emigração tornava-se contraditória, pois uma vez analisados os processos judiciais instaurados no Concelho de Serpa, deparamo-nos com penas curtas, que poderão ser convertidas em multas. O Sr. Bento Calado de quem nos foi possível recolher o testemunho escrito, refere que quando foi detido na primeira saída a *salto* de Portugal, somente foi inquirido e agredido sendo seguidamente colocado em liberdade. Portanto a emigração clandestina acabava por ser uma atividade lucrativa para o estado português.

No trabalho de Marta Silva (SILVA,2008:111) coloca-se uma questão que é pertinente referir “*Interrogamo-nos se os mecanismos de funcionamento aqui descritos são ajustáveis a toda a realidade nacional (norte e sul) dos anos 60-70. Consideramos que existem muitos aspetos ajustáveis, principalmente no que respeita ao funcionamento das redes propriamente ditas. Porém os papéis dos atores envolvidos é que diferem em determinados aspetos.*”

Gostaríamos de ter aprofundado outros aspetos, nomeadamente o acolhimento dos emigrantes clandestinos alentejanos em França. Todavia as fontes recolhidas não nos permitiram aprofundar essa questão.

Outras questões como a comparação com a atualidade, também seria uma temática importante, na medida em atualmente estamos a viver um outro surto emigração.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Fontes de Arquivo

Arquivo Distrital de Beja

-Tribunal da Comarca de Beja, Transgressões, 3º e 4º Vols (101), Maço 75, proc.º 47-1, Ano 1960.

-Tribunal da Comarca de Beja, Maço 105, Pº 9D, Ano 1960, José Maria Urbano e Carlos Germano da Costa, Beja, Polícia Correccional.

- Tribunal de Serpa – Guias de Remessa – Processos de Querela, Maço 29, proc.º nº ano 35/1975, espécie – Autos de Instrução Preparatória, Participante – A Guarda-fiscal – Serviço de Fronteiras – Ficalho, Arguido: Domingos Preto Paulino.

- Tribunal de Serpa – Guia de Remessa, Processo de Querela, Maço 29, proc.º ano 71/1974, Espécie Querela, autor Mº Pº, Réu: Domingos Preto Paulino, Lesado: Domingos Grilo Gouveia, Apenso: 1 apenso.

- Tribunal de Serpa – Guia de Remessa, Processo de Querela, Maço 24, proc.º ano 245/1965, Querela – I volume, autor Mº Pº, Réus: Manuel Silva Pedro, António Guerreiro Martins; José Maria Guerreiro, 3 apensos- 2 vol.

- Tribunal de Serpa – Guia de Remessa, Processo de Querela, maço 23, proc.º ano 220/1966, querela, autor Mº Pº, Réus: José Luís Alberto; Vendrel Soller ou José Luís Alberto Vendrel Soller, Joaquim Costa Faisca, João Fernandes Martins, 1 apenso, II Volume nº 220/66.

-Tribunal de Serpa – Guia de Remessa, Processo de Querela, maço 24, proc.º 245, ano 1965, Querela – I volume, Autor Mº Pº -Réus: Manuel Silva Pedro, António Guerreiro Martins, José Maria Guerreiro, 3 apensos – 2 vol.

Fontes Impressas

CALADO, Bento, *O Salto para França*, 2007.

Bibliografia

ALMEIDA, Carlos, e António Barreto (1974), *Capitalismo e Emigração em Portugal*, Lisboa, Prelo Editora.

ALMEIDA, José Carlos Ferreira de (1964), “A Emigração Portuguesa Para França, Alguns Aspetos Quantitativos”, *Análise social*. - Ano 2, Nº 7-8 (2º sem. 1964). - pp. 599-622.

ANTUNES, M. L. Marinho (1970), “Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários”, *Análise Social*, XVIII (30-31), pp. 299-385.

ANTUNES, M. L. Marinho (1981), “Migração portuguesa, mobilidade social e identidade cultural”, *Análise Social* (65), pp. 17-28.

ANTUNES, M. L. Marinho (1970), “Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários”, *Análise Social* 30-31 (8), pp. 299-385.

ARROTEIA, Jorge (1983), *A Emigração Portuguesa, suas Origens e Distribuição*, Lisboa, ICALP.

BADE, Klaus J. (2004), “Legal and illegal immigration into Europe: experiences and challenges”, *European Review*, Vol. 12, No. 3, 339–375.

BAGANHA, Maria Ioannis (1991), “Uma imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração”, *Análise Social*, XXVI (112-113), pp. 723-739.

BAGANHA, Maria Ioannis (1994), “As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional”, *Análise Social*, XXIX (128), pp. 959-980.

BAGANHA, Maria Ioannis (2003), “From closed to open doors: Portuguese emigration under the Corporatist Regime”, *e-Journal of Portuguese History*, 1(1), pp. 1-16.

BANDEIRA, Leston (1996), *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

BOUDON, Raymond, Philippe Besnard, Mohamed Cherkaoui, Bernard-Pierre Lécuyer (coord.)(2002) *Dicionário de Sociologia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p.208,209.

BRANCO, Jorge Portugal (1999), "L'émigration et son contexte: quelques éléments de réflexion sur le Portugal", *Latitudes* (5), pp. 29-33.

CASTRO, Joaquim Filipe Peres de (2008), *Os efeitos do vaivém da emigração continental: um estudo de caso em Melgaço*, Universidade Fernando Pessoa, Porto (tese de mestrado).

CAVACO, Carminda (1995), *Planificação transfronteiriça e desenvolvimento regional e local: In as regiões de fronteira – Inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu. Estudos para o desenvolvimento regional e urbano*, CEG, UL, Lisboa.

CEPEDA, Francisco José Terroso (1995), *Emigração Portuguesa Um Fenómeno Estrutural*, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, p.24.

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa, I Volume. A. F., verbo, 2001, p.834.

ENTORF, Horst, MOEBERT, Jochen (2004), “The Demand for Illegal Migration and Market Outcomes”, *Intereconomics*, pp.7-10.

FASSMANN, Heinz, MUNZ Rainer (1994): “European East-West Migration, 1945-1992” *International Migration Review*, *Acta Sociologica* 38: 295,296.

FERREIRA, Alexandra Corina da Silva (2009), *A Emigração Portuguesa e as Políticas Migratórias Europeias*, Universidade de Aveiro, Aveiro (tese de mestrado).

HECKMANN Friedrich (2004) “Illegal Migration: What Can We Know and What Can We Explain? The Case of Germany” *International Migration Review*, Vol. 38, No. 3, Conceptual and Methodological Developments in the Study of International Migration, pp. 1103.

LEITE, Joaquim da Costa (1996), «Os negócios da emigração (1870-1914)», *Análise Social*, Vol.XXXI, nº136-137, pp.381-396.

MASSEY, Douglas S. (2004) “Measuring Undocumented Migration” *International Migration Review*, Vol. 38, No. 3, Conceptual and Methodological Developments in the Study of International Migration, pp. 1075-1102.

MOREIRA, H. (2005), “Emigração Portuguesa (Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas)”, *Revista de Estudos Demográficos*, nº 38, INE, pp 47-65.

MURTEIRA, Mário (1965), "Emigração e política de emprego em Portugal", *Análise Social*, pp. 258-278.

PAIVA, Amadeu Ferreira de (1983), *International Migration Review*, Vol. 17, No. 1, pp. 138-147.

PEIXOTO, João (2007), "Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal", *Análise Social*, pp. 445-469.

PEREIRA, Victor (2004), "La politique d'émigration de l'Estado Novo entre 1958 et 1974", *Cahiers de l'URMIS*(9), pp. 15-33.

PEREIRA, Victor (2009), "Emigração e desenvolvimento da previdência social em Portugal", *Análise Social*, XLIV (192), pp. 471-510.

PEREIRA, Victor (2008), "España como país de tránsito. El caso de la emigración portuguesa hacia Francia (1957-1974) "Migraciones & Exilios: Cuadernos de la Asociación para el estudio de los exilios y migraciones ibéricos contemporáneos, p.75-114.

PEREIRA, Victor (2005), «El poder de la impotência. Policías, y migración clandestina entre Portugal y Francia (1957-1974)», *Política y Sociedad*, vol.42, nº3, pp.103-120.

POINARD Michel (1983), "Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa", *Análise Social*, vol. xix (76),-2.º, pp 261- 296.

RIBEIRO, F.G. Cassola (1986), *Emigração Portuguesa. Algumas Características Dominantes dos Movimentos no Período de 1950 a 1984*, Porto, Secretaria de Estado das Comunidades/Centro de Estudos.

RINAURO, Sandro (2009), *Il cammino della speranza*, Einaudi Storia.

ROCHA, Nuno (1965), *França, A Emigração dolorosa*, Lisboa, Odisseia.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, e Jorge Arroiteia (1984), *Bibliografia da Emigração Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Português de Ensino à Distância.

SANZ DÍAZ, Carlos (2005), *Emigración Española y Movilización Antifranquista en Alemania en Los Años Sesenta*, Madrid, Fundación 1º de Mayo, doc. 4.

SANZ DÍAZ, Carlos (2004), «“Clandestinos”, “Ilegales”, “Espontaneos”... La emigración irregular de españoles a Alemania en el contexto de las relaciones hispano-alemanas, 1960-1973», Cuadernos de Historia de las Relaciones Internacionales, Madrid, Comisión Española de Historia de las Relaciones Internacionales.

SERUYA, Luís Miguel (1982), "Determinantes e características da emigração portuguesa, 1960-1979", em Heing-Michael Stahl (org.), *Perspectivas da Emigração Portuguesa para a CEE, 1980-1990*, Lisboa, Moraes/Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, pp. 37-64.

SILVA, Marta Nunes (2008), *Redes de Emigração Económica Clandestina com Destino a França (Penedono, 1960-1974)*, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa (tese de Mestrado).

SILVA, Marta Nunes (2011), *Os trilhos da Emigração, Redes Clandestina com Destino de Penedono a França 1960-1974*, Lisboa, Edições Colibri.

TAEUBER, Irene B.(1944), “Population Displacements in Europe” *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 234, Agenda for Peace pp. 1-12.

TIAGO, Manuel (1975), *5 Dias 5 Noites*, Lisboa, Edições Avante.

VILLARES, Artur (1985), "A Emigração Clandestina em Montalegre", *Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Montalegre*.

ZLOTNIK, Hania (1998), "International Migration 1965-96: An Overview" *Population and Development Review*, Vol. 24, No. 3 , pp. 429-468.

ANEXOS

Anexo 1: Processos Judiciais analisados (transcrições parciais)

Processo 1 (1965)

-Tribunal de Serpa – Guia de Remessa, Processo de Querela, maço 24, proc.º 245, ano 1965, Querela – I volume, Autor Mº Pº -Réus: Manuel Silva Pedro, António Guerreiro Martins, José Maria Guerreiro, 3 apensos – 2 vol.

- O processo está ordenado cronologicamente.

O primeiro documento é o Corpo Delito onde consta a autuação aos arguidos José Maria Guerreiro e Manuel da Silva Pedro, ambos detidos por tentativa de Emigração Clandestina.

Auto de Perguntas: 20/06/1965: José Maria Guerreiro.

PIDE: Alguma vez esteve preso, quando e porquê, se foi condenado e em que pena?

Réu: Respondeu negativamente.

PIDE: porque resolveu emigrar?

Réu: Porque na sua terra tem tido sempre muitas dificuldades. No entanto, como sempre teve dificuldades económicas teve de dizer ao seu companheiro Manuel Silva Pedro que lhe seria impossível empreender tal viagem. No entanto, Manuel disse-lhe que isso não era impedimento, uma vez que este último tinha facilidade em arranjar o dinheiro suficiente para os dois. Iria subtrair esse dinheiro ao seu pai. Por outro lado, Manuel conhecia um indivíduo em Ficalho, o Manuel Leitão Valente, que facilmente os passaria para França. Inclusive já havia escrito uma ou duas cartas a Manuel Leitão Valente para preparar a viagem. Estando toda a viagem preparada, saiu da sua terra no dia 5 de Junho, indo até Cercal do Alentejo de Bicicleta, sendo nesta terra que alugou um táxi até Vila Verde de Ficalho.

Chegados a Ficalho foram à casa de Manuel Leitão Valente, mas por ser muito tarde, este não os atendeu, pelo que tiveram de dormir na rua.

No dia seguinte foram à taberna do Manuel Valente, onde permaneceram até ao dia 16 de Junho, dia em que apareceu outro indivíduo, primo de Valente, de nome António Garcias Lopes. Este último informou que os conseguia pôr em França, desde que dessem ao seu primo Manuel Leitão Valente a quantia de 10 mil escudos. Entregue o dinheiro, o réu e o seu companheiro foram levados pelo António Garcias Lopes para uma casa de campo um pouco distante da aldeia. Uma vez aí, António Garcias Lopes ausentou-se com o argumento de que ia tratar de arranjar um táxi espanhol que os levasse à França. Permaneceram na casa até ao dia 18, mas o António Garcias Lopes nunca mais apareceu.

Como durante os dias que permaneceram na casa não comeram nada, resolveram ir a Vila Verde de Ficalho ver o que se passava.

Uma vez em Vila Verde de Ficalho, foram à taberna de Manuel Leitão Valente que ficando este último muito surpreendido de os ver, pois segundo lhe havia dito o seu primo António Garcias Lopes, o réu e o seu companheiro já se encontravam em França.

António Garcias Lopes, segundo o Manuel Leitão Valente tinha ficado com a quantia de 6 mil escudos, ficando os restantes 4 mil na posse de Manuel Leitão Valente, sendo esta quantia para gastar em seu proveito.

A 20 de Junho Manuel Leitão Valente acabou por ser detido pelo comandante do Posto da GNR de Vila Verde de Ficalho.

PIDE: Como conheceu Manuel Leitão Valente?

Réu: Conheceu o Manuel Leitão valente por intermédio de Manuel da Silva Pedro.

Auto de perguntas : 20/806/1965: Manuel da Silva Pedro

PIDE: Alguma vez esteve preso, quando e porquê, se foi condenado e em que pena?

Réu: Respondeu negativamente.

PIDE: Porque resolveu emigrar?

Réu: Apesar de levar uma vida razoável, uma vez que o seu pai possui uma padaria, sempre sonhou emigrar para França. Resolveu fazê-lo, porque finalmente havia conseguido convencer o seu companheiro José Maria Guerreiro a emigrar também. Para o convencer, teve de lhe garantir que seria capaz de arranjar o dinheiro suficiente para os dois. Conhecia em Ficalho, o Manuel Leitão Valente, que facilmente os colocaria em França. Referiu ainda que já tinha escrito uma ou duas cartas a Manuel Leitão Valente, e que já havia retirado ao seu pai a quantia de 12 mil escudos, para as despesas que pudessem surgir.

Depois de tudo combinado, saiu da sua terra no dia 5 de Junho, por volta das 20 horas de bicicleta até Cercal do Alentejo, tendo nesta localidade alugado um táxi que os levou até Vila Verde de Ficalho. Uma vez Vila Verde de Ficalho, foram a casa Manuel Leitão Valente, porém por ser já bastante tarde, este não os atendeu. Assim teve de dormir na rua. No dia seguinte, foi à taberna de Manuel Leitão Valente, onde este último lhe apresentou o seu primo António Garcias Lopes, que lhes garantiu que os colocaria em França, desde que entrega-se a Manuel Leitão Valente 10 mil escudos. Uma vez entregue o dinheiro, António Garcias Lopes levou a ele e ao seu companheiro para uma casa de campo, um pouco distante de Ficalho. Chegados a esse local, António Garcias Lopes de imediato partiu, com o argumento de que ia arranjar um táxi espanhol que os transportasse até à fronteira francesa.

Estiveram naquela casa até ao dia 18. Como durante aqueles dias não haviam comido nada, Manuel da Silva Pedro e o seu companheiro, voltaram a Vila Verde de Ficalho para averiguar o que se estava a passar, pois começou a desconfiar que havia sido enganado.

Quando entrou na taberna de Manuel Leitão Valente, este último ficou espantando em vê-lo, pois de acordo com o seu primo António Garcias Lopes, eles já se encontravam em França. Manuel Leitão Valente referiu ainda que meia hora antes, António Garcias Lopes tinha ido buscar a quantia de 6 mil escudos pelo trabalho, ficando os restantes 4 mil para o Manuel Leitão Valente, que possivelmente os gastaria em proveito próprio.

Manuel Leitão Valente disse-lhe ainda que o António Garcias Lopes se havia ausentado para parte incerta, depois de ter recebido o dinheiro.

PIDE: Como conheceu o Manuel Leitão Valente?

Réu: É Frequente Manuel Leitão Valente deslocar-se à sua terra de residência em negócios de cortiça, vindo daí o conhecimento.

Auto de corpo delito indireto: 20/06/ 1965: confirmação dos depoimentos de José Maria Guerreiro e Manuel da Silva Pedro.

Relatório dos arguidos: José Maria Guerreiro e Manuel da Silva Pedro.

Da leitura dos autos verifica-se que os réus foram detidos por tentarem emigrar clandestinamente para Espanha.

Ambos confessaram que entraram em contacto com Manuel Leitão Valente e posteriormente como António Garcias Lopes, tendo este último prometido que os faria chegar a França, mediante a importância de 10 mil escudos. A proposta foi aceite e o dinheiro foi entregue a Manuel Leitão Valente.

No dia 20 foram detidos José Maria Guerreiro e Manuel da Silva Pedro.

Auto de perguntas do Tribunal: 22/06/1965: José Maria Guerreiro

Juiz: Como foi efetuada a detenção pelo comandante da GNR de Vila verde de Ficalho?

Réu: No dia 20 de Junho, pelas nove horas, quando de encontrava na taberna de Manuel Leitão Valente foi surpreendido pelo comandante que o levou para o posto onde foi interrogado.

Segundo o réu, pelo decorrer dos acontecimentos, o comandante já deveria saber o que se estava a passar. Confirma que o seu companheiro Manuel da Silva Pedro havia trocado correspondência com o Manuel Leitão Valente a propósito da passagem para França. Da correspondência trocada, José Maria somente leu um postal onde Manuel Leitão Valente informava que Manuel da Silva Pedro e ele próprio que poderiam ir para Vila Verde de Ficalho, desde que cada levasse 5 a seis contos cada um. Esse postal encontra-se nas mãos de Manuel Leitão Valente.

Auto de perguntas do Tribunal: 22/06/1965: Manuel da Silva Pedro

Juiz: Como foi efetuada a detenção pelo comandante da GNR de Vila Verde de Ficalho?

Réu: No dia 20 de Junho pelas 9 horas, entrou na taberna de Manuel Leitão Valente o comandante que os levou a ele e a José Maria para o posto a fim de serem interrogados. Segundo Manuel o comandante já deveria saber o que se estava a passar, desconhecendo no entanto como obteve essa informação.

Juiz: Como ocorreu a troca de correspondência com Manuel Leitão Valente?

Réu: A correspondência foi trocada com um irmão do José Maria Guerreiro, de nome António Guerreiro. Apenas sabe que a correspondência trocada, continha informações acerca das imposições do Leitão para realizar a passagem do réu e do António Guerreiro. Confirma que possuía um postal dirigido a António Guerreiro do Manuel Leitão Valente. Nesse postal Manuel Leitão Valente dizia que poderiam vir à confiança desde que trouxessem pelo menos 5 a 6 contos, cada um. Inicialmente quem estava para realizar a travessia era António Guerreiro.

De acordo com as declarações realizadas, os depoimentos dos réus José Maria Guerreiro e Manuel da Silva Pedro, são coincidentes, excepto no que corresponde à correspondência, uma vez que Manuel da Silva Pedro diz que as cartas foram endereçadas a António Guerreiro, e José Maria diz que iam endereçadas a Manuel da Silva Pedro.

Auto de perguntas do tribunal: 22/06/1965: José Maria Guerreiro

Nada foi acrescentado ao depoimento anterior.

Termo de Compromisso: 22/06/1965: Compromisso de honra do réu José Maria Guerreiro, onde se compromete a comparecer no tribunal sempre que lhe for solicitado, para além de informar o tribunal no caso de alteração de residência.

Termo de Compromisso: 22/06/1965: Compromisso de honra do réu Manuel da Silva Pedro, onde se compromete a comparecer no tribunal sempre que lhe for solicitado, para além de informar o tribunal no caso de alteração de residência.

Nota informativa de diligência: 5 de Julho de 1965: constata-se que os engajadores Manuel Leitão Valente e o passador António Garcias Lopes, ao se aperceberem que poderiam ser detidos fugiram para parte incerta.

Certidão do processo correccional contra António Manuel Luís, Libânio Correia e Inocêncio Gonçalves de Brito Morais de Quintos, Beja. Data: 1/07/1965.

Ata de audiência e discussão e julgamento:

Juiz: possível questão: já alguma vez respondeu, ou esteve preso?

António Manuel Luís: nunca respondeu nem esteve preso.

Juiz: Sem questão

António Manuel Luís: A saída do país foi tratada conjuntamente com Libânio Correia e Inocêncio Gonçalves de Brito Morais com um José Martinho de Quintos. Foi este último que entrou em contacto com António Garcias Lopes, de Vila Verde de Ficalho, que lhes arranhou dois homens para passarem a fronteira. Uma vez no Rosal da La Frontera, tinham à sua espera um espanhol chamado Alberto que os levou de automóvel até Irún. Cada um dos réus pagou 5 mil escudos, tendo o dinheiro sido entregue por intermédio de José Martinho. Este viajou com os réus até Irún, mas separou-se depois e conseguiu entrar em França.

Juiz: possível questão: já alguma vez respondeu, ou esteve preso?

Libânio Correia: Nunca respondeu nem esteve preso.

Juiz: Sem questão

Libânio Correia: declarou que tratou da sua saída com os c-réus António Manuel Luís e Inocêncio Gonçalves de Brito Morais com um José Martinho de Quintos. Este último entrou em contacto com António Garcia Lopes de Ficalho que lhes arranhou dois homens para passarem a fronteira. Quando chegaram a Rosal de la Frontera, tinham à sua espera um espanhol Alberto, que os levou de automóvel até Irún. Cada réu pagou 5 mil escudos, tendo o dinheiro sido entregue por intermédio de José Martinho, que viajou com eles até Irún, mas que depois se separou e conseguiu entrar em França. De acordo com o Réu tem escrito de lá.

Juiz: possível questão: já alguma vez respondeu, ou esteve preso?

Inocêncio Gonçalves de Brito Morais: Nunca Respondeu, nem esteve preso.

Juiz: Sem questão

Inocêncio Gonçalves de Brito Morais: o réu declarou que embora não o tenha dito à PIDE, ele e os seus companheiros foram auxiliados a sair do país por António Garcias Lopes, de Vila verde de Ficalho. Foi este que os mandou buscar a Quintos num táxi e arranhou dois homens para os encaminharem na passagem da fronteira. Uma vez no Rosal, foram recebidos por um espanhol, de nome Alberto que possui um estabelecimento comercial e um carro amarelo. Nessa altura o Inocêncio entregou 5 mil escudos a Alberto.

Nota Informativa de 13/07/1965: Detenção de Manuel leitão Valente.

Nota Informativa de 13/07/1965: Detenção de António Garcias Lopes

Auto de Perguntas, 13/07/1965: Manuel Leitão Valente

PIDE: Já alguma vez esteve preso, quando e porquê, se foi ou não condenado e em que pena?

Manuel Leitão Valente: Já estive preso há vinte anos atrás, na cadeia de Serpa, durante 3 meses e 8 dias, para cumprimento de uma pena que lhe foi aplicada pelo Tribunal de Serpa, como consequência da prática de contrabando, a que se dedicava na altura. Também foi detido há alguns anos atrás, na cadeia de Serpa, como consequência de desordem, tendo pago uma multa. Ficou absolvido das duas últimas prisões.

PIDE: questão possível: como ocorreram os contactos em os emigrantes?

Manuel Leitão valente: durante o mês de Maio, encontrava-se na sua taberna, quando um indivíduo, que apenas conhece por Augusto, lhe perguntou se não poderia colocar clandestinamente e indocumentados dois indivíduos em França. Caso a resposta fosse afirmativa qual a importância que cobraria a cada um deles. O réu respondeu que naquele momento não tinha possibilidade de os passar, mas assim que fosse possível o informaria. Disse ao Augusto que cobraria a cada indivíduo a importância de 5 mil escudos. Não fez qualquer referência a datas, mas no dia 6 Junho, o Augusto apareceu na sua casa acompanhado de dois homens, mas por ser muito tarde não os atendeu.

No dia seguinte o Augusto, com os outros dois indivíduos (José Maria guerreiro e Manuel da Silva Pedro), onde lhe disse que aqueles eram os dois homens de que anteriormente lhe havia falado, e que eles tinham aparecido em Vila Verde de Ficalho inesperadamente.

Manuel Leitão Valente disse que ainda não tinha qualquer possibilidade de os pôr em França, pelo que seria conveniente que regressassem às suas localidades, conselho que não foi aceite por José Maria Guerreiro e Manuel da Silva Pedro.

José Maria Guerreiro e Manuel da Silva Pedro, ficaram então em casa de Manuel Leitão Valente até ao dia 16 de Junho, e durante o período dessa estadia Manuel Leitão Valente falou com o seu primo António Garcias Lopes, conhecido como engajador, para que os colocasse em França, clandestinamente e indocumentados.

A 16 de Junho António Garcias Lopes, compareceu na taberna de Manuel Leitão Valente, onde se comprometeu a colocar em França, desde que deixassem depositado nas mãos de Manuel Leitão valente, a quantia de 10 mil escudos.

Assim, António Garcias Lopes levou consigo José Maria Guerreiro e Manuel da Silva Pedro no dia 17 de Junho. No dia seguinte apareceu na taberna e informou o respondente que a essa hora os homens já estariam em França, pelo lhe teria de entregar os 6 mil escudos, ficando os restantes 4 mil para Manuel Leitão Valente.

Passada meia entraram na taberna José Maria Guerreiro e Manuel da Silva Pedro, o que deixou Leitão surpreendido, pois já os julgava em França, como o havia informado o seu primo.

Apercebendo, que o seu primo havia-os enganado entregou, a Manuel da Silva Pedro 2 mil escudos, ficando com os outros 2 mil escudos para si. Em conversa com Manuel este deu-lhe o número do seu pai, pelo que Manuel Leitão Valente contactou telefonicamente o pai de Manuel, onde lhe contou o que havia sucedido, pedindo-lhe para se deslocar a Vila Verde de Ficalho. Quando aquele chegou Manuel Leitão valente contou-lhe em pormenor o sucedido e entregou os restantes 2 mil escudos.

Auto de Perguntas, 13/07/1965: António Garcias Lopes

PIDE: Já alguma vez esteve preso, quando e porquê, se foi ou não condenado e em que pena?

António Garcias Lopes: Nunca esteve preso, nem respondeu em qualquer tribunal.

PIDE: Qual a sua situação militar

António Garcias Lopes: Foi submetido à Junta de inspeção, no ano de 1940, tendo ficado isento de todo o serviço militar.

PIDE: questão possível: como ocorreram os contactos em os emigrantes?

António Garcias Lopes: Em meados de Junho foi procurado na sua casa por Manuel Leitão Valente, onde foi questionado se poderia por dois homens que tinha em sua casa em França.

Nessa altura disse-lhe o seu primo que tinha em seu poder 10 mil escudos, que se destinavam ao pagamento da colocação em França. O seu primo, todavia não lhe disse qual a importância que lhe caberia a ele no caso que conseguir colocar os tais

indivíduos em França. O respondente disse ao seu primo que iria ter com um indivíduo que poria em França os dois homens, sendo o custo do transporte de 6 mil escudos. Esta conversa foi tida por volta das 23 horas. Assim pediu ao seu primo que levasse os homens para a Horta de Cima, nas imediações de Vila Verde de Ficalho. Manuel Leitão Valente assim o fez, não tendo havido qualquer troca de dinheiro nessa altura. Seguidamente levou José Maria Guerreiro e Manuel da Silva Pedro em direção à fronteira. Ainda em território nacional. António pediu aos dois homens que aguardassem ali, enquanto ele ia arranjar um táxi espanhol que os levaria à fronteira francesa. Porém, apercebendo-se da responsabilidade do ato, decidiu não os ajudar a sair do país, mas não lhes disse nada, deixou-os à sorte.

Na noite seguinte porém, foi ter com o seu primo tendo-lhe dito, que os dois homens já estariam em França, pois tinha-lhes arranjado um táxi no Rosal de la Frontera. Pediu-lhe, uma vez que o serviço estava feito a quantia de 6 mil escudos. Sabe que os dois homens ao verificarem que haviam sido enganados regressaram à aldeia à casa de Manuel Leitão Valente.

Receando as consequências, António ausentou-se para Lisboa onde gastou em seu proveito 2100 contos, tendo a restante quantia sido roubada na cidade acima referida.

Deseja ainda esclarecer que quem mandou vir os homens foi Augusto rainho, residente também em Vila verde de Ficalho.

Nota informativa 14 de Julho de 1965: Indicação de um outro engajador: Augusto Rainho ou Augusto Marta Gouveia.

Auto de perguntas, 16/07/1965 a Augusto Marta Gouveia.

PIDE: Alguma vez esteve preso, quando e porquê, se foi ou não condenado e em que pena?

Augusto Marta Gouveia: Em princípios de Maio do ano corrente foi entregue pelas autoridades espanholas às autoridades portuguesas, pela área de Vila verde de

Ficalho, por ter atravessado clandestinamente e indocumentado a fronteira, não tendo sido julgado nem condenado.

PIDE: possível questão, como decorreram os factos?

Augusto Marta Gouveia: no dia 1 de Maio estava no Café Baiôa, pela 22h30, quando se apercebeu da presença de dois rapazes estranhos, com quem passou a conversar sobre diversos assuntos. Nessa mesma noite ficou a saber que se chamavam António Guerreiro Martins e Manuel da Silva Pedro, ambos residentes no lugar de Bicos, concelho de Odemira. Estavam em Ficalho, porque pretendia emigrar para Espanha, com destino a França. Convidaram-no pela quantia de 500 escudos a passá-los para Espanha. Estabelecido o plano das passagens, Augusto disse-lhes que o seu amigo João Grilo Galamba também estava interessado em Emigrar clandestinamente para França, pelo que nessa noite foi procura-lo, expondo-lhe o plano da ida para aquele país, que foi desde logo aceite.

Augusto e Galamba conduziram na noite de 1 para 2 de Maio para um monte próximo da fronteira António Guerreiro Martins e Manuel da Silva Pedro. Permaneceram no monte João das Peles até por volta das 6 horas do dia 2, altura em que atravessaram clandestinamente a fronteira em direção a Rosal de la Frontera.

Uma vez aí, Augusto pretendia contactar Alberto, um espanhol que segundo constava conduzia emigrantes clandestinos até à fronteira francesa, por importâncias a combinar. Porém, esse intento não se chegou a realizar, uma vez que já perto do Rosal foram detidos pela Guarda Civil, que o deteve a ele e aos seus companheiros.

Aquando da detenção disseram tanto às autoridades espanholas, como portuguesas que se tinha deslocado em visita a Rosal de la Frontera.

Contudo, ele e Galamba já eram conhecidos das autoridades fronteiriças, pelo que foram repreendidos e informados que se voltassem ali em idêntica situação seriam detidos e enviados a tribunal.

Uma vez regressados Ficalho foram à taberna de Manuel Leitão Valente, onde comeram e contaram o sucedido, resultando daí o conhecimento de entre Manuel Leitão Valente e António Guerreiro Martins e Manuel da Silva Pedro. Estes últimos

pediram a Augusto que lhes arranjasse um táxi que os transportasse até à estação de caminho-de-ferro de Beja, pedido que satisfez. Recebeu ainda 500 escudos que dividiu com Galamba.

Ainda no mês de Maio, António Guerreiro Martins e Manuel da Silva Pedro trocaram correspondência com a finalidade de voltarem, de novo, a emigrar clandestinamente. Assim, Augusto ficou incumbido de arranjar um engajador que os colocasse em França.

Como Manuel Leitão Valente já os conhecia, decidiu abordar Leitão nesse sentido. Ficou então acordado que Manuel Leitão Valente cobraria a cada um 5 a 6 mil escudos. Esta decisão comunicou-a a António Guerreiro Martins por carta, ao mesmo tempo que o informava da pessoa que os poria em França.

António Guerreiro Martins respondeu a essa carta, mas endosso-a a Manuel Leitão Valente. Assim desconhece o conteúdo da mesma, uma vez que não teve oportunidade de a ler. Contudo, admite que se relacionasse com as condições da passagem clandestina para França. Esta afirmação foi feita porque Valente pediu ao respondente que escrevesse um postal a António Guerreiro Martins, ordenando que se apresentassem em sua casa, em Vila Verde de Ficalho, confirmando no mesmo o preço que havia estabelecido em correspondência anterior na passagem clandestina dos dois.

No dia 5 de Junho, Manuel da Silva Pedro e um irmão de António Guerreiro Martins, José Maria Guerreiro, dirigiram-se à residência de Manuel Leitão Valente, tal como este havia determinado. No entanto não foram recebidos, pelo que procuraram Augusto, que os acolheu em sua casa.

No dia seguinte os dois indivíduos acompanhados de Augusto foram a casa do Leitão a fim de promover a ida para França.

A partir dessa data Augusto desconhece o que se passou. Somente sabe que Manuel da Silva Pedro e José Maria Guerreiro, ficaram hospedados em casa do Leitão por 13 dias, findos os quais foram detidos para GNR. Sabe ainda que António Garcias Lopes recebeu de Valente a importância de 6 mil escudos com a finalidade de colocar os outros em Espanha, facto que não chegou a dar.

Auto de Declarações – 16/07/1965: Manuel da Silva Pedro

PIDE: questão possível: quais as razões e como ocorreu a detenção?

Manuel da Silva Pedro: na primeira detenção em Espanha, Rosal de La Frontera, nos primeiros dias de Maio, em companhia do seu amigo António Guerreiro Martins, por se encontrarem indocumentados. Foram auxiliados na passagem da fronteira por Augusto Marta Gouveia, sob o pagamento de 500 escudos.

Segundo o réu, há bastante tempo que vinha planeando emigrar para França clandestinamente e indocumentado. Uma vez em França pretendia trabalhar em qualquer ramo de atividade. Esta vontade manifestou-a ao seu amigo António Guerreiro Martins, que logo se prontificou a acompanhá-lo. Contudo seria Manuel a arcar com todas as despesas da viagem, uma vez que o seu amigo não tinha condições económicas.

No dia 27 de Abril, saíram de Bicos e foram em direção à estação de ferro de Amoreiras, em direção a Beja. Nesta última cidade permaneceram até ao dia 28, onde na camioneta de transporte público seguiram para Vila Verde de Ficalho. Uma vez aí foram até ao café Baio, onde encontraram Augusto Marta Gouveia. Este perguntou-lhe de onde eram naturais, e depois da ingestão de algumas bebidas alcoólicas o Gouveia prontificou-se a passá-los clandestinamente e indocumentados para Espanha, mediante o pagamento de 500 escudos. Quando chegaram a Espanha, o Gouveia disse-lhe que mantinha contacto com Alberto, um espanhol proprietário de um táxi que os levaria a França, pela importância de 700 escudos cada um. Após estarem na companhia desse Alberto o Gouveia regressaria a Portugal. O Gouveia disse-lhe ainda que já havia passado vários emigrantes clandestinos para Espanha. Assim, aceitaram e depois de saírem do café foram a casa de indivíduo, que também auxiliava a passagem de emigrantes clandestinos. Porém uma vez nessa casa, que os atendeu foi a esposa do indivíduo que os informou que o marido não os poderia receber pois estava embriagado. Algumas horas depois, Gouveia foi bater à porta de outro indivíduos, a quem expôs o assunto da passagem clandestina do declarante e do companheiro. Este último aceitou, e convidou-os a pernoitarem numa casa desabitada que se encontrava ali perto. Quando começava a amanhecer foram orientados por Augusto Marta

Gouveia e João Grilo Galamba, até Rosal de la Frontera. Mas, não chegaram a essa povoação, uma vez que foram detidos pela Guarda Civil Espanhola. Esta força policial entregou-os às autoridades portuguesas, na fronteira de Vila Verde de Ficalho. Manuel e António no interrogatório inicial, afirmaram que iam a Espanha em passeio, pelo que foram imediatamente postos em liberdade.

Após a libertação, seguiram os 4 para Ficalho, no primeiro dia de Maio. Uma vez na aldeia, o Gouveia levou-os à taberna de Manuel Leitão Valente. Ai comeram e conversaram com Leitão Valente. Ai ficaram a saber que este último havia sido o primeiro individuo que na noite da saída, o Gouveia havia ido chamar.

O Leitão Valente aceitou de imediato passa-los clandestinamente para Espanha, caso o declarante possui-se a quantia necessária, que eram bem mais elevada que a pedida por Gouveia.

Para que tudo corresse bem, Manuel Leitão Valente entregou a António Guerreiro Martins a sua morada, para que este lhe escrevesse assim que tivessem o dinheiro necessário.

Alguns dias depois o António escreveu ao Leitão onde o informou que poderia começar a tratar da passagem dele do Manuel e de um irmão dele: José Maria Guerreiro.

O Leitão pediu-lhe para endereçarem as cartas a Gouveia.

O declarante referiu ainda ter entregado a Gouveia a quantia de 500 escudos.

António Guerreiro Martins foi trocando correspondência com o Gouveia, mas em determinada data recebeu um postal de Manuel Leitão Valente, que os informava, que podiam procura-lo deste que levassem 5 a 6 contos cada um. Com a certeza que o Leitão os conseguiria pôr em França, Manuel retirou ao seu pai 12 mil escudos, dinheiro que se destinava à passagem clandestina dele e do seu amigo José Maria Guerreiro, pois António Guerreiro Martins havia desistido.

Saíram das suas casas rumo a Vila Verde de Ficalho a 5 de Junho. Quando chegaram a Ficalho, procuraram o Gouveia, uma vez que o Leitão não os quis atender, por ser bastante tarde.

No dia seguinte, Gouveia acompanhou-os a casa do Leitão, onde permaneceram alojados 10 dias, aguardando que o Leitão os introduzisse clandestinamente e

indocumentados em Espanha em direção a França. O Leitão Valente exigiu a quantia de 10 mil escudos pelos dois.

Manuel Leitão valente, após ter o dinheiro na sua posse, mandou chamar António Lopes, o passador que os entregaria a um motorista espanhol. O Lopes pediu ao Leitão que levasse os dois homens para um local que eles conheciam. Cerca das 0 horas do dia 16 foram entregues ao Lopes que os levou para junto da fronteira. Ai permaneceram algum tempo, enquanto o Lopes ia falar com o taxista espanhol. Porém, segundo o Lopes não tinha com ele o dinheiro para a passagem, pelo que teria de ir ao encontro de Leitão Valente.

Aguardaram pelo Lopes até ao dia 18, mas como ele não aparecia resolveram regressar à casa do Leitão Valente, para averiguarem o que se havia passado.

Manuel Leitão Valente, quando os viu ficou bastante surpreendido, uma vez que o Lopes já ali havia estado para receber o dinheiro, onde lhe disse que os homens já iam a caminho de França.

Leitão Valente devolveu ao declarante 2 mil escudos, alegando que dos restantes 8 mil, 6 haviam sido entregues ao Lopes, e os outros dois eram para pagar o seu trabalho na passagem clandestina.

O declarante e seu amigo ainda permaneceram na casa do Leitão até ao dia 20, na esperança de recuperarem a totalidade do dinheiro. Nesse dia 20 foram detidos pela PIDE, voltando o declarante a entregar os 2 mil escudos ao leitão. O leitão devolveu ao pai do declarante a quantia de 3100 escudos.

Auto de Declarações – 16/07/1965: José Maria Guerreiro.

PIDE: questão possível: quais as razões e como ocorreu a detenção?

José Maria Guerreiro: É do seu conhecimento que o seu irmão António Guerreiro Martins e Manuel da Silva Pedro, pretendia emigrar clandestinamente para França, no passado mês de Abril. As despesas da viagem ficaram para Manuel da Silva Pedro, que roubaria a quantia necessária ao seu pai.

Naquela primeira tentativa José Maria não foi convidado, pelo que o conhecimento que possui dos factos foi-lhe contado pelo seu irmão e pelo amigo Manuel. Deste modo, ficou a saber que os outros haviam sido auxiliados na passagem clandestina

por Augusta Marta Gouveia, natural de Ficalho, a quem pagaram 500 escudos, dinheiro esse o Gouveia repartiu com outro individuo, cujo nome não se recorda.

O seu irmão informou de que já haviam combinado com o Gouveia e outro indivíduo, do qual recebeu a direção, a passagem clandestina para França. Segundo lhe foi contado, a travessia de Espanha até à Fronteira de França, seria feita num táxi de um espanhol residente no Rosal de La Frontera.

Assim, o seu irmão começou a escrever ao Gouveia, a fim de combinarem a nova passagem. Julga o declarante, que o seu irmão escreveu ao todo duas cartas e fez um telefonema ao Gouveia e em resposta recebeu igual número de cartas e um postal de Manuel Leitão Valente, pois este último havia fornecido a sua morada a Manuel da Silva Pedro. O António Guerreiro Martins sempre informou o seu irmão e o seu amigo do conteúdo das correspondências trocadas.

Manuel da Silva Pedro, chegou a enviar 500 escudos ao Gouveia, para que este fosse a Rosal de La Frontera tratar dos preparativos da viagem com o taxista espanhol.

Só depois o seu irmão receber um postal do Manuel Leitão Valente, onde este o informava que poderiam ir à confiança desde que levassem 5 a 6 mil escudos cada um.

Nesse postal Manuel Leitão Valente falava de um suposto negócio de fardos de cortiça para despistar as autoridades, no caso das mesmas tomarem conhecimento daquele documento. Depois de tudo arrumado, António Guerreiro Martins desistiu, no último momento de emigrar para França, pelo que a 5 de Junho, ele e Manuel da Silva Pedro, na posse de 12 mil escudos que este último havia roubado ao pai, iniciaram a viagem até Vila Verde de Ficalho, onde chegaram por volta das 2 horas do dia 6. Já em Ficalho foram a casa de Leitão Valente, que não os recebeu, por já ser tarde. Foram então procurar o Gouveia que os acolheu.

Nesse mesmo dia 6 pela manhã foram à taberna do Leitão Valente, que exigiu para realizar a passagem, a entrega de 10 mil escudos.

No dia 16 foi entregue o dinheiro, que seriam segundo Leitão para entregar ao taxista espanhol. Ainda na noite do dia 16 apareceu na taberna António Garcias

Lopes, o passador que os conduziria a Espanha e os entregaria ao motorista espanhol. O Lopes pediu ao Leitão para levar os dois emigrantes para fora da aldeia durante a noite. Assim, por volta da meia-noite do dia 16 o declarante e o amigo foram levados para junto da fronteira espanhola, e foram instruídos que ai permanecessem até ao seu regresso. Ele iria falar com espanhol que já o aguardava, e que caso ele se demorasse não deveriam estranhar. Ficaram então numa horta, para onde seria enviada comida.

Passados 2 dias o Lopes ainda não havia aparecido, resolvendo o dois amigos regressar a Ficalho, para verem o que se estava a passar.

Quando os viu o leitão manifestou surpresa

As restantes declarações não idênticas às de Manuel da Silva Pedro.

Auto de Declarações – 16/07/1965: António Guerreiro Martins

PIDE: questão possível: quais as razões e como ocorreu a detenção?

António Guerreiro Martins: Em determinada altura do mês de Abril o filho do seu patrão começou a falar-lhe como uma certa insistência da saída clandestina para França, convidando-o a acompanhá-lo nessa saída, cujas despesas corriam por conta daquele, pois vinha roubando dinheiro ao seu pai.

Aceite o convite, começaram os preparativos da viagem, tendo escolhido a fronteira luso. Espanhola nas imediações de Vila Verde de Ficalho. Nunca lhe falou da interferência de qualquer engajador, resolvendo que essa viagem seria só do conhecimento dos dois.

No dia 27 de Abril realizaram o trajeto já descrito por Manuel da Silva Pedro.

Uma vez em Ficalho procuraram um café onde pudessem comer, tendo escolhido um de nome Baiôa. Aí um indivíduo, que mais tarde ficou a saber que se chamava Augusto Marta Gouveia, conversou com eles, procurando saber o motivo da sua presença naquela terra.

Como manifestaram vontade em atravessar a fronteira de forma clandestina, o Gouveia prontificou-se a ajudá-los, mediante o pagamento de 500 escudos, com o promessa que uma vez em Espanha os entregaria a um espanhol seu conhecido, de nome Alberto, que o conduziria à fronteira francesa pela quantia de 1400 escudos.

Quanto a ele regressaria a Portugal. O Gouveia disse-lhes para não terem medo, uma vez que ele já havia feito esse trabalho várias vezes com êxito.

Deste modo, o Gouveia levou-os à casa de indivíduo, que segundo lhes disse trabalhava na passagem de emigrantes clandestino. Mas como esse indivíduo não os atendeu, pois segundo a mulher do mesmo encontrava-se embriagado naquela noite.

O Gouveia não desistiu e foi a casa de um outro indivíduo, tendo este último mostrado de imediato vontade em passá-los para Espanha, recebendo a importância de 250 escudos.

Acompanhados de Gouveia e de João Grilo Galamba caminharam para a fronteira espanhola. Porém os engajadores não consideraram atravessarem a fronteira naquele momento, permaneceram numa casa desabitada que estava próxima da fronteira.

Todavia, não conseguiram realizar a travessia, pois foram detidos pela Guarda Civil, que os entregou às autoridades portuguesas na fronteira de Vila Verde de Ficalho.

Nos interrogatórios a que foram submetidos, por instrução de Gouveia e Galamba afirmaram que iam atravessar a fronteira para visitar a aldeia espanhola. Foram então advertidos que se voltassem a cometer um crime idêntico seriam remetidos a julgamento.

Quanto ao dinheiro, os 500 escudos foram entregues por Manuel da Silva Pedro ao engajador Marta Gouveia, em Vila Verde de Ficalho, antes da saída para Espanha.

Quando regressaram, Gouveia levou-os a ele o ao Manuel a uma taberna de Manuel Leitão Valente onde comeram e contaram ao proprietário o que se havia passado. Foi aí que também ficou a saber que o proprietário era o mesmo indivíduo que o Gouveia havia procurado.

O Manuel Leitão valente disse-lhe então que se tivesse a quantia de 6 mil escudos, ele os colocaria nesse mesmo dia em Espanha.

O Manuel Pedro disse que somente tinha 2 mil escudos, e o Valente recusou, porque essa era a quantia necessária para a viagem do rosal até à fronteira Francesa, sendo a mesma realizada num automóvel de um espanhol, cujo nome não revelou.

Leitão Valente entregou a sua direção ao declarante para que este o informasse assim que tivesse o dinheiro.

Passados alguns dias António Escreveu a Augusto marta Gouveia solicitando a preparação de três viagens, uma vez que o seu irmão também iria com eles.

Em resposta o Gouveia pediu-lhe que enviasse 50 escudos, quantia necessária para ir a Espanha ultimar os preparativos com o espanhol proprietário do táxi que os levaria a França.

Ainda nessa carta o Gouveia disse ao declarante para telefonar, pois era mais rápido.

Numa data que já não se lembra António telefonou a Gouveia, tendo este lhe dito para aguardarem uns dias, comprometendo-se a introduzi-los em Espanha a 5 km da fronteira.

No total António enviou duas cartas, tendo recebido também duas e um postal de Leitão valente que afirmava que poderiam procura-lo à confiança, desde que tivesse 5 a 6 mil escudos cada um, dinheiro que se destinava ao transporte do Rosal de la Frontera a França.

No postal para despistar as autoridades, Leitão valente referia-se a um suposto negócio de fardos de cortiça.

Com as garantias apresentadas, quer por escrito quer nos contactos, Manuel da Silva Pedro voltou a roubar dinheiro ao pai, para assim poder pagar as quantias exigidas pelos engajadores.

Refletindo sobre o ato que iria cometer, e porque Pedro estava a roubar uma quantia bastante elevada ao pai, resolveu não os acompanhar, tendo tentado convencer o seu irmão a seguir o seu exemplo.

Relativamente às duas cartas que recebeu de Augusto Marta Gouveia rasgou-as logo que decidiu não emigrar. Quantos aos factos que decorreram durante a viagem do seu amigo e do seu irmão, desconhece.

Auto de Declarações – 16/07/1965: Manuel Leitão Valente

PIDE: esclareça a interferência que teve no aliciamento de indivíduos para saírem do país clandestinamente e indocumentados, quantia que cobrou por cada um deles e, bem assim, por que ponto da fronteira os passou e quais os seus nomes.

Manuel Leitão Valente: Para além do engajamento de Manuel da Silva Pedro e José Maria Guerreiro não procedeu a qualquer outro engajamento.

No entanto, tem conhecimento que António Garcias Lopes em colaboração com outros indivíduos em Maio passou clandestinamente, pela fronteira de Vila Verde de Ficalho 4 indivíduos naturais de Baleizão e Quintos, cujos nomes desconhece, recebendo pelo trabalho cerca de 20 mil escudos. Aqueles emigrantes acabaram por ser detidos em Espanha, quando se propunha a ir para França. Quando foram entregues às autoridades portuguesas na fronteira de Ficalho, dirigiram-se à taberna para localizarem o Garcias, com o intuito de receberem as quantias que lhe haviam pago.

Não sabe se nessa passagem houve também a interferência do Augusto Marta Gouveia.

Auto de Declarações – 17/07/1965: António Garcias Lopes

Confirma todas as declarações já prestadas.

PIDE: além dos factos que narrou teve outras atividades que se liguem ao engajamento de emigrantes clandestinos?

António Garcias Lopes: Em Março do presente ano, um indivíduo de Quintos procurou-o e perguntou-lhe se o poderia pôr a ele e mais 3 companheiros em França. António respondeu afirmativamente, contudo teria de falar primeiro com um espanhol Alberto, que era proprietário de um automóvel. Nessa altura disse também a esse indivíduo que cada um teria de pagar 5 mil escudos.

Passados alguns dias, escreveu ou telefonou, ao indivíduo de Quintos, de nome José Martinho, informando-o de que iria mandar um táxi busca-los à entrada de Quintos, para os levar até Vila verde de Ficalho.

Nesse mesmo dia, chegou ao local combinado um táxi pertencente a um indivíduo de Aldeia Nova de São Bento, que os levou a Ficalho. Depois de um dos ocupantes ter pago o táxi, o motorista retirou-se. Quanto a António entregou os homens a António Nogueira Mestre, para que este passasse clandestinamente e indocumentados os 4 indivíduos de quintos. Uma vez em Espanha o Mestre iria entregar os homens ao tal Alberto.

Mestre e um amigo que tinha levado juntamente com os homens de Quintos puseram-se de imediato a caminho da fronteira, tendo o respondendo ido para sua casa.

Quando saíram do táxi o José Martinho entregou-lhe 4 mil escudos, pedindo-lhe que perdoa-se os mil que faltavam pois tinha sido ele arranjar os 3 homens.

No dia seguinte Mestre e António Nogueira Marta encontraram-se com ele e informaram-no que todos haviam passado a fronteira pela área da freguesia de Vila Verde de Ficalho, tendo os 4 homens sido entregues ao espanhol Alberto, onde aí os restantes 3 homens entregaram a quantia de 5 mil escudos cada um.

Lopes entregou a Mestre, apesar de não ter acordado nada, previamente a quantia de 2 mil escudos, e ao segundo 200 escudos.

Mais tarde apareceram em Ficalho Libânio Correia e Inocência Gonçalves de Brito Morais, dizendo que não tinham conseguido chegar à fronteira espanhola, pelo que queriam que ele falasse com o Alberto para recuperarem o dinheiro.

Lopes conseguiu que o Alberto viesse a Portugal, uma vez que o espanhol tinha passaporte. O Alberto prometeu a Inocência que lhe devolveria algum dinheiro, mas até ao momento isso não aconteceu.

Lopes ainda entregou 400 escudos a Inocência, pois a restante quantia já a havia gasto em proveito próprio.

Quanto ao taxista português, desconhecia tudo o que se estava a passar.

Em Março ou Abril do presente ano foi procurado também em Ficalho por 2 indivíduos de Baleizão (João Baião Palminha Cheira e José Manuel Caixinha) que lhe perguntaram se teria facilidade em os pôr clandestinamente e indocumentados em França.

Lopes disse-lhe que primeiro teria de falar com o Espanhol Alberto e só depois lhe poderia dizer se havia possibilidade de emigrarem naquelas condições.

Passados alguns dias, telefonou a João Cheira informando-o que estaria tudo acordado desde que cada um pagasse 5, 500 escudos.

Os dois indivíduos propuseram a ida de mais dois companheiros (Eduardo Manuel Gordita Fonseca e José Vicente Pequé Dias). No telefonema disse ainda ao Cheira que se preparassem pois iriam enviar um táxi que os iria buscar ao cruzamento de Baleizão/Quintos, táxi que os levaria até ao cruzamento de Ficalho e Sobral da Adiça, onde ele aí os esperaria. O táxi que enviou pertencia desta vez a um homem de Ficalho, tendo o respondente pago 200 escudos pelo frete. No dia cuja data já não se lembrar chegou ao local previamente combinado o táxi com 5 indivíduos.

O mais velho dos ocupantes chamava-se Manuel dos Santos Bexiga, e que tinha ido também só para se despedir do seu filho José Manuel caixinha.

Quando saíram do táxi José Dias entregou a Lopes a quantia de 3500 escudos, informando-o que o seu pai lhe entregaria os 2 mil que faltavam, o que viria a acontecer. Os restantes pagaram a quantia acordada. Feita a recolha do dinheiro os homens de Baleizão foram entregues a Manuel Mestre e António Nogueira Marta para se deslocarem às proximidades do Rosal de La Frontera onde o Alberto os aguardava. No dia seguinte foi procurado por Manuel Mestre e Nogueira Marta, onde estes o informaram que os homens haviam atravessado a fronteira e que havia entregado a Alberto a quantia de 14 mil escudos. Manuel Mestre guardou para si 4 mil escudos e recebeu ainda do respondente 2 mil escudos. Quanto ao Nogueira Marta recebeu pelo serviço mil escudos.

Quanto aos dois mil escudos entregues pelo pai de José Dias os mesmo foram entregues a Alberto quando este veio a Ficalho.

Em Abril o respondente recebeu uma carta de uns indivíduos do Algarve, pedindo-lhe para os colocar em França, pois sabiam por intermédio de outras pessoas que o respondente o poderia fazer.

Na resposta disse que iria ver o que poderia fazer, mas que seria necessário que cada um pagasse 5 mil escudos.

Os indivíduos puseram-se a caminho do Alentejo, mas informaram os respondentes que iriam ter com ele.

Nessa altura porém teve de sair de Ficalho, tenho Manuel Mestre e Nogueira marta ficado encarregues de os receber. Disse ainda a estes dois que passassem 4 homens e os entregassem a Alberto. Eles assim fizeram, pois informaram o respondente que os 4 homens haviam passado clandestinamente e indumentados a fronteira na área de Ficalho.

Já não se lembra da quantia que ficou para Manuel Mestre. Porém retirou 350 escudos para Nogueira Marta e 160 para pagar o frete dos 4 algarvios. O taxista desconhecia que os algarvios iam emigrar.

Durante o presente ano, foi abordado em Vila Verde de Ficalho por um empreiteiro de obras de estrada, conhecido como Rita Ferreira, cuja naturalidade e residência desconhece. Este último questionou se teria possibilidade de passar alguns homens clandestinamente, que ele tinha facilidade em arranjar homens. Porém Lopes recusou o convite, pois tinha vontade de se desligar dessas atividades.

Auto de Perguntas: 20/07/1965: Augusto Marta Gouveia

PIDE: Esclarece toda a atividade que tem desenvolvido no aliciamento de indivíduos para saírem ilegalmente do país, quantias que dos mesmos tem recebido, quais as pessoas que o tem auxiliado nesse trabalho e bem assim o nome dos engajadores e suas naturalidades.

Augusto Marta Gouveia: nas primeiras declarações que prestou sob o aliciamento de indivíduos para saírem clandestinamente do país, não disse toda a verdade em relação aos factos em que teve interveniência, bem como as pessoas que nele intervieram, pelo que vai agora esclarecer esses factos.

Quando falou da passagem de António Guerreiro Martins e Manuel da Silva Pedro na área de Sobrosa, em Vila Verde de Ficalho, omitindo a data, recordando-se agora que foi no dia 28 de Abril. Foi nesta data que estabeleceu os primeiros contactos no Café Baiôa.

Depois de ver quais eram as intenções dos indivíduos, ofereceu-se para os introduzir clandestinamente e indocumentados no país vizinho, exigindo para tal serviço, o pagamento de 250 escudos a cada indivíduo. Esclarece que para passar os indivíduos foi procurar Manuel Leitão Valente, por este último lhe ter dito em tempos que tinha uma pessoa competente para colocar qualquer pessoa em situação ilegal em França.

Porém não foi atendido por Manuel Leitão Valente, uma vez que se encontrava embriagado.

Disse que não correspondia à verdade a afirmação que fizera na parte respeitante ao seu interesse e João Grilo Galamba em emigrarem clandestinamente, mas o que pretendia era sim receber dos dois clandestinos 500 escudos.

PIDE: Quais os contactos que vinha estabelecendo com o Espanhol Alberto Gonzalez, motorista de praça, residente em Rosal de La Frontera em assuntos de passagens ilegais de portugueses para Espanha, com destino a França?

Augusto Marta Gouveia: somente conhece de vista o espanhol Alberto Gonzalez, por o ter visto várias vezes em Vila Verde de Ficalho. Quanto à decisão que tomou em ligar Pedro e o Martins àquele indivíduo, foi por ter ouvido o Leitão Valente dizer que o espanhol se dedicava a esses trabalhos. E por outras pessoas na aldeia também falarem disso.

Para entusiasmar António Martins e Manuel Pedro, afirmou que o espanhol cobrava pelo transporte dos dois até à fronteira francesa a importância de 1400 escudos, ou seja 700 cada um.

Convidou João Grilo Galamba para o auxiliar na passagem dos dois emigrantes por João ser seu amigo e por lhe ter prometido metade da importância a cobrar, tendo-lhe feito a entrega de 250 escudos.

O respondente disse ainda a António Guerreiro Martins e Manuel da Silva Pedro, que no caso de serem detidos deviam afirmar às autoridades que somente iam ao Rosal passear.

Relativamente à segunda tentativa de colocar os dois indivíduos de Bicos em Espanha, Gouveia assistiu no estabelecimento de Leitão Valente, este afirmar que

caso António e Manuel possuíssem 6 mil escudos os colocaria em Espanha nesse mesmo dia.

Silva Pedro disse que só tinha 2 mil escudos, quantia que o Leitão recusou, uma vez que a mesma era insuficiente para o pagamento do transporte dos dois desde o rosal até à fronteira francesa, sendo o trajeto feito de táxi.

Assim, ficou acordado que quando Martins e Pedro tivessem 12 mil escudos, escreviam-lhe, tendo para tal o Leitão fornecido a sua morada. A correspondência era feita pelo Martins e endereçada a Gouveia, e tendo o cuidado de não comprometer o trabalho de Leitão.

Numa das ocasiões escreveu a António Guerreiro Martins sobre a ida clandestina para França, onde lhe pediu 50 escudos, para poder ir ao rosal falar com o espanhol Alberto.

Disse ainda que o Martins lhe poderia telefonar, uma vez que assim era mais rápido. Recebeu os 50 escudos, que gastou em seu proveito, não tendo estabelecido qualquer contacto com o Alberto.

Numa conversa telefónica com Martins disse-lhe que somente os poderia colocar a 5 quilómetros da fronteira.

Nota informativa com a indicação das detenções de António Garcias Lopes e Augusto Marta Gouveia.- 20/07/1965

Auto de declarações: 20/07/1965: Inocêncio Gonçalves de Brito Morais.

À matéria dos autos declarou:

Nos primeiros dias de Março, José Martinho sugeriu-lhe a ele e dois companheiros (Libânio Correia e António Manuel Luís) emigrarem clandestinamente para França, uma vez que conhecia em Vila Verde de Ficalho, um indivíduo que se dedicava a passar indivíduos com destino a França, mediante o pagamento de 5 mil escudos por cada um.

Todos concordaram, pelo que José Martinho estabeleceu os contactos necessários por carta. Passados 2/3 dias este recebeu um postal de Vila Verde de Ficalho onde o informava que a partida se faria em determinado dia, que já não se recorda. Esse individuo dizia-lhes ainda que mandaria um táxi busca-los, pelo que deveriam estar juntos da estrada as 15 horas do dia marcado.

Efetivamente no dia marcado, o táxi apareceu, ignorando o nome do motorista. Quando chegaram a Moura, o motorista disse-lhe para saírem e esperarem numa venda, que voltaria mais tarde.

Quando já escurecia o motorista voltou e só pararam nas proximidades de Vila Verde de Ficalho, onde eram esperados por António Garcias Lopes. Este encontrava-se com mais dois homens, dos quais desconhece o nome e a residência. Após entregar os homens o Lopes retirou-se. Foram então levados para Espanha, e entregues a um espanhol, Alberto. Em Irún porém foram detidos, com a exceção de José Martinho. Cada um deles, também com a exceção de José Martinho pagou ao espanhol a importância de 5mil escudos.

Depois de saírem da prisão espanhola e regressarem a Portugal, ele e Libânio foram ter com Lopes, para que este último falasse com o espanhol para lhes ser restituído algum dinheiro.

O Lopes conseguiu que o espanhol viesse a Ficalho, onde o Alberto afirmou que lhes devolveria o dinheiro, mas que não dissessem nada, para não os comprometer.

Porém até à data não lhes foi devolvida qualquer importância.

Auto de declarações: 20/07/1965: António Manuel Luís.

À matéria dos autos declarou: no princípio do mês de Março, José Martinho sugeriu-lhe a ele e aos companheiros irem para França clandestinamente, pois conhecia em vila verde de Ficalho um individuo que fazia esse trabalho, mediante o pagamento de 5 mil escudos. Todos aceitaram, pelo que José Martinho contactou o tal individuo, do qual recebeu uma carta 2,3 dias depois, onde os informava da data da partida. No postal vinha a informação que mandaria um táxi buscá-los, pelo que deviam estar na estrada as 15 horas. Todos compareceram no local e hora indicada,

mas ignora o nome do motorista. Chegados a moura, o motorista mandou-os aguardar numa taberna, que voltaria mais tarde.

Quando já escurecia voltou, e todos tomaram o táxi, que parou nas proximidades de Vila Verde de Ficalho. Ai eram esperados por António Garcias Lopes. Com este último estavam mais dois homens, cuja identidade desconhece. Uma vez entregues a esses homens o Lopes foi-se embora, e foram levados para Espanha e entregues ai a Alberto.

Em Irún foram presos, com a exceção de José Martinho, que conseguiu fugir. Em Espanha todos excepto José Martinho, pagaram a Alberto 5 mil escudos, uma vez que este disse já ter pago ao Lopes.

Os detidos após a entrega às autoridades portuguesas, foram julgados e condenados a 2 anos de pena suspensa. Quando regressaram a Portugal o respondente e Libânio ainda foram ter com Lopes, para que este falasse com o espanhol, afim de este ultimo lhes devolver algum dinheiro.

O Lopes conseguiu que o Alberto viesse a Portugal, e ao falarem com ele, aquele prometeu que lhe devolveria o dinheiro, o que até à data não aconteceu.

Auto de declarações: 20/07/1965: Libânio Correia .

À matéria dos autos declarou: as declarações são idênticas às de António Luís.

Auto de perguntas: 21/07/1995: António Nogueira Marta

PIDE: já alguma vez esteve preso, quando e porquê, se foi ou não condenado e em que pena.

António Nogueira Marta: não

PIDE: qual a situação militar:

António Nogueira Marta: foi inspecionado no ano de 1959, em Serpa, encontrando-se incorporado nas tropas territoriais sem instrução.

À matéria dos autos respondeu: no fim do mês de Março e início de Abril, foi abordado por Manuel Mestre, que se encontra atualmente a residir em parte incerta, no concelho do Montijo, para passarem 4 indivíduos para Espanha, para serem entregues a um espanhol chamado Alberto. A passagem era clandestina, e tinha como fim a ida dos emigrantes clandestinos para França.

Na data marcada, mas que não sabe precisar, o respondente foi levado por Manuel Mestre ao cruzamento de Vila Verde de Ficalho com sobral. Quando ai chegaram já lá estava António Garcias Lopes, que era o indivíduo que estava em contacto com os ditos emigrantes clandestinos. Passados 5 minutos surgiu um táxi, que parou sob a ordem do Lopes. De lá saíram os 4 indivíduos que o Lopes entregou ao Mestre.

Feita a entrega o Lopes foi-se embora, indo o respondente e o Manuel Mestre para Espanha, acompanhados dos 4 indivíduos. Pelas conversas percebeu que os homens eram de Quintos. A fronteira foi passada pelo local do Poço do José Garcias.

A passagem fez-se de noite para melhor fugir à vigilância das autoridades.

Uma vez entregues os 4 homens a Alberto, voltaram para Ficalho, ele e Mestre e foram ter com o Lopes, que lhe entregou 200 escudos, desconhecendo a quantia dada a mestre.

Uma outra intervenção sua aconteceu no princípio de Abril. Foi avisado por Manuel Mestre que vinha 4 homens do Algarve para passarem a fronteira clandestinamente e indocumentados, para serem entregues a Alberto.

Assim, em Abril, por volta das 19 horas, o respondente e Manuel Mestre foram ao mesmo cruzamento, onde já estavam os 4 emigrantes algarvios, cujos nomes desconhece. Cada um desses homens entregou dinheiro a Manuel Mestre, que o guardou e entregou mais tarde ao espanhol.

De seguida os 4 emigrantes foram levados para as proximidades de Rosal de La Frontera, onde passaram a fronteira pela zona do Poço do José Garcias de noite.

Feita a entrega dos homens a Alberto, este último recebeu o dinheiro.

Passados um ou 2 dias, encontrou-se com o Lopes que lhe entregou 350 escudos, desconhecendo também desta vez a importância entregue a Mestre.

Uma outra interferência em assuntos de emigração clandestina ocorreu também em Abril, e também aí foi avisado por Manuel Mestre. Desta vez eram 4 indivíduos de Baleizão que também queriam ir para França clandestinamente e indocumentados. Assim novamente teria de conduzir os homens na travessia da fronteira e entregá-los ao espanhol Alberto.

Esses homens vinham a mando do Lopes. Ainda em Abril Manuel Mestre levou ao sítio da Pedreira freguesia de Ficalho, onde também já estava o Lopes. Por volta das 2 horas da manhã surgiu um carro, cujo motorista desconhece. O carro transporta 4 indivíduos e o pai de um deles. Os indivíduos falaram com o Lopes, entregando 3 dias o dinheiro, que o respondente desconhece qual a quantia.

O emigrante que não pagou era o filho do homem que os acompanhava, sendo essa quantia paga mais tarde diretamente ao Lopes, pelo que entendeu.

Os 15 mil escudos, que supõe que foram entregues por Manuel Mestre ao espanhol. A fronteira foi passada no local do Grou, e uma vez feita a entrega dos emigrantes a Alberto, mestre o ele foram ter com o Lopes que o gratificou com 1000 escudos. Também aqui não sabe qual a quantia entregue ao mestre.

Ouviu ainda dizer que o Alberto cobrava 15 mil escudos por cada grupo de 4 indivíduos.

No total recebeu do Lopes 1500 escudos.

Auto de declarações: 21/07/1965: Eduardo Manuel Gordita Fonseca

À matéria dos autos declarou: desde há muito tempo que ele e os seus amigos (João Baião Palminha Cheira, José Manuel Caixinha e José Vicente Pequé Dias) demonstravam interesse em ir trabalhar para França, a fim de conseguirem melhores condições de vida.

Por esse motivo João Cheira e José Caixinha foram a Ficalho em Abril onde falaram com Lopes, que segundo constava era engajador. Estes perguntaram-lhe se não teria a possibilidade de os pôr em França aos 4 já referidos.

Lopes disse que não teria dificuldade em satisfazer o pedido desde que cada um pagasse 5 mil escudos. Ficou acordado que cada um pagaria a importância referida. O Lopes informaria por telefone João Cheira do dia da partida, cuja data já não se recorda, mas que julga ter sido em Abril.

Lopes telefonou ao Cheira dizendo-lhe que se preparassem pois ele iria enviar um táxi ao cruzamento de Baleizão/Quintos, e que este mesmo táxi os levaria ao cruzamento de Ficalho/Sobral. No dia o local indicado partiram de táxi, o declarante os 3 companheiros. Quando chegaram a Ficalho encontraram 3 indivíduos: Lopes, Mestre e Nogueira Marta. O primeiro era o homem com quem o Cheira havia falado, os outros dois eram os que os passariam para Espanha.

Na sua companhia ia também Manuel dos Santos Bexiga pai de José Manuel Caixinha.

No local entregou ao Lopes a quantia de 5500 escudos. Entregue o dinheiro, foram então levados para o Rosal, tendo transposto a fronteira da zona de Vale do Grou, por volta da 5 horas da madrugada. Uma vez em Espanha foram conduzidos pelo espanhol até à fronteira francesa, onde foram detidos, estando neste momento a aguardar julgamento.

Tanto ele como os companheiros, não entregaram nenhum dinheiro ao Alberto, mas viram o Mestre entregar 14 mil escudos que havia recebido do Lopes.

Auto de declarações: 21/07/1965: João Baião Palminha Cheira

No início de Abril ele e José Caixinha foram a Ficalho, onde abordaram Lopes, no sentido de este os conseguir por em França e mais dois amigos.

Nesse encontro ficou assente que o Lopes trataria do assunto, mediante o pagamento de 5500 escudos cada um.

Passados uns dias o Lopes telefonou-lhe a informá-lo que se preparassem. As restantes declarações são iguais às de Eduardo Fonseca.

Auto de declarações: 21/07/1965: José Vicente Peque Dias:

Declarações iguais às de Eduardo Fonseca.

Auto de declarações: 21/07/1965: José Manuel Caixinha

À matéria dos autos declarou: Declarações iguais às de João Cheira.

Auto de declarações: 21/07/1965: Manuel dos Santos Bexiga

À matéria dos autos declarou que o seu filho José Manuel Bexiga já há algum tempo que tinha a ideia de emigrar para França, para trabalhar. Por isso sabe que por alturas de Abril, ele acompanhado de João Cheira de Baleizão, foram a Ficalho falar com António Garcias Lopes, um indivíduo que segundo constava levava muita gente a França.

O seu filho, depois de ter vindo de Ficalho, disse que aquele homem levava 5500 escudos para os pôr em França, e que o mandaria avisar quando tivessem de sair do país.

Para além do seu filho, José Manuel caixinha, estavam também interessados para saírem para França, clandestinamente e indocumentados, João Baião Caixinha cheira, Eduardo Manuel Gordita Fonseca e José Vicente Pequé Dias.

No dia que não se recorda da data, Lopes telefonou para João Cheira informando-o para ele e os restantes se prepararem porque mandaria um táxi ao cruzamento da estrada de Baleizão com quintos, a fim de os levar ao cruzamento da estrada de Ficalho com o sobral da adição, onde os esperaria. Chegados a Ficalho aí estavam 3 indivíduos que veio a saber se chamarem: Lopes, Mestre e Nogueira Marta.

No local ele entregou a Lopes a quantia de 4000 escudos, respeitante à despesa do filho, pelo que depois, lhe daria o resto, ou seja 1500 escudos, o que não chegou a fazer.

Recebido o dinheiro pelo Lopes, este mandou Mestre e Nogueira Marta levarem os rapazes até às proximidades de Rosal de la Frontera, onde o espanhol Alberto os esperava. Quanto a ele, foi para Ficalho e mais tarde regressou a Baleizão. Porém, algum tempo depois ficou a saber que o seu filho e os companheiros haviam sido presos na fronteira francesa, e tinham sido entregues às autoridades de Vilar Formoso, estando agora a aguardar julgamento no Tribunal Judicial de Serpa.

Auto de Perguntas: 22/07/1965: Manuel Leitão Valente

À matéria dos autos respondeu: confirma que o Augusto Rainho se chama na realidade Augusto Marta Gouveia.

PIDE: Quem atendeu Augusto na madrugada de 6 junho, quando este lhe foi bater à porta:

Manuel Leitão Valente: O Augusto foi atendido pela sua mulher, que lhe disse que ele estava deitado, não tendo havido qualquer outra conversa, segundo o que lhe disse a sua esposa.

PIDE: Já conhecia Manuel da Silva Pedro: no dia 1 de Maio, entrou na sua taberna, o Augusto acompanhado de 2 indivíduos residentes em Bicos, concelho de Odemira, os quais contaram que haviam transposto a fronteira clandestinamente e indocumentados, pela área de Ficalho, no dia 28 de Abril, mas foram presos em Rosal e entregues às autoridades portuguesas de Ficalho. Segundo os emigrantes, foram libertados porque tinha alegado que haviam ido à povoação espanhola em passeio, somente por algumas horas. Depois dos indivíduos manifestarem vontade em emigrar, Leitão Valente disse a Silva Pedro e Martins, na presença do Augusto Marta Gouveia, que se um deles tivesse 12 mil escudos, nessa altura ele contactaria alguns engajadores de emigrantes clandestinos.

Porém, nunca chegou a contactar com esses indivíduos, não chegando a ordenar a Pedro e Martins que se apresentassem para a concretização da emigração.

Deste modo, não é verdade que ele os tenha mandado regressar a Ficalho, a fim de passarem a fronteira clandestinamente e indocumentados, pois como se pode verificar permaneceram na sua casa 12 dias, pois não tinha ninguém que os passasse para o estrangeiro.

Nunca encarregou ninguém de escrever àqueles indivíduos, mas trocou impressões sobre emigração clandestina com Augusto Marta Gouveia.

PIDE: Onde entregou José Maria Guerreiro e Manuel da Silva Pedro ao Lopes:

Manuel Leitão Valente: foi ele que levou os indivíduos ao lugar da Horta de Cima, nas imediações de Ficalho, por volta das 23 horas, do dia 16 de Junho, como tinha sido combinado com Garcias Lopes, entregando-os e retirando-se de seguida.

Auto de declarações: 24/07/1965: António Ramos Pica

À matéria dos autos declarou: é proprietário e motorista de um automóvel de praça. Por alturas de Março, um indivíduo de Ficalho, Lopes, contactou-o para ir ao cruzamento de Quintos buscar 4 indivíduos e que os levasse até ao cruzamento de Ficalho/Sobral, onde os esperaria a partir das 20h30.

Aceitando o trabalho, dirigiu-se a quintos, encontrando à entrada da povoação os indivíduos que necessitavam do serviço.

Levou então os indivíduos, cujos nomes desconhece até Ficalho, onde já se encontrava o Lopes. Um dos ocupantes pagou o frete de 280 escudos.

Os 4 indivíduos ficaram com o Lopes e ele regressou à sua terra: Aldeia Nova s. Bento.

Afirma que embora conhecesse o Lopes, desconhecia quais eram os planos dele e dos 4 indivíduos.

Mais tarde já em Abril, um indivíduo de Ficalho, pediu-lhe para levar 4 homens do Algarve de A-do-Pinto até Ficalho. Acompanhado de Manuel Mestre, o declarante foi ao encontro dos homens do Algarve, que estavam numa taberna, próxima da estrada.

Uma vez do cruzamento de Ficalho, o Mestre disse que quem pagava o frete era o Lopes, o que este acabou por fazer mais tarde. Esse frete foi de 160 escudos.

Deseja ainda esclarecer que continua a ignorar os nomes dos homens do Algarve, desconhecendo também as intenções deles e de Manuel Mestre.

Auto de declarações: 24/07/1965: António Morais Seita

À matéria dos autos declarou: é motorista e proprietário de carro de praça. Como taxista foi abordado por Lopes que para que fosse a Baleizão buscar 4 indivíduos, que o aguardariam no café Guadiana. Quanto ao frete seria pago por Lopes, supondo que o Lopes lhe pagou na altura 200 escudos, correspondentes ao trabalho a executar. Acha que tudo isto se passou a 24 de Abril. Por volta das 23 horas foi a Baleizão, nesse mesmo dia dirigindo-se ao café Guadiana, mas ali não encontrou ninguém, por o café já estar fechado.

Foi então para o cruzamento da estrada, onde encontrou 4 rapazes, acompanhados de um homem de 50 tal anos, que ficou a saber ser pai de um dos rapazes. Como não os conhecia, perguntou-lhes se eram as pessoas que esperavam pelo táxi. Estes responderam de modo afirmativo, mas ele disse-lhes que só poderia levar 4, pois poderia ter de pagar uma multa. O mais velho porém, disse que pagaria a multa, pelo que transportou os 5 homens para o cruzamento de Ficalho/Sobral.

Uma vez aí, já o Lopes os esperava, e quando os ocupantes saíram ele foi de imediato para a sua casa.

Conhecia o Lopes, mas desconhecia qual a intenção dele, e dos indivíduos de Baleizão.

Nota informativa da detenção de António Nogueira Marta a 20/807/1965.

Termos de Fiança: Augusto Marta Gouveia: 5000 mil escudos pelo crime cometido

Termo de Fiança: Manuel Leitão Valente: 50 mil escudos pelo crime cometido

Termo de Fiança: António Nogueira Marta: 10 mil escudos pelo crime cometido

António Garcias Lopes e Manuel Leitão Valente: Pena: 12 meses, 15 dias pelas multas e imposto de justiça- 6 meses 45 dias mais 40 dias

António Guerreiro Martins não foi condenado por se encontrar no Ultramar.

Segundo José Maria Guerreiro a viagem foi combinada através de carta, sendo necessária a quantia de 10 mil escudos para a travessia.

-Nos Auto de Perguntas a Manuel da Silva Pedro:

-Verifica-se que o réu resolveu emigrar porque sempre teve esse sonho. Como tinha uma vida razoável conseguiu o dinheiro para si próprio e também para o seu amigo José Maria Guerreiro

-Confirma que a viagem foi combinada através de carta, bem como o decorrer da viagem até Vila verde de Ficalho é igual ao do réu anterior

-Auto de Corpo de Delito Indireto:

- Relatório: onde consta a descrição da detenção de José Maria Guerreiro e Manuel da Silva Pedro.

- Auto de perguntas: 22/06/1965 José Maria Guerreiro e Manuel da Silva Pedro:

Foi questionada a forma como conseguiu agendar a viagem.

- Termo de compromisso 22/06/1965: compromisso de honra por parte dos réus

Seguidamente surge a Certidão de Julgamento dos réus António Manuel Luís, Libânio Correia e Inocêncio Gonçalves, julgados pelo crime de tentativa de emigração clandestina. Neste processo surge António Garcias Lopes que já havia sido mencionado por Manuel da Silva Pedro como engajador

- Segundo os réus presentes neste julgamento a travessia de Espanha para França foi feita com a ajuda de um homem de nacionalidade espanhola, um Taxista Alberto. José Martinho nesta viagem foi o único que conseguiu entrar em França de onde tem comunicado através de carta;

- O Réu Inocêncio aponta António Garcia Lopes como o engajador que os auxiliou na saída do país.

- Posteriormente surge o auto de perguntas a Manuel Leitão Valente.

De acordo com o arguido, um indivíduo Augusto, questionou-o se poderia colocar dois indivíduos em França. No entanto, ele informou que não tinha possibilidade de assegurar a passagem. Porém disse que cada indivíduo teria de pagar pela travessia 5 mil escudos. Quando Manuel da Silva Pedro e José Maria Guerreiro chegaram a Ficalho ele informou o Augusto que não tinha condições para assegurar a travessia. Contudo, António Garcia Lopes informou que os poderia passar, pelo que lhe entregou a quantia que os dois emigrantes tinham trazido.

- Auto de perguntas a António Garcia Lopes: este réu faz referência a um outro engajador: Augusto Marta Gouveia, também conhecido como Augusto Rainho.

- Nos autos de perguntas a Augusto Marta Gouveia, foram Manuel da Silva Pedro e António Guerreiro Martins que lhes pediram que os guiasse para França.

Em Abril Manuel da Silva Pedro e António Guerreiro Martins tentaram sair, contudo essa tentativa saiu gorada e Augusto ficou encarregue de lhes arranjar um engajador.

Contudo António Guerreiro Martins decidiu não voltar a tentar sair do país, uma vez que não possuía documentação.

- Auto de declarações de Manuel da Silva Pedro: nesta declaração Manuel confirma que mediante o pagamento de 500 escudos, ele e o seu amigo António Guerreiro Martins foram auxiliados por Augusto Marta Gouveia a sair do país.

A primeira tentativa de saída ocorre a 27 de Abril. O Augusto mantinha contacto com o Alberto, o taxista espanhol. Segundo Manuel da Silva Pedro o Augusto realizava este tipo de operações com frequência.

Mais tarde, contaram também com o auxílio de João Grilo Galamba. Não conseguiram chegar ao Rosal de la Frontera, uma vez que foram detidos pela

Guarda civil. Nas cartas, que foram posteriormente redigidas com o intuito que organizar a nova viagem, Manuel Leitão Valente foi com quem comandou as operações, mas pediu que as cartas fossem endereçadas a Augusto Marta Gouveia

- Auto de declarações e José Maria Guerreiro (16/07/1965).

Este referiu para na primeira tentativa de saída do país não esteve envolvido, mas que segundo o seu amigo Manuel e o seu irmão António, foi o engajador Augusto Marta Gouveia que os ajudou a sair do país.

Quando ele decidiu emigrar o engajador foi António Garcias Lopes

- Auto de declarações a António Guerreiro Martins (16/07/1965): Segundo António quando Manuel da Silva Pedro lhe propôs sair do país não fez qualquer referência a engajadores, referiu que sairiam só os dois. Na sua declaração, confirma as afirmações de Manuel da Silva Pedro

- Auto de perguntas a Manuel Leitão Valente (16/07/1965):

O réu afirmou não estar envolvido em qualquer outro engajamento para além deste.

- Auto de perguntas (17/07/1965) a António Garcias Lopes:

Informou que para além deste engajamento, também esteve envolvido num outro a pedido de uns indivíduos de Quintos. Contudo, informou aqueles, que teria de falar com o espanhol Alberto, pois era ele quem possuía carro. Este faz referência aos indivíduos de quintos. Também auxiliou outros indivíduos de Baleizão, mas sempre com o auxílio do Alberto

- de acordo com o auto de perguntas o engajador António Garcias Lopes deveria ter uma rede bem montada o que o tornou bastante conhecido, pois segundo o mesmo relata no início do ano de 1965 foi procurado por uns indivíduos do Algarve que também manifestaram o desejo de sair do país.

- Auto de perguntas a Augusto Marta Gouveia (20/07/1965): referiu que para proceder à passagem clandestina de Manuel da Silva Pedro e António Guerreiro Martins contou com a ajuda de Manuel Leitão Valente. Este arguido informou que somente conhece o espanhol Alberto Gonzalez de vista.

- Auto de Declarações (20/07/1965) Inocêncio Gonçalves de Brito Morais: Decidiu emigrar para França porque conhecia um indivíduo de Vila Verde de Ficalho, que se dedicava a efectuar a passagem de indivíduos indocumentados para França. Os contactos com o engajador eram realizados através de carta. Confirma as anteriores afirmações, que em Espanha, os aguardavam o espanhol Alberto.

- Auto de Declarações de Libânio Correia (20/07/1965) confirma as declarações dos seus companheiros.

- Auto de perguntas António Nogueira Marta (21/07/1965) confirma as declarações dos outros engajadores.

- Auto de declarações a Eduardo Manuel Gordita Fonseca, estabeleceu contacto com António Garcias Lopes, o engajador de Vila Verde de Ficalho. Com este indivíduo os contactos foram estabelecidos por telefone, mas à semelhança dos réus anteriores também este grupo de indivíduos de Baleizão utilizou o táxi para chegar a Vila Verde de Ficalho.

- Auto de declarações a João Baião Palminha Cheira: confirma as declarações dos seus colegas.

- Auto de declarações de José Vicente Pequé Dias: para além do já declarado pelos outros arguidos de Baleizão, José referiu que a fronteira foi passada por volta das cinco da madrugada, por ser esta, a melhor hora para fugir às autoridades.

- Auto de declarações de José Manuel Caixinha: confirma as declarações dos seus colegas.

- Auto de declarações de Manuel dos Santos Bexiga: para satisfazer o desejo do filho José Manuel Caixinha de emigrar, o arguido foi a Ficalho a fim de estabelecer os contactos necessários com o engajador António Garcias leitão ou Lopes. Confirma as declarações anteriores.

- Auto de perguntas a Manuel Leitão Valente: este confirmou que para que a passagem de Manuel da silva Pedro e António Guerreiro Martins fosse possível teriam de conseguir a quantia de 12 mil escudos. Refere que foram Manuel e António que o procuraram na sua taberna. Afirma que não os mandou vir para Ficalho, somente lhes disse que ia tentar encontrar engajadores de emigrantes clandestinos. Refere ainda que nunca encarregou ninguém de escrever a Manuel e António. Somente entregou Manuel e António ao engajador António Garcias Lopes.

- Auto de corpo de delito indireto (28/07/1965) - confirmação das perguntas aos arguidos.

Mandado de condução do preso à cadeia: Manuel leitão Valente; Augusto Marta Gouveia

Processo 2 (1966):

Tribunal de Serpa- Guia de Remessa - Processos de Querela: Maço 23; Proc. Ano 220/66; Querela; Autor M° P° ; Réus José Luis Alberto; Vendrel Soller ou José Luís Vendrel Soller; Joaquim Costa Fáisca; João Fernandes Martins; 1° Apenso II Volume; nº 220/66.

Certidão emitida pelo Tribunal Judicial de Loulé: José do Nascimento Júnior.

À matéria dos autos declarou: deu ingresso na cadeia de Loulé quando já se encontravam detidos na cadeia Chumbinho e Fáisca. O Chumbinho falava em fugir, ao que se associou mais tarde o espanhol Soller. Falaram ainda ao declarante em aproveitar a ocasião para agarrar o carcereiro e metê-lo numa cela, quando aquele fosse fazer limpeza. Depois de roubarem a chave ao carcereiro, conseguiram fazer (o Fáisca) três chaves em madeira, mas duas acabaram por se partir.

Os reclusos Hélder e Idalino sabiam dos planos da fuga. Uma vez fora da cadeia, foram a pé até ao barranco do Velho, onde tomaram um táxi que os levou até perto da Fronteira, em Vila Verde de Ficalho.

Depois de Ficalho, passaram a fronteira a pé. Já em Espanha, quando se encontravam num autocarro, foram perseguidos pela Guarda civil, tendo o declarante e o Fáisca fugido. Todos estes factos ocorreram por volta dia 15 de Abril. Passados alguns dias voltaram para Portugal a pé, tendo o declarante abandonado o seu companheiro próximo de Aldeia Nova São Bento, uma vez, que o Fáisca não queria entregar-se às autoridades.

Quem possuía dinheiro era o espanhol, estando esse dinheiro escondido no forro do vestuário. O espanhol havia prometido ao declarante e aos companheiros levá-los a França. Porém, o Fáisca disse que tencionava ir trabalhar para os lados de Lisboa.

José luís Alberto Vendrell Soler, ou José luís Vendrell Soller- O espanhol

Fugiu da Cadeia de Loulé onde aguardava julgamento pelo crime de aliciamento ilícito de emigrantes, em 12/04/1966.

A 8 de Março de 1966 foi detido por um funcionário da Cadeia de Loulé por lhe ser atribuída a prática do crime de aliciamento ilícito de emigrantes. Ficou provado que aliciara e auxiliara 23 indivíduos na saída clandestina do país, e que passara uns cheques sem cobertura.

Em 1940 foi condenado em França a um ano de prisão e ao pagamento de uma multa de 200 francos, por infração à legislação sobre estrangeiros. Foi expulso por decreto ministerial a 7 de Junho de 1940.

Em Paris, a 10 de Janeiro de 1953, foi preso durante um mês também por infração à legislação sobre estrangeiros.

Em 4 de Maio de 1954, em Sevilha, foi preso por ser responsável pela introdução em Espanha de 205 000 pesetas falsas, 2200 dólares falsos e 40 francos suíços também falsos. Foi assinalado em Barcelona, por diversas vezes, concretamente a 20/12/1950 por receção de emigrantes clandestinos e em 22/04/1953 por passagem clandestina da fronteira.

Em França a 31/07/1942 foi detido por tentativa de exportação de mercadorias proibidas e malfeitor.

Tem tendência para cometer delitos no plano internacional.

Auto de declarações: 13/08/1966: João Fernando Martins

PIDE: qual a data e o local exato e circunstâncias se verificou a sua saída clandestina do país, após ter-se evadido da Cadeia de Loulé e qual o fim que teve em vista.

João Fernando Martins: Evadiu-se da cadeia de Loulé na companhia dos companheiros José Chumbinho, Joaquim Costa Faísca e José Luis Vendrel Soller, no dia 12 de Abril, cerca das 7 horas da manhã, seguindo a pé até às proximidades de São Brás de Alportel. Uma vez aí pararam junto de uma placa com a indicação de sanatório. Nesse local, o Faísca falou com um senhor que disse ser seu cunhado e trabalhar naquele sanatório, desconhecendo porém a conversa que tiveram.

Esperou nesse local, enquanto o espanhol, juntamente com o Faísca foram a uma taberna telefonar para um táxi, que surgiu 45 minutos depois.

Esse mesmo táxi conduziu-os à fronteira luso-espanhola de Ficalho, onde os deixou. Atravessaram a fronteira a pé, guiados pelo Espanhol, cerca das 3 horas da madrugada do dia 14 de Abril.

Em Espanha, sempre guiados pelo espanhol, que conhecia perfeitamente o caminho, foram a pé até ao Rosal de La Frontera. Ai tomaram um autocarro com destino a Madrid, mas 50 quilómetros depois na povoação de Cerro, a Guarda Civil, deteve o espanhol. O declarante e os seus companheiros decidiram fugir, mas o chumbinho acabou por ser detido.

Acompanhado pelo Faísca iniciaram a viagem de regresso a Portugal, com o objetivo de se entregarem às autoridades. Porém quando já se encontravam próximos de Aldeia Nova S. bento, o Faísca disse que não se apresentava e que ia para o norte trabalhar. O seu objetivo era ir para França trabalhar.

PIDE: Qual a interferência tida na saída do país pelo cidadão espanhol: José Luís Alberto Vendrell Soler, ou qualquer outra pessoa. Quanto pagou cada um ou estava assente vir a pagar, a quem, onde e em que data.

João Fernando Martins: foi o espanhol que os incitou a evadirem-se e saíram da prisão por intermédio de uma chave de madeira arranjada pelo Faísca e de um cordel enrolado com que escalaram o muro, sem que o carcereiro se apercebesse dos preparativos da fuga. O espanhol disse colocá-los em França mediante o pagamento de 10 mil escudos que pagariam quando se encontrassem a trabalhar naquele país. Não chegaram a entregar qualquer importância e as despesas com a viagem foram pagas pelo Espanhol, que tinha o dinheiro escondido no forro das calças.

PIDE: conhecia o motorista que os conduziu num carro de aluguer de São Brás de Alportel até Ficalho, bem como a quantia paga para o efeito e data, e se o mesmo sabia que tinham-se evadido da prisão.

João Fernando Martins: desconhece o motorista, nunca se lembra de o ter visto antes. Somente sabe, que o mesmo aparentava 40 anos, magro, alto, e o carro era um Mercedes 190 que julga ser da praça de Faro. O espanhol conhecia-o, pois além de ter um cartão seu com o número de telefone, cumprimentaram-se. Levou pelo frete 1000 escudos, quantia que o espanhol pagou quando chegaram a Ficalho.

Desconhece se o motorista sabia que eles se tinham evadido da prisão, mas pela conversa, julga que o mesmo desconhecia.

Auto de declarações de José Chumbinho (19/08/1966)

À matéria dos autos declarou que no dia 11/02/1966 foi detido pela GRN de Loulé por furto, pelo que foi entregue no tribunal Judicial de Loulé, cerca de 48 horas depois. Nessa cadeia, encontravam-se detidos Joaquim Costa Faísca e José Fernando Martins. Em meados de Março deu entrada na cadeia um espanhol, para si desconhecido, o cujo nome só mais tarde ficou a saber: José Luis Vendrel Soler. Este indivíduo convenceu o declarante e os seus dois companheiros de que os levaria para França, se lhe proporcionassem a fuga, dado que ele se dedicava ao aliciamento e transporte de portugueses para França, dispondo de transporte próprio para o efeito.

Ao mesmo tempo, convencia-os que seriam condenados em 8 ou 9 anos de prisão pelos crimes de furto cometidos, pelo que só tinham vantagens, em fugir com ele.

O declarante e os seus companheiros aceitaram com um certo agrado a ideia de Soler, pensando assim fugir à ação da justiça portuguesa. Como não possuíam dinheiro, nem conheciam outra pessoa capaz de os conduzir para França, passaram a depositar toda a confiança, em Soler. Mas, o que se mostrou mais interessado na fuga foi Joaquim Costa Faísca, que preparou uma chave de madeira, segundo as indicações de Soler, com a qual consegui abrir a porta do fundo do corredor para o recreio. Nessa altura, já tinham uma corda, e assim conseguiram fugir.

A fuga teve lugar no dia 12/04, cerca das 7 horas, quando chovia muito. Após a fuga, dirigiram-se para São Brás de Alportel, sempre a pé pela serra de São Romão, tendo levado dois dias a realizar o percurso. Uma vez em São Brás, o Faísca dirigiu-se ao centro da vila, de onde trouxe um táxi que os conduziu até às proximidades de Ficalho, onde se recusou a prosseguir mais quilómetros como o Soler queria.

O táxi foi pago pelo Soler, pois nem o declarante nem os companheiros tinham dinheiro. Quanto ao motorista, desconhece a sua identidade, bem como as características do automóvel.

Atravessou clandestinamente a fronteira pela área de Vila Verde de Ficalho no dia 14 de Abril, cerca das 3 horas da madrugada, com destino ao Rosal. Esperaram depois nas proximidades daquela povoação pela camioneta que faz carreira para Sevilha e parte às 6 horas, nela seguindo até Aroche. Nesta localidade, a guarda Civil pediu a documentação de todos os passageiros, ali detendo o espanhol. O declarante e os seus companheiros que viajavam na retaguarda, procuraram escapar-se, no que foram perseguidos tendo no entanto o Faísca e Martins conseguido fugir.

O declarante foi capturado algum tempo depois, no dia 14 de Abril. Primeiro esteve na cadeia de Aroche, depois foi para Cortegana, onde esteve até ao dia 16. Nesta data foi entregue no posto de Vila Verde de Ficalho, onde lhe foi instaurado o presente processo por emigração clandestina.

PIDE: quem o aliciou e auxiliou na saída clandestina do país, além de Soler?

José Chumbinho: que foi somente o Soller quem o aliciou para emigrar clandestinamente e o auxiliou na saída do país, pela área de Ficalho, o mesmo tendo acontecido aos seus companheiros.

Desconhece o paradeiro de Joaquim Costa faísca e, que relativamente a quaisquer conversas tidas por ele e pelo Soler e São Brás de Alportel, bem como ao táxi que os transportou desde esta última localidade até Ficalho, não pode dar quaisquer esclarecimentos úteis.

Desconhece ainda se o motorista tinha conhecimento que iriam emigrar e, caso afirmativo, se nisso colaborou também.

Auto de Declarações; 30/08/1966: Francisco de Sousa Correia

PIDE: teve conhecimento dos preparativos da fuga do seu cunhado Joaquim Costa Faísca, da cadeia de Loulé, teve algum entendimento com o mesmo em sua casa ou noutra parte logo que o mesmo fugiu da cadeia?

Francisco Sousa Correia: não teve conhecimento dos preparativos da fuga de Faísca e que não o considera seu cunhado, pois o mesmo é solteiro, vivendo maritalmente com uma irmã da sua esposa. Também não falou com ele após a sua fuga da cadeia

de Loulé, simplesmente soube que o mesmo esteve em sua casa, num dia que não se recorda do mês de Abril, por volta das 19 horas e que falou com a sua esposa, perguntando-lhe pela irmã desta e, se a mesma ali tinha deixado roupa para ele levar.

A sua esposa disse-lhe que não tinha nada para ele, perguntando-lhe qual a razão da sua permanência ali, uma vez que sabia que estava preso em Loulé. Faísca respondeu que tinha fugido na companhia de mais dois portugueses, cujos nomes não referiu, e de um passador espanhol, que os ia passar clandestinamente para França. Disse-lhe ainda que naquela noite, estava a contar passar a fronteira luso-espanhola na companhia dos seus colegas de fuga. Como a sua esposa criticou-lhe a acção virou-lhe as costas e foi-se embora.

Não chegou a estar com Faísca, quando chegou a casa por volta das 20 horas a esposa contou-lhe o sucedido.

PIDE: Teve alguma interferência direta ou indireta no aliciamento e saída do país do Faísca, assim como dos seus companheiros de fuga?

Francisco de Sousa Correia: não teve qualquer interferência nesse assunto, nem contactou direta ou indiretamente com os referidos indivíduos, simplesmente soube que o Faísca esteve em sua casa, após a fuga, por intermédio da sua esposa.

PIDE: tem conhecimento qual o meio de transporte que os referidos indivíduos tomaram desta localidade até à fronteira luso-espanhola?

Francisco de Sousa Correia: desconhece inteiramente qual o meio de transporte que os mesmos utilizaram, desconhecendo igualmente quaisquer outros pormenores sobre este assunto.

Conclusão das diligências realizadas:

Tudo leva a crer que o espanhol, aliciou e conduziu os supracitados indivíduos a atravessar clandestinamente a fronteira.

Condenações: Joaquim Costa Faísca: coação de 15 mil escudos + 8 anos e oito meses

Soller: 2 anos e 9 meses + 635 dias de multa e 44 dias de imposto de justiça

João Fernandes Martins: 3 anos e 2 meses de prisão, 312 dias de multa a 30 escudos e multa de 25 escudos.

Certidão de 12/05/1966- Nesta certidão, encontra-se a declaração de José Nascimento Júnior. Este encontrava-se detido na prisão de Loulé onde foi aliciado a fugir. A fuga foi planeada conjuntamente com os seus colegas. Após a fuga apanharam um táxi que os levou até Vila Verde de Ficalho. Aí atravessaram clandestinamente a fronteira a pé. Já em Espanha foram detidos pela Guarda civil, quando já iam a caminho de França. O Espanhol, de todos era o único que possuía dinheiro e sendo este que se comprometeu a leva-los a França.

Descrição das detenções dos réus envolvidos na detenção: todos os réus de encontram detidos na prisão de Loulé, de onde fugiram a 12/04/1966.

José Luís Alberto também se encontrava detido em Loulé pelo crime de aliciamento à emigração clandestina. Em Março de 1966 foi detido por ter auxiliado a saída clandestina do país a 23 individuo. José Luís adoptando diversos nomes dedicou-se ao auxílio na emigração clandestina, o que resultou em várias detenções quer em Espanha, como em França e Portugal

O precatório de João Fernandes Martins:

Auto de Declarações (13/08/1966):

João Fernando Martins declarou que após a fuga se dirigiram a pé São Brás de Alportel onde apanharam um táxi. Quem chamou o táxi foi o espanhol e o Faísca. Este táxi deixou-os na fronteira luso espanhola tendo a mesma sido atravessada a pé. O espanhol foi o guia. Já em Espanha continuaram sempre guiados pelo espanhol, que conhecia perfeitamente o caminho. No Rosal de La Frontera apanharam o autocarro, mas alguns quilómetros depois, acabaram por ser detidos o

chumbinho e o Espanhol, já João e o Faísca conseguiram fugir. Estes dois decidiram entregar-se às autoridades

Pela travessia seria-lhes cobrado 10 mil escudos, que seriam pagos mais tarde, quando já tivessem em França. Somente o espanhol tinha dinheiro, sendo este que cobriu todas as despesas da travessia.

Auto de Declarações de José Chumbinho (19/08/1966): confirma as declarações de João. Confirma que o espanhol se dedicava ao aliciante e transporte de portugueses para França. Segundo este arguido, o objectivo da fuga da prisão com destino a França era fugir à acção da justiça portuguesa, pois de acordo com Soller seriam ele e os seus colegas seriam condenados a 8 anos de prisão. Joaquim Costa Faísca foi quem mais se mostrou interessado na fuga. Confirma que foi somente aliciado por Soller a sair do país.

Também este processo se encontra ordenado cronologicamente.

Auto de declarações (30/08/1966) Francisco de Sousa Correia. Este informou que o seu cunhado Joaquim Costa Faísca não fez qualquer referência ao plano de sair do país nem falou no espanhol

Na instrução preparatória conclui-se que os réus cometeram dois crimes: primeiro fugir à justiça e segundo sair do país de forma ilegal.

Em 19 de Janeiro de 1967 continuavam as diligências para capturar o espanhol. Em 14 de Fevereiro de 1967 chega a informação que o espanhol se encontra detido em Madrid.

O decreto artº 85, nº 4 do decreto-lei 39749, com a redacção do artº 1º e 3º do decreto-lei 43.582 de 4 de Abril de 1961.

Como dois réus não foram encontrados, a 23/10/1967 saiu um edital. O espanhol cometeu o crime artigo 85 do decreto-lei 39794-8-954 com a redacção pelo decreto-lei número 43582 de 4-41961.

Em meados de 1965 o Espanhol começou a aliciar pessoas no Algarve a emigrarem clandestinamente. Era o espanhol quem guiava os emigrantes até às fronteiras não

vigiadas. Cobrava a cada indivíduo pelo percurso 10 mil escudos em dinheiro. Por vezes o pagamento era feito em duas parcelas, sendo a primeira paga em Portugal e a segunda já em França

Processo 3 (1969):

Tribunal de Serpa: Maço 3; Processo/ano: 131/1969; Correccional; Réus Domingos Preto Paulino e outros.

O Processo inicia-se com a autuação dos réus no dia 23/06/1969.

No dia 21 de Junho ocorre a Detenção de Domingos Preto Paulino

Aproximadamente um mês antes da detenção, (23/05/1969), Domingos Paulino recebeu uma carta de França. A carta era de Aníbal Leal Rocha, onde informa que recebeu uma carta da sua esposa com a indicação que havia ido falar com Domingos Preto Paulino. Consta ainda na dita carta, que Paulino iria cobrar 3 mil escudos por levar 3 mulheres e Irún, usando como meio de transporte o táxi.

Refere que as mulheres irão escrever a Paulino, a fim de confirmar o dia certo da viagem. Porém, adianta já um dia, será provavelmente no dia 10 de junho. Sugere ainda que a viagem poderá ser feita de táxi ou de comboio. Informa que quando chegarem a Irún, ele lá estará a aguarda-los.

Domingos Preto Paulino possuía um salvo-conduto, que lhe permitia permanecer um mês em Espanha.

Seguidamente encontramos uma carta de Maria Balbina Rocha. Nessa carta Maria Balbina Informa Paulino, que ainda não pode indicar o dia da viagem, uma vez que ainda não tem os bilhetes. Mas, assim que tiver os bilhetes informa-o. Refere ainda que a hora será a mesma da outra vez, ou seja, esta já não é a primeira vez que tenta sair do país.

Refere que se forem só duas mulheres vão de comboio, uma vez que o táxi é muito caro.

Confirma ainda a data de 10 de junho com a data da viagem. Diz ainda que o marido está aborrecido por ainda não terem ido.

Termina a carta pedindo a Paulino que não se embriague. A carta data de 3 de Junho de 1969.

No dia 9 de junho é enviada uma nova carta. Ai Maria Balbina Rocha informa que já tem os bilhetes, e que chegam a Ficalho no dia 14 de junho. O marido já está avisado do dia da chegada. Somente podem partir no dia 15, pois o marido só as pode ir buscar no dia 16 a Irún.

Refere ainda que vão de comboio, uma vez que só vão duas mulheres.

Auto de Perguntas a Domingos Preto Paulino

Alguma vez esteve preso, quando e porquê, se foi condenado e em que pena, e interrogado acerca da situação militar respondeu:

Já foi julgado no tribunal de Serpa, por três vezes, sendo a primeira pelo não pagamento de uma multa, a segunda e terceira por desordem, ignorando as penas que lhe foram atribuídas.

Cumpriu serviço militar.

Quando se tem vindo a dedicar ao aliciamento de emigrantes clandestinos e auxílio à emigração clandestina, quantos aliciou, quando, onde e quais os seus nomes, quantos auxiliou a sair do país, quando e por onde, quanto recebeu por isso, quando e onde e quais as pessoas a quem está ligado para a pratica desses crimes.

Domingos Preto Paulino: Auxiliou apenas dois homens e duas mulheres a sair clandestinamente do país, começando esse atividade de aliciamento há cerca de 5 meses.

Não recorda exatamente a data, mas julga ter sido há cerca de 5 meses que foi abordado por dois indivíduos de Ervidel em Ficalho. Os nomes desses homens eram: Aníbal Leal Rocha e António, cunhado de Aníbal. Refere que foi nessa altura que viu pela primeira vez aqueles indivíduos. Nesse encontro, Domingos foi questionado pelos dois indivíduos se conhecia alguém que os passasse clandestinamente para Espanha, uma vez que queriam ir trabalhar para França.

Domingos ofereceu-se para fazer o trabalho, desde que cada um lhe pagasse 100 escudos. Deste modo ficou combinado que domingo os iria conduzir apenas até Rosal de la Frontera.

Por volta das 3 horas da madrugada, não se recordando do dia, talvez em fevereiro, auxílio Aníbal leal Rocha e António a saírem de Portugal, atravessando a fronteira luso-espanhola, indocumentados e clandestinamente num ponto não habitado da freguesia de Vila Verde de Ficalho.

Uma vez no rosal Domingos levou Aníbal a António ao posto da Polícia Espanhola que lhes concedeu um salvo-conduto, que os autorizava a permanecer em Espanha um mês. Seguidamente cada um dos emigrantes pagou a Paulino 100 escudos, perfazendo um total de 200 escudos, como fora combinado.

Seguidamente indicou aos dois homens o local onde partia a camioneta para Sevilha e regressou a Portugal. Entrou em Portugal de forma clandestina, pelo mesmo local onde havia saído.

Algum tempo depois recebeu uma carta de Aníbal com a indicação que já se encontravam em França a trabalhar. Aníbal continuou a escrever a Paulino e numa dessas cartas informava-o que outros indivíduos de Ervidel, sem indicar nomes estaria dispostos a ir para França, isto se Paulino os auxiliasse a sair de Portugal.

Contudo, Paulino nunca respondeu a Aníbal. Numa das cartas Aníbal pedia a Paulino que escrevesse à sua mulher, Maria Balbina Rocha, a fim de combinarem a forma de também Maria Balbina sair do país. Acrescentava ainda que também a mulher de António iria emigrar. Esta última chamava-se antónia.

Depois de trocar várias cartas com Maria Balbina, ficou acordado que a levaria a ela e à cunhada até Irun a troco do pagamento de 1500 escudos, cada uma. Cobraria ainda o valor da sua viagem. Nas cartas era ainda referida uma terceira mulher, que não chegou a ir, por aguardar o bilhete de identidade. Esta terceira mulher, desconhece o nome, somente sabe que é esposa de um colega de Aníbal e António. No dia 14 de junho Maria Balbina e Antónia foram ter com Paulino a Ficalho. Estas foram auxiliadas por Paulino a realizar a passagem da fronteira luso-espanhola de forma indocumentada e clandestinamente. Uma vez no Rosal de La Frontera, Paulino levou as mulheres ao posto da polícia espanhola, afim de também elas obterem um salvo-conduto, tal como os seus maridos. Seguidamente ele foi realizar uma compra, como fazia sempre que ia a Espanha.

Depois de ter os salvo-condutos recebeu 1500 escudos de Maria Balbina Rocha. Tanto Paulino como as mulheres tomaram uma camioneta com destino a Sevilha, tendo os bilhetes sido pagos por Maria Balbina. Uma vez em Sevilha foram de carro de aluguer até Madrid, sendo nessa ocasião que Maria Balbina entregou os restantes 1500 escudos. Paulino regressou a Sevilha no mesmo carro de aluguer, pois para não aumentar as despesas achou melhor não as levar até Irún.

Paulino regressou imediatamente a Portugal, onde entrou de forma clandestina no dia 17 de Junho. Refere que não auxiliou mais ninguém a sair clandestinamente de Portugal. Aguardava porém que a terceira mulher de Ervidel lhe escrevesse para também a auxiliar a sair de forma clandestina e indocumentada do país.

Não está ligado a mais ninguém que se dedica à prática de auxílio à emigração clandestina.

Do dinheiro recebido apenas tem 1100.

Aníbal Rocha e António têm cerca de 33 anos de idade. Maria Balbina aparenta ter 30 ou 31, enquanto Antónia teria 34.

Durante a viagem Maria Balbina referiu que deixou com a mãe ou sogra o seu filho, mas cujo nome não indicou.

No dia 24 de Junho é emitido um mandato de captura para: Aníbal Leal Rocha, António, Maria Balbina Rocha e Maria.

Auto de perguntas aos familiares dos emigrantes.

Guião pré-definido:

- 1- Quanto pagou cada individuo ao arguido Preto Paulino, quando e onde, pelo auxilio prestado na saída clandestina dos mesmos, do país,
- 2- Se algum dos referidos nacionais ou outros foram aliciados a emigrar clandestinamente pelo arguido Domingos Preto Paulino, O beirão, em caso afirmativo, quando e onde.

- 3- Se o mesmo arguido Paulino interferiu na saída clandestina de Portugal de quaisquer outros indivíduos e, em caso afirmativo, quem, quando e por onde, e tudo mais que possa interessar à matéria dos autos.

Auto de Declarações de Pedro José Chaíça

- 1- Tem conhecimento que há cerca de 4 meses saíram de Ervidel com destino a França, o seu genro Aníbal leal Rocha e o João Pedro Catarrinho, uma vez que estes lhe contaram o destino que levavam; desconhece como realizaram a travessia bem como o quem os auxiliou na mesma. Também não sabe quanto pagaram. Nunca viu nem conhece Domingos Preto Paulino. Porém sabe que mais tarde Rocha e Catarrinho mandaram ir as suas esposas. Assim há cerca de 25 dias a sua filha Maria Balbina Catarrinho partiu com Maria Joaquina com destino a França, para se juntarem aos seus maridos. A sua filha deixou-lhe ao seu cuidado o seu filho, e Maria Joaquina deixou ao cuidado do sogro Pedro José Chaíça duas filhas menores: Maria Francisca e Isilda dos Anjos, tendo ficado combinado que assim que a mãe de maria Joaquina- Narcisa Custódia chegasse a Ervidel, seria esta quem cuidaria das meninas.

Ignora também a quantia que as mulheres pagaram, quem as auxiliou na passagem clandestina da fronteira, bem como onde e quando passaram a fronteira.

Há 15 dias recebeu notícias do seu filho João Pedro Catarrinho onde o informava que já se encontravam todos em França, e que já tinham trabalho, enviando-lhe ainda a sua direção.

Auto de Declarações de Narcisa Custódia

Declarou que há cerca de um mês recebeu na sua terra uma carta da filha Maria Joaquina, que vivia em Ervidel.

Nessa carta a filha pedia-lhe que Narcisa fosse para Ervidel para poder cuidar das netas, uma vez que Maria Joaquina ia para França, ter com o marido João Pedro Catarrinho.

Passados dois dias Narcisa foi para Ervidel, e quando lá chegou a sua filha já havia partido juntamente com Maria Balbina Catarrinho com destino a França.

As filhas estavam em casa dos sogros da filha, tendo ficado combinado que assim que Narcisa chegasse a Ervidel, seria ela quem cuidaria das meninas. Narcisa confirma que se encontra a tomar conta das meninas.

Desconhece as circunstâncias em que a filha e Maria Balbina foram para França, bem como quem as auxiliou na passagem da fronteira. Também não sabe quanto pagaram.

Quanto ao genro e Aníbal Rocha, teve conhecimento que os mesmos partiram para França há aproximadamente 4 meses, ignorando também em que condições o fizeram, quem os auxiliou, o local onde passaram a fronteira e quanto pagaram.

Desconhece quem seja Domingos Preto Paulino, pelo que não sabe se este teria aliciado ou interferido na saída clandestina e indocumentada do país dos 4 indivíduos já referidos.

Narcisa ainda não recebeu quaisquer notícias diretamente da filha, tendo apenas conhecimento por intermédio de Pedro José Chaíça, seu compadre que todos se encontravam em França. Essa notícia foi transmitida a Pedro José Chaíça pelo seu filho João Pedro Catarrinho.

Auto de Declarações de Eulália Leal Rocha

Há cerca de 4 meses teve conhecimento que o seu irmão Aníbal Leal Rocha e João Pedro Catarrinho saíram de Ervidel com destino a França, uma vez que os mesmos comentavam que tinham de ir para França ganhar uns tostões;

Há dias soube que a sua cunhada Maria Balbina Catarrinho e Maria Joaquina também partiram para França, deixando os seus filhos menores aos cuidados do pai e sogro respectivamente.

Desconhece as circunstâncias em que os 4 indivíduos se deslocaram até França, bem como quem os auxiliou na passagem da fronteira, onde o fizeram e quanto pagaram.

Referiu que um dia depois da cunhada Maria Balbina Catarrinho e Maria Joaquina terem partido, chegou a Ervidel a mãe da última, que vinha cuidar das netas.

Não tem conhecimento da interferência na saída clandestina do país de quaisquer outros indivíduos, nem conhece nem ouviu falar de Domingos Preto Paulino.

Não tem recebido notícias nem do irmão nem da cunhada, uma vez que se encontram de relações cortadas. Porém, tem conhecimento através do pai da sua cunhada que Maria Balbina já havia escrito e que se encontrava em França sem novidade.

Pena a aplicar a Domingos Preto Paulino: 10 mil escudos de coação.

O decreto-lei que pune o crime de emigração clandestina: nº39.749, redação atualizada pelo art.º. Do decreto-lei. Nº 43.581 e 3º do Dec. 46.939

todos os réus tem até ao momento dois mil escudos de multa artigo 85º, nº 4, do decreto-lei nº 39.749, de 9 de agosto de 1954, atualizado

Domingos Paulino teve uma multa de 290 escudos mas acabou por ter de cumprir 3 anos de prisão.

Maria Joaquina Romeiro Cavaco foi presa a 9 de março de 1970, tendo sido posta mais tarde em liberdade.

Encontra-se uma carta dirigida a Domingos Preto Paulino, de um emigrante. Nesta carta é possível de verificar que se estavam a ultimar os preparativos que a saída clandestina do país de 4 mulheres, cujos maridos já se encontravam em França.

O Réu Domingos Preto Paulino possuía à data dos feitos um salvo-conduto, que lhe permitia permanecer um mês em Espanha, situação que favorecia em muito o seu trabalho como engajador.

Uma outra carta consta neste processo, desta vez de uma mulher de Ervidel. Também aqui a mulher está a combinar com Paulino a viagem para França, uma vez que o seu marido já se encontra lá. – Maria Balbina Rocha

Auto de perguntas a Domingos Preto Paulino (23/06/1969):

De acordo com o Réu somente auxiliou 2 homens e duas mulheres a sair clandestinamente, tendo iniciado essa atividade seis meses antes da detenção. Segundo o Réu foram os indivíduos de Ervidel que o procuraram a fim de averiguar

se conhecia alguém que os pudesse pôr em França. O réu aceitou fazer isso cobrando 100 escudos.

Uma vez em Espanha, na povoação de Rosal de la Fronteira os 3 homens foram ao posto da polícia onde lhes foi atribuído um passe ou salvo-conduto para permanecer um mês em Espanha. Informou os emigrantes do autocarro que deveriam apanhar e regressou a Portugal.

Posteriormente, Aníbal contactou Paulino, onde o informava que já estava em França a Trabalhar e lhe perguntava se poderia guiar outros indivíduos também de Ervidel.

Mais tarde Paulino auxiliou a saída da Mulher e da cunhada de Aníbal, tendo acompanhado estas, até Madrid. O percurso até esta cidade foi primeiramente de camioneta até Sevilha, tendo em Sevilha alugado um táxi que os levou até Madrid.

Segundo o réu, atuou sempre sozinho.

No termo de notificação é possível de constatar que o réu foi solto mediante o pagamento da caução de 10 mil escudos.

No dia 24/06/1969 é emitido um ofício de forma a averiguar a identidade e o paradeiro dos emigrantes.

A 3 de Julho de 1969 é emitido um ofício precatório aos emigrantes para confirmar a forma como emigraram. Todavia como os 4 emigrantes se encontram em parte incerta de França, serão os familiares os inquiridos.

Seguidamente temos o registo criminal de Domingos Preto Paulino.

Auto de declarações

Pedro José Chaíça, sogro de Aníbal Leal Rocha. Este confirma que sabia da intenção do seu genro emigrar, mas os detalhes da emigração desconhece. Referiu que o seu filho João Pedro Catarrinho o informou que todos se encontravam bem em França e com trabalho.

Narcisa Custódia mãe de Maria Joaquina. Narcisa disse que um mês antes recebeu uma carta da sua filha onde lhe pedia para ir para Ervidel afim que cuidar das suas filhas, pois esta ia para França, desconhece todo o processo ligado à emigração da filha.

Eulália Leal Rocha irmã de Aníbal Leal Rocha. Também esta desconhece o processo que permitiu a saída do país do seu irmão.

Declarações: confirmação das anteriores declarações

A 17/07/1969 é emitido o mandato de captura a Aníbal Leal Rocha e João Pedro Catarrinho, Maria Balbina Catarrinho e Maria Joaquina

Em 8/01/1970 é emitida a ata de audiência de julgamento

09/03/1970 é presa Maria Balbina Catarrinho Rocha sendo condenada a 25 dias de prisão , substituída por multa de 500 escudos.

Processo 4:

Tribunal de Serpa – Guia de Remessa, Processo de Querela, Maço 29, proc.º ano 71/1974, Espécie Querela, autor Mº Pº, Réu: Domingos Preto Paulino, Lesado: Domingos Grilo Gouveia, Apensos: 1 apenso.

Decreto-lei: 49.400, de 2411-1969

Arguido: Domingos Preto Paulino

Vítor Manuel Nunes Pais foi entregue pelas autoridades espanholas, uma vez que foi encontrado indocumentado em Espanha.

Vítor referiu que foi Domingos Paulino quem serviu de guia, passando-o através dos campos de Portugal para Espanha, tendo pago pelo serviço 300 escudos.

Após interrogatório Preto Paulino confessou repetidamente que era verdade, que pela tarde de sábado, dia 22 de fevereiro de 1975, apareceu à sua porta um senho de nome Vítor Manuel, pedindo-lhe se era capaz de o conduzir clandestinamente a Espanha (Rosal de La Frontera, e por que preço. Como lhe meteu cobiça ganhar dinheiro, aceitou, pois já em outras ocasiões havia feito serviço idêntico.

Combinaram então seguir para Espanha, sob a orientação de Domingos Preto Paulino, a quem Vítor Manuel Pagaria a quantia de 300 escudos. Preto Paulino referiu que tinha já sido solicitado para esse tipo de serviço diversas vezes, tanto

que na próxima quarta-feira aguardava um grupo de 6 a 8 pessoas vindas da madeira. Confessou ser passador de emigrantes clandestinos.

Auto de perguntas:

Alguma vez esteve preso: Já esteve preso por 3 vezes. Há seis ou sete anos, esteve preso, também pelo auxílio à emigração clandestina.

Anexo 3: Grelha de Análise dos Processos Judiciais

Processos Judiciais	Intervenientes	Função no Processo	Data de Nascimento	Idade	Habilitações	Estado civil	Naturalidade/ Residência	Grau Parentesco	Profissão	Crime cometido	Pena	Detenções anteriores	Razão da emigração	País de destino	Valor cobrado
Processo 1	Alberto Gonzalez	Motorista de Táxi					Rosal de la Frontera/ Espanha		Taxista e Proprietário de estabelecimento	Motorista/Interferência ilícita em assuntos de emigração					15 mil escudos por 4 indivíduos
Processo 3	Aníbal Leal Rocha	Emigrante clandestino	31-01-1942	26		Casado	Ervidel, concelho de Aljustrel	Marido de Maria Balbina Rocha	Motorista	Emigração Clandestina	2 mil escudos de multa	3 (ofensas corporais; excesso de velocidade)	Dificuldades Económicas	França	100 Escudos
Processo 1	António Garcias Lopes	Réu/Engajador/Passador	16-09-1920	44			Vila Verde de Ficalho/serpa	Primo de Manuel Leitão Valente		Engajador/Interferência ilícita em assuntos de emigração	12 Meses, 15 dias pelas multas e imposto de justiça- 6 meses 45 dias mais 40 dias	Não			Cobra 3 a 5 mil escudos por cada indivíduo
Processo 1	António Guerreiro Martins	Réu/Emigrante clandestino	19-10-1944	21		Solteiro	Lugar de Bico, Freguesia Vale de Santiago/ Odemira	Irmão de José Maria Guerreiro	Ajudante de Padaria	Tentativa de Emigração Clandestina			Dificuldades Económicas		
Processo 1	António Manuel Luís	Réu/Emigrante clandestino		40	Analfabeto		Quintos- Beja	Amigo de Inocêncio Morais, Libânio Correia e José Martinho	Tratorista	Tentativa de Emigração Clandestina	2 Anos de pena suspensa	Não	Dificuldades Económicas		5 Mil escudos
Processo 1	António Morais Seita	Taxista	17-03-1936	29			Vila Verde de Ficalho/Serpa	Taxista dos homens de Baleizão	Taxista	Testemunha	Não consta	Não consta			O frete varia consoante a distância

A Emigração Clandestina na Europa nos anos 1960: o caso do Baixo Alentejo.

Processo 1	António Nogueira Marta	Passador	17-01-1938	27		Solteiro	Vila Verde de Ficalho/Serpa		Trabalhador rural	Engajador/prática de aliciamento à emigração clandestina	10 Mil escudos pelo crime cometido			Recebe até 500 escudos
Processo 1	António Ramos Pica	Taxista	11-04-1912	53			Aldeia Nova S. Bento	Taxista dos homens de Quintos	Taxista	Testemunha				o frete varia consoante a distância
Processo 1	Augusto Marta Gouveia	Réu/Engajador /Passador	08-04-1946	19		Solteiro	Vila Verde de Ficalho/Serpa		Trabalhador Rural	Engajador/prática de aliciamento à emigração clandestina	5 Mil escudos pelo crime cometido	Sim: Travessia clandestina da Fronteira		Cobra 250 escudos
Processo 3	Domingos Preto Paulino	Réu/Engajador /Passador	04-09-1930	39		Casado	Vila Verde de Ficalho			Engajador/prática de aliciamento à emigração clandestina	10 mil escudos de coação + 3 anos de prisão	1º pelo não pagamento multa, 2º e 3º por desordem, ignorando as penas que lhe foram atribuídas.		cobra entre 100 escudos a 1500 escudos
Processo 4	Domingos Preto Paulino	Réu/Engajador /Passador	04-09-1930	45		Casado	Vila Verde de Ficalho			Engajador/prática de aliciamento à emigração clandestina				3 00 Escudos
Processo 1	Eduardo Gordita Fonseca	Emigrante					Baleizão	Amigo de João Cheira, José Manuel Caixinha, José Dias e Eduardo Fonseca		Tentativa de Emigração Clandestina				
Processo 3	Eulália Leal Rocha	Testemunha	20-03-1936			Casada	Ervidel concelho de Aljustrel	Irmã de Aníbal Leal Rocha	Doméstica					
Processo 2	Francisco Sousa Correia	Testemunha				Casado		Cunhado de Joaquim Costa Faisca						
Processo 1	Inocêncio Gonçalves de Brito Morais	Réu/Emigrante clandestino	11-02-1935	30	Sabe ler e escrever	Casado	Quintos- Beja	Amigo de António Manuel, Libânio Correia e José Martinho	Pedreiro	Tentativa de Emigração Clandestina	2 anos de pena suspensa	não		5 mil escudos

A Emigração Clandestina na Europa nos anos 1960: o caso do Baixo Alentejo.

Processo 1	João Baião Palminha Cheira	Emigrante					Baleizão	Amigo de José Manuel Caixinha, José Dias e Eduardo Fonseca		Tentativa de Emigração Clandestina					5,500 Escudos
Processo 2	João Fernando Martins	Tentativa de Emigração Clandestina	27-09-1942	23		solteiro	Faro	Companhe iro de Prisão	Trabalhador agrícola	Emigração Clandestina	3 Anos de prisão e 6 meses e 13 dias em multa de 30 escudos diários	Sim	Fuga à justiça/ melhores condições de vida	França	10 Mil escudos
Processo 1	João Grilo Galamba	Passador					Vila Verde de Ficalho/Serpa	Amigo de Augusto Marta Gouveia		Engajador/prática de aliciamento à emigração clandestina					cobra 250 escudos
Processo 3	João Pedro Catarrinho Chaiça	Emigrante clandestino	21-03-1936	33				Marido de Maria Joaquina Cavaco	Tratorista		2 mil escudos de multa				100 escudos
Processo 2	Joaquim Costa Faisca	Tentativa de Emigração Clandestina		32		Solteiro	Freguesia de São Clemente Loulé	Companhe iro de Prisão	Pedreiro	Emigração Clandestina	8 Anos e 8 meses ³		Fuga à justiça/ melhores condições de vida	França	10 mil escudos
Processo 2	José Chumbinho	Tentativa de Emigração Clandestina	29-11-1930	35		Casado	Freguesia de São Clemente Loulé	Companhe iro de Prisão	Vendedor de Pomadas/ mineiro	Emigração Clandestina		sim	Fuga à justiça/ melhores condições de vida	França	
Processo 2	José do Nascimento Júnior	Réu/Emigrante clandestino				Casado	Loulé	Companhe iro de Prisão	Carcereiro	Emigração Clandestina			Fuga à justiça/ melhores condições de vida	França	
Processo 2	José Luís Alberto Vendrell Soler ou José Luis Vendrell Soler	Auxílio à emigração- Engajador/ Passador	22-12-1913	52		Solteiro	Algemeis Valencia- Espanha	Companhe iro de Prisão	Comerciante	Aliciamento à emigração clandestina	20 meses	sim, pelo mesmo crime		França	Cobra 10 mil escudos

A Emigração Clandestina na Europa nos anos 1960: o caso do Baixo Alentejo.

Processo 1	José Manuel Caixinha Bexiga	Emigrante					Baleizão	Amigo de João Cheira, José Dias e Eduardo Fonseca		Tentativa de Emigração Clandestina					5,500 Escudos
Processo 1	José Maria Guerreiro	Réu/Emigrante clandestino	16-06-1947	18	Instrução Primária	Solteiro	Lugar de Bico, Freguesia Vale de Santiago/ Odemira	Irmão de António Guerreiro Martins e amigo de Manuel da Silva Pedro	Jornaleiro	Tentativa de Emigração Clandestina		Não	Dificuldades económicas	França	5 mil escudos
Processo 1	José Martinho	Réu/Emigrante clandestino					Quintos- Beja	Amigo de António Manuel Luís, Inocêncio Morais, Libânio Correia		Tentativa de Emigração Clandestina			Dificuldades económicas		5 Mil escudos
Processo 1	José Vicente Pequé Dias	Emigrante					Baleizão	Amigo de José Manuel Caixinha, João Cheira e Eduardo Fonseca		Tentativa de Emigração Clandestina			Dificuldades económicas		
Processo 1	Libânio Correia	Réu/Emigrante clandestino		32	Sabe ler e escrever		Quintos- Beja	Amigo de António Manuel Luis, Inocêncio Morais, Libânio Correia e José Martinho		Tentativa de Emigração Clandestina	2 anos de pena suspensa	Não	Dificuldades económicas		5 Mil escudos
Processo 1	Manuel da Silva Pedro	Réu/Emigrante clandestino	04-03-1948	17		Solteiro	Lisboa/ Lugar de Bico, Freguesia Vale de Santiago/ Odemira	Amigo de José Maria Guerreiro e António Guerreiro Martins	Padeiro	Tentativa de Emigração Clandestina		Não	Concretização do sonho de emigrar para França	França	5 Mil escudos
Processo 1	Manuel dos Santos Bexiga	Testemunha					Baleizão	Pai de José Manuel Caixinha Bexiga		Tentativa de Emigração Clandestina					

A Emigração Clandestina na Europa nos anos 1960: o caso do Baixo Alentejo.

Processo 1	Manuel Leitão Valente	Réu/Engajador	16-06-1915	50			Vila Verde de Ficalho/Serpa	Primo de António Garcias Lopes	Comerciante/ Trabalhador Rural	Engajador/prática de aliciamento à emigração clandestina	50 Mil escudos pelo crime cometido, 12 meses, 15 dias pelas multas e imposto de justiça- 6 meses 45 dias mais 40 dias	Sim/!+: há 20 anos por contrabando/ 2º por desordem			cobra 5 mil escudos por cada indivíduo
Processo 1	Manuel Mestre	Passador		32		Casado	Vila Verde de Ficalho/Serpa		Jornaleiro	Engajador/prática de aliciamento à emigração clandestina					
Processo 3	Maria Balbina Rocha	Emigrante clandestina	11-09-1942	25		Casada	Ervidel, concelho de Aljustrel	Mulher de Anibal Leal Rocha	Doméstica		2 Mil escudos de multa		Dificuldades Económicas		1500 Escudos
Processo 3	Maria Joaquina R Cavaco	Emigrante clandestina	10-07-1938	31		Casada	Aldeia Nova S. bento	Mulher de João Pedro Chaíça	Doméstica		25 Dias de prisão , substituída por multa de 500 escudos		Dificuldades Económicas		1500 Escudos
Processo 3	Narcisa Custódia	Testemunha		58		Viúva	Aldeia Nova S. bento	Mãe de Maria Joaquina Cavaco	Doméstica						
Processo 3	Pedro José Chaíça	Testemunha	05-12-1912	57		Casado	Ervidel, concelho de Aljustrel	Sogro de Anibal Leal Rocha	Trabalhador rural						
Processo 1	Rita Ferreira	Possível Engajador							Empreiteiro de Obras de estrada						

A Emigração Clandestina na Europa nos anos 1960: o caso do Baixo Alentejo.

Processo 4	Vitor Manuel Nunes Pais	Emigrante clandestino	24	Solteiro	Lisboa/ Cova da Piedade						Dificuldades económicas	França	3 00 escudos
------------	-------------------------	-----------------------	----	----------	-------------------------	--	--	--	--	--	-------------------------	--------	--------------

Processo 1:
Tribunal de Serpa – Guia de Remessa, Processo de Querela, maço 24, proc.º 245, ano 1965, Querela – I volume, Autor Mº Pº -Réus: Manuel Silva Pedro, António Guerreiro Martins, José Maria Guerreiro, 3 apensos – 2 vol.

Processo 2:
Tribunal de Serpa- Guia de Remessa - Processos de Querela: Maço 23; Proc. Ano 220/66; Querela; Autor Mº Pº ; Réus José Luís Alberto; Vendrel Soller ou José Luís Vendrel Soller; Joaquim Costa Faísca; João Fernandes Martins; 1º Apenso II Volume; nº 220/66.

Processo 3:
Tribunal de Serpa: Maço 3; Processo/ano: 131/1969; Correccional; Réus Domingos Preto Paulino e outros.

Processo 4:
Tribunal de Serpa – Guia de Remessa, Processo de Querela, Maço 29, proc.º ano 71/1974, Espécie Querela, autor Mº Pº, Réu: Domingos Preto Paulino, Lesado: Domingos Grilo Gouveia, Apensos: 1 apenso.

Nota: alguns campos estão em branco, devido a essa informação não constar no processo.

Anexo III: CALADO, Bento: O Salto para França, 2007 (original dactilografado, não publicado): extratos



Bairro de lata, na quinta do brilhante, 1964

Um grupo de jovens da minha terra. Vale de Vargo. Eu incluído. Fotografia tirada junto das velhas barracas onde habitávamos, em 1964, na quinta do Brilhante. Um dos muitos antros da cintura de Lisboa. Hoje zona de luxo, depois da expo 98.

Antes eram os camponeses que empurrados das suas aldeólas da província, pelas dificuldades da vida, ali iam instalar-se em procura de trabalho e um melhor salário, na construção civil em princípio, ou onde calhava. Hoje uma zona chique só para quem ali pode habitar. Pois não está ao alcance da maioria dos portugueses.

Ontem cresciam couves e todo o género de produtos hortícolas por entre aquelas velhas quintas, lado a lado com as miseráveis barracas, hoje crescem altas habitações luxuosas, só ao alcance das bolsas abastadas. Ainda bem. Ao menos já não se vêm aquelas miseráveis barracas. Mesmo que as haja em outros lugares da capital. Ou arredores. Só mudam os tempos e os homens. Os lugares fodorentos continuam a fazer parte da panorâmica da nossa bela capital. E ainda que os queiram esconder à viva força não conseguem. Pois quem dá uma volta em redor da capital pode observar tais degradantes quadros. Quadros que contrastam entre o que é apregoadado pelos governantes e a crua realidade. No nosso país e não só. Com certeza.

9

O Salto para França

Estávamos então no ano de 1964. A guerra do Ultramar estava no seu auge, pois já durava há três anos. E a ditadura no seu auge estava. Pois essa já durava há muitos mais.

Em volta de Lisboa os bairros de lata proliferavam por todo o lado, deixando adivinhar quanta miséria se escondia no seu interior. Conforme mostra esta velhinha fotografia, tirada num desses bairros. Dentro destas casinhotas chovia copiosamente durante os rigorosos invernos. Pois as latas velhas e telhas de lusalite que cobriam estas barracas para mais não davam. Onde pela noite dentro o frio enregelava. E o calor sufocava quando chegava o quente Verão.

Valendo a ligeira brisa que vinha dos lados do Tejo, que mais em baixo espreitava sonolento para todo este degradante quadro. Quadro que à primeira vista logo deixava perceber quem ali habitaria. Todos quantos vinham da província. Do Alentejo a Trás - os - Montes, passando pelas Beiras... Afinal todos movidos pela mesma esperança. A de encontrarem uma vida melhor nos arredores de Lisboa. Esperando arranjar trabalho e melhor salário. Fugindo à dureza dos trabalhos agrícolas e aos miseráveis salários. Pelo menos esperando melhor sorte que aquela que tinham nas suas regiões, que os tinha feito abandonar as suas raízes. Instalando-se desordenadamente por aquelas abandonadas quintas, transformadas em depósitos humanos. Vida de escravatura. Pois a esperança quase sempre saía gorada. Já que esta gente, à falta de melhor, apenas se vinham meter em labirintos insalubres e mal cheirosos. Sem serviço sanitário... Apenas uma retrete para centenas de pessoas. Com um simples fontanário para toda uma massa humana. Era assim a vida desta humilde gente. Vendo o seu sonho quase sempre gorado.

Talvez este grupo de jovens que se vêm na foto não deixassem transparecer quanta miséria se encerrava nestes ascorrosos antros. Já

10

que sendo jovens não deixavam de cuidar um pouco da sua imagem, apesar das circunstâncias em que viviam. Mas nestes velhos bairros a miséria era gritante e confrangedora. Ainda hoje o é. Quanto mais nos anos sessenta, Vergados ao peso da ditadura como estávamos. Sem possibilidade de escolha.

Este era um dos muitos bairros de lata próximo da rotunda do relógio. Não muito distante do areeiro. Onde as quintas abandonadas eram propícias à construção desenfreada e desordenada de bairros deste género. Sem qualquer lei nem ordem pública. Onde cada qual tentava viver a sua vida como podia, ou o deixavam.

Vida errante, sem dúvida.

Para este nauscabundo bairro se deslocaram da sua terra, do profundo Alentejo, estes jovens e mais alguns que não estão nesta fotografia. Sendo eles que dão vida a esta singela história. História da sua vida. Nas quais tais figurantes se podem rever. Ainda que não sejam narradas por eles. Apenas por um deles. Eu mesmo. Por isso apenas narro a história à minha maneira. Mas penso que todos concordarão com o seu conteúdo. Pois a mesma, não foge por certo muito da realidade, ainda que com um pouco de recreação à mistura. Tal como todas as histórias devem ter.

Estavam estes jovens divididos por três grupos. Eram ao todo, dez. Todos com idades compreendidas entre os vinte e dois e vinte e seis anos. Uns viviam na quinta do Caldeirão, outros na quinta do Pau, outros na quinta do Brillhante. Bairros muito próximos uns dos outros. Entre a rotunda do relógio, areeiro, Moscavide e Tejo. Todos com as mesmas condições. Refúgio das gentes provincianas. Encontro de várias culturas e de extractos sociais muito baixos. Claro.

Todos estes jovens tinham vindo parar a estes bairros de lata pela mesma razão. Ao contrário da maioria dos moradores ali residentes, estes jovens não tinham propriamente vindo ali procurar trabalho e melhor salário, ainda que também na sua terra já tivessem sentido essa necessidade. Pois o drama da maioria dos portugueses era o mesmo. Carência de trabalho e salários miseráveis. Isso obrigava os provincianos, sobretudo os rurais, a demandar outras paragens, lon-

11

ge dos seus lugares. Sempre movidos pela esperança de alcançarem uma vida um pouco melhor. Muitas vezes pura ilusão. Já que o mal era nacional e não localizado. Mas nos arredores da capital sempre havia a possibilidade de se encontrar trabalho e o salário um pouco melhor. Sem dúvida. E apesar de na altura os dez alentejanos, também andarem trabalhando na construção civil nesse ano de 1964, não tinham saído da sua terra com esse fim, mas sim por se encontrarem desertores do exército. Por terem recusado a guerra do ultramar. Estando todos metidos no mesmo barco. Barco à beira do naufrágio. Caso não tentassem sair do país.

Nessa altura eram dez. Em 1965 seriam treze. E tudo o mais que se ia seguindo. O que para um povoado pequeno era obra. Talvez uma obra que não os honrava muito, aos olhos de alguns, mas tinha sido a sua escolha. E feita em consciencia de causa. Uma escolha que contrariava as regras nacionais. E contrariava até todo o conceito de patriotismo, já que sempre tinham aprendido os valores da defesa nacional. Mas naquele caso concreto os seus ideais falaram mais forte. Recusando uma guerra na qual não se reviam. Pois a mesma atentava contra tudo aquilo em que acreditavam. O direito à liberdade de todos os povos do mundo. E não só do seu país. Patriotismo e colonialismo não eram a mesma coisa para esse grupo de dez militares valvargueiros. Neste caso, desertores. Por essa razão comungavam os dez da mesma doutrina. E por isso se viam metidos naqueles bairros do fim do mundo. Sem qualquer condição humana.

Tinha começado esta perigosa aventura em 1961, quando o primeiro destes rebeldes valvargueiros recusou partir para a guerra, que vinha de ter início em Angola. Na altura colónia portuguesa, onde vinha de se desencadear o começo do desaire colonial português, com os naturais pegando em armas, tentando a libertação e independência do seu território. Alargando-se essa dita guerra à Guiné-Bissau e mais tarde a Moçambique. Alargando-se ao mesmo tempo o loque daqueles que a essa guerra foram dizendo não. Para em 1964 se encontrarem dez soldados da mesma terra naquelas difíceis condições de foras da lei. Sendo aquelas velhas barracas guardadoras do

12

cípio ou carácter próprio. Mas enfim, este assunto ainda está no começo e vai ainda dar muito que falar. No bom ou no mau sentido. Como tudo o que sai fora do contexto tradicional. Enraizado nas populações depois de séculos, gerações após gerações.

Mas deixemos de parte este assunto. Voltemos ao percurso feito por estes jovens desertores.

Depois de uma vivência cheia de sustos e contra tempos, com obstáculos de toda a ordem, houve um certo dia em que três destes jovens conseguiram arranjar dinheiro para pagar ao passador. Eram dos que viviam na quinta do pau. Foi o MG, o AS e o JT.

Para tal efeito precisavam de dez mil escudos para o passador e mais algum para levarem na dura aventura, até chegarem a Paris, onde pensavam arranjar trabalho o mais depressa possível. Quando isso fosse conseguido estava tudo no bom caminho. A liberdade e uma vida melhor, talvez. Naquela situação em que viviam é que não podiam suportar por mais tempo. Pois era uma vida muito ingrata.

Uma vida de raposas escondidas, com medo do caçador. Vendo os anos passar e o futuro cada vez mais incerto. E ao mesmo tempo sempre no risco de serem apanhados pelas autoridades civis ou militares. O que era o fim dos seus sonhos. O de partirem para França, escapando assim às garras da fera. Que estaria sedenta por os caçar com as suas ferozes mandíbulas. Que não os mataria, claro, mas os meteria nas masmorras de algum presídio militar. Seria esse o normal desfecho, caso tivessem azar na aventura que iam fazer. Mas não podendo ter medo, só tinham de arriscar. Pois como diz o ditado. Quem não arrisca não petisca.

Em o mês de Dezembro de 1964. E tendo esses três companheiros de deserção arranjado dinheiro necessário, depressa contactaram com um passador que os levaria para lá dos Pirenéus. Onde a liberdade esperaria por eles. Era a meta desejada naquele caso. Da fronteira francesa eles se desenrascariam por si próprios até chegarem a Paris. O maior problema era chegar à fronteira francesa. Muitos obstáculos os aguardariam por certo.

15

Primeiro a passagem na fronteira luso - espanhola, que estava minada por guardas - fiscais, e agentes da PIDE. Do outro lado os carabineiros e a guarda civil espanhola. Barreiras muito difíceis de ultrapassar, mesmo para passadores muito experientes. Era um risco, mas que valia a pena. Pois se não arriscassem nunca sairiam do país. Era para todos quantos queriam deixar o país por qualquer razão. Naquele caso concreto por duas razões. A de escaparem às autoridades militares e à prisão, e ao mesmo tempo conseguirem lá fora o que por cá não encontravam. Um futuro melhor em termos financeiros e económicos. Sonho de qualquer mortal. Estes jovens não fugiam à regra. Apesar de estarem habituados a viver com grandes dificuldades durante os anos em que trabalharam no Alentejo. Queriam agora alcançar uma vida melhor em terras de França e ao mesmo tempo escapar às autoridades militares. Motivos muito fortes. Sem dúvida.

E assim, depois das despedidas normais, lá partiram esses três amigos e outras pessoas de outras zonas, com o mesmo fim. O salto para França. Meta de milhares e milhares de portugueses.

Uns passadores residentes na Amadora se encarregariam de os levar a bom porto. Era o combinado, e o que todos aguardavam. Por isso tinham pago bem caro. Dez mil escudos para a época em questão eram uma pequena fortuna para gentes de fracos recursos. Como era o caso. Mas os seus familiares tinham conseguido essa soma de qualquer forma. Por certo pedindo algum emprestado a outros familiares ou amigos. Que desse resultado tal sacrifício, era o que todos podiam e desejavam. Também os que ficavam esperando pela sua vez desejavam o êxito dos seus companheiros. Como era evidente. O bem de uns seria o bem dos outros. Eram laços muito fortes, aqueles que os tinham unido naqueles últimos tempos. Pois tinham sido anos de uma camaradagem e uma união invulgar. Já que eram todos amigos de infância. Companheiros de escola, alguns. Companheiros de brincadeiras, todos. Companheiros de trabalhos no campo, quase todos. E por último, e em alguns casos, a conviverem no mesmo espaço durante quase quatro anos, companheiros de aventura clandestina, por serem desertores do exército. O que mais os veio unir.

16

Criando laços de amizade muito fortes entre uns e outros. O que era natural. Por isso estavam todos no mesmo barco.

Mas o barco vinha de partir e tinha deixado sete deles ainda em terra. Três partiam à aventura. Em procura da sua liberdade. Os que ficavam só lhe restava aguardar pela sua oportunidade. Tudo a seu tempo. Não podiam deitar tudo a perder. Dias melhores viriam. Era a sua esperança, e com essa esperança iam fazendo a sua vida. Uma vida honesta, ainda que desertores. Uma vida de trabalho e harmonia possível. Já que tranquilidade e sossego não podiam eles ter, pois a sua situação de desertores clandestinos para isso não dava. Mas tentavam levar a vida o melhor possível. Sem fazerem mal a ninguém, desejando que também ninguém lhe fizesse mal, o que felizmente, e apesar de todos os contra, iam conseguindo, mercê da sua discreta e pacífica conduta. Vivendo um dia de cada vez. Sem perderem a noção do seu insurrecto acto, mas nada de arrependimentos, já que tinham recusado a guerra em consciência de causa. Pois tinha sido um acto mais contra o regime. Contra a ditadura opressiva de Salazar. Talvez pudesse ser contra os interesses da nação. Pelo menos no entender de milhões de cidadãos portugueses. E sobretudo daqueles que se reviam no regime. Mas era a sua posição. Posição que tinham assumido contra tudo e todos. Até contra os familiares por vezes, já que muitos destes não achavam a ideia muito correcta. Talvez por principio, ou por receio das consequências futuras. Mas os jovens desertores não estavam dispostos a fazer uma guerra contrária aos seus princípios. Uma guerra que eles não consideravam ser sua, mas a guerra de um regime em decadência e opressor. Que não bastava oprimir os seus próprios cidadãos, ainda tinha que oprimir os naturais de África. Impondo-lhe uma guerra imoral e destruidora, de bens e pessoas. O que estes jovens alentejanos não aceitavam. Por isso a tinham recusado. Por isso a continuariam a recusar. E ali estavam naquele Dezembro de 1964 esperando pelo êxito dos seus companheiros, que vinham de partir para a sua grande aventura. Do salto para França. Salto que viria a marcar a vida de todos eles. Pela positiva para dois deles, e pela negativa para o terceiro.

17

Depois da partida daqueles três companheiros e amigos os dias foram passando. E os que ficaram em terra no primeiro embarque tinham também expectativas de fazer o mesmo. Deixarem aqueles ascrosos bairros de lata muito em breve. Era só uma questão dos seus familiares mais próximos conseguirem arranjar o dinheiro suficiente para o passador. Dez mil escudos para este, mais uns dois mil para as despesas da viagem. Com algum que eles tinham economizado estava o assunto arrumado. Quando estivessem em França tratariam de saldar as suas dívidas. Era uma questão de tempo. O pior seria chegarem ao seu destino. Muito teriam de sofrer para o conseguir. Os que fossem capazes. O que nem sempre era possível. Como viria a acontecer com um dos seus três amigos desertores que tinham partido nessa aventura poucos dias antes. O qual tinha sido apanhado em terras de Espanha, perto da cidade de Vitória, sendo recambiado para Portugal, onde viria a sofrer um grande revés, já que no posto fronteiriço de Vilar Formoso a sua verdadeira identidade viria a ser descoberta pela astuta PIDE, ficando em prisão militar. Nessa altura já aguardando julgamento em Viseu. Mas esse triste episódio não viria a demover os seus companheiros de clandestinidade, que continuavam dispostos em levar por diante a sua espinhosa missão. Tentar o salto para França, mesmo sabendo o que os poderia aguardar. Que poderia ser o mesmo caminho do seu infortunado amigo.

E nesse Dezembro de 1964, estando já ao corrente do que tinha acontecido ao seu amigo e camarada JT, mais cinco desses desertores conseguiam arranjar a desejada soma para iniciarem a sua partida. E tudo estava então preparado para tal. Era só esperar pelas ordens do passador. No entanto dois dos seus companheiros ainda ficavam em terra. Eram eles, o ED e o FV, por não terem conseguido arranjar a soma de dez mil escudos, exigida pelo passador. Soma que, para essa época era muito dinheiro para quem ganhava tão pouco. Pois era dinheiro suficiente para se comprar uma habitação na altura, e nas aldeias do interior. E uma habitação já razoável. Portanto imagine-se o que não custava amealhar tal soma? Era complicado.

18

Por essa razão dois dos companheiros de aventura eram ainda obrigados a ficar em terra nessa segunda partida. Os outros cinco iam partir. Tudo estava a postos.

Um dos onze foragidos estava preso na prisão militar em Viseu. Os outros dois tinham conseguido chegar a Paris. Onde se encontravam em segurança e num país livre. Não mais teriam portanto de prestar contas do seu rebelde acto. Que aos olhos da maioria dos portugueses tinha sido um acto covarde e traiçoeiro. Mas não o era aos olhos de muitos outros portugueses. E muito menos aos olhos destes ditos jovens que assim procederam. Por isso o tinham praticado. E não por covardia, como tentavam fazer crer os que eram a favor de tal guerra. Ou pura e simplesmente achavam que era o dever de todos os soldados portugueses. Lutar pela Pátria, fazendo a vontade ao regime. Mesmo oprimindo outros povos. Neste caso os africanos. Mas assim não pensava a maioria dos envolvidos em tal drama, os quais tinham pesado bem os prós e contras. E seguido o seu ideal. Ainda que um ou outro o tivesse feito por receio de morrer na guerra. Era possível. E foi quase certo que isso também aconteceu. O que igualmente se podia depreender das conversas tidas entre os envolvidos em tal situação, onde os verdadeiros sentimentos de cada um vinham ao de cima com franqueza.

E enquanto o J.T continuava em prisão preventiva, na casa de reclusão do Fontelo, em Viseu, esperando pelo seu julgamento, e os seus companheiros de viagem estavam agora a salvo, já em Paris. O grupo dos outros cinco não pensou duas vezes. Partindo a salto para França. Pois não lhe restava outra alternativa.

O passador era o mesmo que tinha levado os outros três. Sabiam como tinha corrido tão mal ao J.T, mas não iam desistir. Tinha sido um golpe de azar o sofrido pelo seu companheiro. Podia não se repetir. Pelo menos era essa a esperança dos que iam arriscar na segunda vez. Pois tinham a noção de que não havia outra saída. Ou era arriscar ou continuar numa vida de sobressaltos e de angústia. Metidos

19

naqueles bairros de lata, sujeitos a serem um dia descobertos pelas autoridades. E terem de ir parar à prisão de qualquer forma. Então preferiam assumir o risco. Não podia haver retrocesso na sua escolha. A decisão estava tomada. Iriam partir sabendo ao que se arriscavam. Não podendo haver recuo. França ou prisão. E a partida deu-se pela quadra do Natal desse mesmo ano, 1964.

E quando as famílias deveriam estar reunidas para passarem a quadra natalícia, sempre tão tradicional no nosso país e em quase todo o mundo cristão. Aqueles cinco alentejanos e os seus familiares não podiam gozar desse privilégio, já que a vida não o permitia. E no dia combinado, depois de cada um deles ter entregado dez notas de mil escudos, que tanto tinham custado a arranjar, lá se montaram eles em dois táxis, na Amadora, local de onde os outros já tinham antes saído a caminho da sua aventura. Que para um deles viria a ser fatal. Ou melhor dito, frustrada.

Os passadores eram os mesmos. Dois irmãos que viviam na Amadora. Homens habituados à angariação de emigrantes a salto. Gente a quem os escrúpulos pouco pesavam. E que já tinham levado para França centenas de fugitivos do país. O que diziam com orgulho e alguma vaidade. Para eles não importava que alguns dos emigrantes clandestinos ficassem pelo caminho. Ou fossem recambiados para Portugal e caíssem nas mãos da ditadura. Em eles se safando o resto não tinha importância. E esses homens eram realmente matreiros, pois não seguiam viagem em conjunto com os seus ocasionais clientes. Eles tinham passaporte e seguiam à vontade, num carro à frente dos outros táxis. Se os táxis com os clandestinos fossem interceptados pelas autoridades, em Portugal, ou já em Espanha, eles seguiam o seu caminho como se nada fosse com eles. Apenas se juntavam com os emigrantes clandestinos quando da passagem pelas fronteiras. Só nesse caso desciam do seu carro, vindo um deles ajudar a passar a fronteira: Passagem feita a pé por entre vales e montes. A fronteira lusa- espanhola, ou espanhola-francesa. Mas para os interessados o que contava era que os passadores não falhassem na tentativa de os passar a salvo para lá dos Pirenéus. O resto pouco

20

importava. Queriam eles lá saber da vida destes passadores. Se era trabalho sujo ou limpo pouco importava. Afinal neste país havia tanto trabalho sujo. Tal como ainda hoje existe. Mais declarado e muito mais odioso. Portanto os passadores acabavam por ser uns santinhos em relação a certa gente que havia e há por este mundo fora. Que não fazem mais do que destruir o sonho de milhões de almas no mundo. Hoje e amanhã. Sobretudo das futuras gerações. Equanto os passadores ajudavam a concretizar o sonho de milhares e milhares de portugueses, que nos seus países se sentiam explorados e maltratados. Como era o caso dos portugueses nessa distante época salazarista. Ainda que saibamos que muitos passadores não tinham qualquer pudor. Mas também eram na verdade a única tábua de salvação para tantos milhares de emigrantes clandestinos. Sobretudo para aqueles cinco desertores que vinham de deixar o seu país. Esperavam encontrar a sua tábua de salvação através daqueles passadores. Nas mãos dos quais entregavam o seu triste ou risonho destino, sem poderem reclamar fosse o que fosse. Apenas que os levassem para terras de França. E o primeiro passo vinha de dar início. Eram emigrantes a salto, e ainda por cima, desertores. Portanto em piores condições que outros que seguiam com eles naquela aventura, mas nada tinham de ilegal, a não ser a sua saída clandestina do país. O que não era comparável. Nem para eles nem para as autoridades. O máximo que estes últimos poderiam arriscar era perderem o dinheiro dado ao passador e serem julgados por emigrantes clandestinos, que não era nada do outro mundo. Poderiam na pior das hipóteses ser condenados em dois anos de prisão, com pena suspensa. O que não era nada agradável, com certeza que não, mas bem pior estavam os cinco desertores, se fossem caçados. E estes sabiam-no bem. Por isso iam com o coração nas mãos. Olhos bem abertos e sentidos alerta. Esperançados, mas ao mesmo tempo sem poderem esquecer o que tinha sucedido ao seu amigo e conterrâneo. Que a essas horas estava metido na Casa de Reclusão de Viseu, esperando ser julgado e condenado em vários anos de prisão. Certamente. Mas não podiam estes cinco jovens que se tinham metido ao caminho pensar nisso.

21

Confiando portanto que dessa vez a sorte os acompanharia. E chegariam finalmente a França sãos e salvos. Sendo o seu desejo mais forte que o seu medo. Nada os poderia parar na sua aventura. Os primeiros passos estavam dados. Era só um pouco de sorte e paciência. O futuro faria o resto.

Faltavam apenas uns quatro dias para o Natal quando aqueles jovens saíram da Amadora, repartidos por dois carros de praça. Três dos desertores iam num carro. Dois em outro carro. Acompanhados de mais três jovens clandestinos, naturais da vizinha Povoia de Santa Iria. Seguindo as duas viaturas muito próximas uma da outra. Direcção a Elvas. Onde passariam a fronteira, a pé e em zonas propícias para tal passagem. Longe dos olhares da Guarda-Fiscal, ou da Guardia Civil espanhola. E muito menos do alcance da famosa policia pídésca. A qual metia medo aos mais afoitos aventureiros.

O passador conhecia os melhores locais de passagem. Estava já experiente em tais andanças. Mas os candidatos a tal aventura não estavam nada preparados para tais situações. Eram jovens que nunca tinham saído do seu país. Nem legal nem ilegalmente. Eram presas fáceis para as autoridades fronteiriças.

Até bem perto de Elvas tudo correu bem. Ninguém interrompeu a marcha dos carros. Parecia que tudo estava a correr sobre rodas. A esperança aumentava. O receio diminuía. O primeiro obstáculo estava ultrapassado. E isso deixava os clandestinos entusiasmados. Pois até ali tudo se tinha passado melhor que as expectativas. Os passadores não tinham sido vistos durante esse curto trajecto. Mas era o combinado. A poucos quilómetros da fronteira espanhola estes esperariam pela sua preciosa carga. Os carros, por contra voltariam para a Amadora, de onde tinham saído. Novos táxis, talvez espanhóis, apanhariam os clandestinos para lá da fronteira. Era o combinado. Se tudo corresse bem.

A uns três ou quatro quilómetros da fronteira os táxis pararam numa estrada secundária e num ponto desértico. Os ocupantes dos táxis desceram e pegaram na sua pouca bagagem. Um dos passadores estava esperando no local combinado com os táxistas. Tudo OK.

22

A marcha iniciou-se a pé pelo meio dos descampados. Por estreitos carreiros, por entre os cerrados olivais. Aqui saltando ribeiros, acolá subindo e descendo encostas amatagadas. Estava um frio de rachar. Era já noite dentro quando se chegou perto da fronteira. Que aliás, para os ingénuos clandestinos a fronteira não existia. Já que o escuro da noite nada deixava ver. Nem a linha de demarcação territorial existia, pois o terreno era o mesmo. Mato e mais mato. Frio e mais frio. Não havia extremas, não havia aconchego. Não havia vivalma e ainda bem. Era o ideal para o que interessava. Não serem vistos na passagem fronteira. E muito menos apanhados. Estava quase. Isso aconteceu finalmente e sem problemas, O primeiro obstáculo estava realmente ultrapassado. A fronteira estava ultrapassada, no dizer do passador. Os pobres emigrantes a salto nem sabiam se era verdade. Pois nada conheciam daqueles ermos lugares. Era a palavra do passador, e isso bastava. Havia que confiar no homem. Porque não?

Ele se gabava de ter tido apenas um percalço com os seus clientes. Justamente nesse dito mês, e com aquele companheiro já citado. O deserto. E os que no mesmo carro seguiam viagem quando foram presos perto da cidade de Vitória, já muito perto da fronteira francesa. Todos os outros tinham chegado ao seu destino. França. Era a meta dos que ali iam naquele momento, com esse sonho em mente. Chegar a França. Nem que levassem três ou quatro dias. Não importava. O sofrimento físico não se sentia naqueles casos. A esperança era mais forte do que tudo o que pudessem sofrer na viagem. Para já tudo bem. Apenas uns quilómetros a pé. Era de calcular. Só assim poderia ser. Nada de mais.

A certo momento o passador parou, e mandou parar a malta. Estavam numa estreita estrada. As luzes de Badajoz avistavam-se ao longe. Dizia o passador. Talvez fosse verdade. Era uma iluminação muito forte. Não podia tratar-se de qualquer aldeola. Era já bastante tarde. Talvez umas nove horas da noite. Tinham caminhado durante umas duas horas, para fazerem uns cinco ou seis quilómetros, desde a descida dos táxis até àquele ponto nevrálgico. Caminhada lenta, pois era noite e mal se via por onde se caminhava. Todos estavam

23

escorrendo, pois era inverno e os campos estavam encharcados. Mas o pior era o frio. Caía uma forte gead. Mas não se podia fazer uma simples fogueira, pois isso poderia deitar tudo a perder. Não se ia arriscar por causa do frio. Havia que suportar estoicamente. Apenas com uma certeza. A enorme vontade de chegarem a França. Faltava ainda tanto. E os obstáculos eram imprevisíveis.

Havia uma pequena ponte naquela estreita estrada. O passador deu ordens para que se abrigassem debaixo da mesma. Dizendo aos desamparados emigrantes que ficassem ali à espera até que outros táxis os viessem buscar. Ele iria partir para em conjunto com o seu irmão tratarem do assunto. Era normal tal situação.

Assim que o passador deixou aquele ermo local logo se ouviu o motor de um carro que chegava e partia de seguida. Era por certo o seu irmão. Ninguém soube. Pois não se via ninguém. Enquanto isso, os fora de lei acomodavam-se como podiam por debaixo da pequena e desconfortável ponte. Uns puxando arbustos para não se sentarem sobre o chão húmido. Outros agasalhando-se com tudo o que tinham à mão. Que não era muito. Luvas, gabardinas e cachecóis. Era o salve-se quem puder. Havia que esperar, tal como o passador tinha dito. Sem barulhos. Sem fogueiras. Nem tão pouco cigarros acesos... Pois o mínimo descuido poderia ser o fim daquela aventura. O que ninguém queria. Claro. Então havia que suportar o frio, por mais insuportável que fosse. Da chuva pelo menos estavam a salvo. A não ser que o ribeirinho transbordasse muito e tivessem de abandonar o esconderijo da ponte. Não foi preciso. Já que não choveu durante a noite. Apenas um frio de gelar os ossos. O que tornou aquela força da estadia num enorme calvário. Os companheiros alentejanos, os cinco desertores, encostando-se uns aos outros, tomando assim a noite mais suportável. Pois o próprio calor de uns e outros os aquecia. Eles não tinham complexos. Estavam habituados a dormir dois a dois, na mesma cama, nas suas barracas da quinta do caldeirão e do brilhante. Onde o espaço não dava para melhor. E o aconchego também era muito precário. Portanto estavam habituados ao desconforto. Habituados a desenrascar-se de todas as formas. Estavam em

24

nados do mesmo espirito. Era apenas uma noite sofrida Aguentando todos firmemente até que se fez dia. E os táxis espanhóis sem aparecerem. Nem tão pouco sinal do passador. O que era pior. Pois sem passador não poderiam seguir viagem. Mais a mais tinham entregado ao passador quase todo o dinheiro que tinham antes de saírem da Amadora. O que não era normal, mas estes assim o tinham exigido. Não tendo aqueles cinco desertores outra hipótese senão entregarem logo o dinheiro. E nem podiam reclamar. Já que a sua situação não o permitia. Apenas tinham de esperar o tempo que fosse necessário. Só se a fome os obrigasse a tomar outra decisão. Mas por enquanto ninguém falava em comer. Queriam era sair dali. O estômago que aguentasse. Mas a espera foi muito mais longa do que alguma vez tinham imaginado. Nem acreditavam no que lhe estava acontecendo.

O passador tinha garantido que durante a noite alguém os iria buscar e já em pleno dia, ninguém aparecia. Levando estes jovens ao desespero. Sobretudo os cinco desertores. Que estavam a ver a vida andar para trás. Começando a sentir-se atraçoados pelos passadores. O que na verdade não seria caso único. Pois quantas vezes os passadores não abandonavam os seus clientes de ocasião, não importando em que circunstâncias, livrando sempre eles a sua pele. Pois sabiam que apanhavam uma grande pena de prisão caso a sua actividade ilegal fosse descoberta. Então, de gente dessa tudo se poderia esperar. E era isso que apavorava aqueles desolados jovens. Entregues à sua sorte, ainda escondidos na ponte. Vendo dessa forma ruir as suas esperanças. Depois de uma noite tão complicada. Quando quase nem tinham já forças para desentorpecerem as pernas, que estavam quase paralisadas. Assim como o resto do corpo. Apenas mantendo o coração quente e a palpitar no peito. E se ao menos pudessem acender uma fogueira? Mas nem podiam ter esse prazer. Pelo menos enquanto pudessem aguentar. Se não pudessem teriam de sair dali em procura de auxilio. Nem que fosse o fim da sua triste aventura. Não iriam morrer debaixo daquele pontão. Com certeza que não. Voltariam para trás, pois ainda estavam perto da fronteira. Era muito duro mas não viam um único raio de esperança. Mas não foi preciso. Pois

25

quando já não tinham qualquer esperança e já tinham saído do local onde tinham passado tantas horas, cheios de frio, sono e fome, eis que viram chegar uns táxis de cor berrante, que não eram portugueses mas sim espanhóis, pela cor dos mesmos. E destes logo alguém os chamou para se dirigirem para as viaturas. O que os pobres emigrantes ilegais logo fizeram, arrastando as suas pesadas pernas, quase sem se poderem mexer do mesmo sitio. Tal o seu estado físico e psicológico, depois de tantas horas sob um frio de cortar à faca. Não era para menos. Mas logo que entraram nos táxis e estes se puseram em marcha não pensaram mais no frio, nem nas horas de louca espera. O seu pensamento voltava a estar para lá da fronteira espanhola. No outro lado dos Pirenéus. E a esperança renasceu de novo.

No caminho pararam os táxis junto de um restaurante, em certo local desconhecido para os emigrantes a salto, onde estes puderam então saciar um pouco da sua fome. Ingerindo um bom prato de sopa bem quentinha e um bom copo de rum, para retempero das energias perdidas. Mas dos passadores nem rasto. Talvez fosse normal, pois um deles só nos esperaria perto da fronteira francesa. Como previsto. Agora já não havia que ter receio. Era só mais um dia de marcha até à fronteira. Onde tudo seria diferente. Pois ali chegados estariam a salvo e seguros. Assim o esperavam os agora mais calmos viajantes ilegais. Para quem o pior teria passado. Mal sabendo estas pobres almas o que ainda os esperava. Pois o pior estava para chegar.

Já caminhando para a noite os táxis estavam às portas de Madrid. O que era bom. Pois era já um grande salto na viagem. Mas os ditos táxis não entraram nem passaram por Madrid. Pois antes de lá chegarem fizeram um desvio para uma estrada secundária, onde ao cabo de um curto espaço de tempo pararam, mandando os táxistas sair os seus ocupantes, dizendo-lhe de seguida que ali teriam de esperar até que outros táxis os viessem buscar. O que não tardaria, no seu dizer. Era só mais um tempinho de espera. Estava tudo combinado.

Nada agradável, claro. Mas afinal de contas o que podiam fazer os pobres viajantes? Nada. Apenas esperar, esperar. Quanto tempo? Não o sabiam. Esperavam entretanto que não fosse tanto como o

26

tar dos seus corações, cada vez mais apertados. Cada vez mais frágeis. Cada vez mais à beira do desfalecimento.

Por quanto mais tempo iriam suportar naquelas condições atmosféricas? Com a neve a cair-lhe em cima e a temperatura tão baixa. Era arrepiante. A espera cada vez mais insuportável. Não iam resistir. Pensavam, sem nada dizer. Pois não se podiam desanimar uns aos outros. Já que só uma forte força interior lhe podia valer naquele caso. Havia pois que a manter firme e intacta.

Eram homens avessos a qualquer religião. Mas naquele caso tinham de acreditar no menino Jesus. E na verdade o que já lhe parecia quase impossível aconteceu. E o seu coração pulou de alegria quando ouviram umas viaturas na estrada, enquanto viam luzes que se aproximavam. Eram as primeiras que ouviam desde que ali tinham parado para se esconder. E já era bastante noite. São eles, exclamaram os oito homens ao mesmo tempo. Levantando-se meio trôpegos e ton-tos. Com as pernas a tremer. Mas os corações aliviados. Tinham sido três horas de um grande suplício. Mas tinham conseguido mais uma vez suportar tal inferno. Que poderiam eles fazer, senão esperar? Estavam portanto entregues à sua sorte. Ou melhor dito, à vontade dos outros. Neste caso, dos passadores.

Eram na verdade os taxistas espanhóis, já que da estrada alguém deu sinal. Era com eles, claro. Não havia mais ninguém por ali.

Terminando assim mais uma fase de uma perigosa aventura. Afinal, uma viagem cheia de sobressaltos. Mas contra tal nada podiam os emigrantes a salto fazer. Só lhe restando manter a esperança bem viva.

Depressa entraram nos carros, partindo de seguida estrada fora, não demorando muito sem passarem por Madrid. Cidade cheia de cor e luz, mas que aos angustiados emigrantes clandestinos nada dizia. O pensamento deles estava em Paris. Pelo menos para lá da fronteira, onde a liberdade e o sonho de uma vida melhor os aguardava. Mas ainda estava tão distante.

Os carros avançaram rapidamente pela estrada fora. E Madrid ficava já na retaguarda. Agora era sempre em frente, a caminho da fronteira, mas para lá dos Pirenéus. Que alívio!

29

A certa altura as viaturas pararam junto de um restaurante e os esfomeados viajantes puderam saciar o seu estômago com mais uma boa sopa quente, que era o que mais precisavam para aquecerem.

Tudo estava pago. Ou tinham sido os taxistas, ou os passadores que por ali teriam passado antes, e deveriam ter contactos no restaurante. Eram habituais esses contactos. Pois muita gente comia do tacho. O tacho que era a emigração clandestina. Que deixava uns descapitalizados e endividados, para encher os bolsos de outros. Pois sempre na vida houve um aproveitamento da desgraça alheia. Era naquele caso e em muitos outros. Era ontem e é hoje. Infelizmente para muitos emigrantes clandestinos, que ainda neste Século XXI continuam a demandar outros países para fugirem das suas misérias.

Mas voltemos atrás.

Depois de retemperadas as forças a aventura recomeçou. E os viajantes pensavam: Quantas mais peripécias negativas teriam eles de enfrentar? Era uma pergunta que eles se faziam enquanto os carros deslizavam velozmente pela estrada. Mas como era óbvio, ninguém lhe poderia responder. Só o futuro. E o futuro era nesse caso mais adiante. E seria para esquecer. Pois esse curto espaço de tempo pregou-lhe a maior partida das suas ainda curtas vidas. Uma partida que acabava com o seu lindo sonho. E não só com o sonho. Acabava mesmo com a sua liberdade. Pois já não bastava o que até ali tinham sofrido. Ainda tinham de levar a machadada final. Já que ao passarem pela cidade de Vitória foram interceptados pela guarda civil-espanhola, que ao verificarem que estavam na presença de emigrantes clandestinos não estiveram com meias medidas, fazendo estes sair das viaturas, levando-os para a prisão daquela cidade. A mesma onde o seu companheiro de deserção, o JT, tinha sido aprisionado pelas mesmas autoridades espanholas. Não sabendo os infelizes viajantes se isso seria pura coincidência, ou algo preparado.

Talvez tudo preparado pelos taxistas espanhóis, de comum acordo com as autoridades daquele país. E porque não, com as autoridades portuguesas? Já que Franco era parceiro íntimo de Salazar, como se

30

sabe. Portanto os compadres estariam de mãos dadas em defesa das suas doutrinas. Já que ambos reprimiam os seus concidadãos.

E ali estava o resultado de tal doutrina política. Oito homens presos em nome de uma política injusta e infame. Uma política ditatorial que não respeitava nada nem ninguém. Dos dois lados da fronteira. E tinham apanhado aqueles oito homens nas suas malhas. Dessa vez nenhum dos táxis tendo conseguido escapar à barreira policial. Certamente porque haveria cumplicidades. Era a ideia com que ficavam aqueles infortunados. Já presos e algemados como se fossem perigosos bandidos. Que agora olhavam desesperados em seu redor e não viam escapatória possível. Nem viam sinal dos passadores. Já que estes teriam escapado ilesos, pois estavam legal e ninguém os prenderia, não conhecendo as autoridades a sua ilegal actividade.

Possivelmente já teriam dado meia volta e regressado a Portugal. Era o mais certo. Ninguém ficou a saber ao certo. Era assim que essa gente actuava quando se viam apertados. Deixavam a sua carga humana abandonada, como se fossem sacos de café de contrabando.

Mas os contrabandistas não enganavam ninguém. Apenas se defendiam, fugindo aos seus perseguidores. Por contra os passadores deixavam seres humanos nas mãos dos algozes. E neste caso concreto, cinco deles desertores do exército português. O que as autoridades espanholas desconheciam. Pois nem sequer os passadores tiveram conhecimento da verdadeira identidade daqueles jovens alentejanos. Já que era um segredo bem guardado pelos próprios. Nem os seus três outros companheiros de ocasião o tinham desconfiado em caso algum. Mas naquele momento a sua situação não era nada famosa. Já que tinham caído na rede montada pelas autoridades espanholas, e metidos de imediato na prisão de Vitória. Empurrados como animais para dentro de uma jaula, ou fosse a cela da prisão, onde passaram a noite. Vendo tombar a brnca neve através de uma minúscula janela, bem protegida por grossas barras de ferro. De onde o mais experiente bandido não escaparia. Certamente. E também não estava no horizonte daqueles cinco desertores arriscarem uma fuga da prisão. Pois haveria de ser o que Deus quisesse. Diziam eles entre si, enquanto

31

desolados esperavam pelo dia seguinte. Mas claro que nenhum pregou olho em toda a noite. Pois quem teria vontade de dormir naquelas condições? Depois de tanto dinheiro gasto e tanto sacrifício para nada. Mas na verdade restava-lhe apenas esperar para ver no que aquilo dava. O mais certo seria serem recambiados para Portugal no dia seguinte. Mas isso não aconteceu, pois no dia seguinte não foram recambiados para Portugal, mas sim separados em dois grupos, e metidos em duas camaratas maiores e um pouco mais confortáveis. Onde tinham uma cama para cada. E onde podiam descansar da dura aventura passada. Com janelas maiores, de onde podiam também admirar o panorama da queda de neve que não parava um instante, cobrindo agora tudo até onde a sua vista alcançava, que não era muito distante. Claro. Mas o suficiente para compreenderem que estavam metidos num beco sem saída. Ou talvez com uma saída possível. A prisão militar em Portugal. No caso dos desertores. Para os outros três não haveria grandes complicações. Apenas dinheiro perdido. Sofrimento e mágoa. E o sonho gorado. E possivelmente ao serem recambiados para Portugal seriam julgados por tentativa de emigração ilegal. Com as consequências já citadas. Para os cinco alentejanos era diferente. Já que eram desertores do exército português. Sentindo um enorme peso sobre os ombros, mas não podendo ainda desanimar. Pois sabiam que enquanto houvesse vida haveria esperança. Que era um ditado muito antigo e certo. Então só tinham de se agarrar a essa mesma esperança. Nada mais havia a fazer, do que esperar até ao fim. O destino tinha-lhe sido cruel. Tal como ao seu amigo JT, que nessa altura estava na prisão militar. Mas naquele caso estes últimos ainda estavam em Espanha, não sabendo ao certo o que as autoridades espanholas iriam fazer com eles. Mas em princípio seria entregá-los na fronteira portuguesa, e aí alguém se preocuparia em colocar na ordem os cinco foras-de-lei. Por isso estes tinham de montar uma estratégia para o que desse e viesse. Pois talvez ainda pudessem escapar das malhas das autoridades portuguesas, caso estas não viessem a conhecer a sua verdadeira identidade. Era uma hipótese remota, mas possível. Poderiam os seus nomes

32

tores. O que continuava a parecer-lhe muito estranho, mas vinha mesmo a calhar. Pois talvez assim pudessem ter uma escapatória. Talvez pudessem voltar em breve para os seus velhos bairros de lata, perto de Lisboa, quase dentro da capital. Iam esperar. E naquela altura com a esperança redobrada.

Assim que ficaram na prisão de Almeida foram divididos por duas grandes celas, com uma cama para cada um. Podendo contactar uns com os outros sem problemas. O que era bastante agradável. E mais contentes ficaram quando souberam que dentro de um ou dois dias iam ser presentes a Tribunal para responderem por tentativa de emigração ilegal, que no entender do carcereiro, o mais que poderia acontecer, e na pior das hipóteses, era apanharem dois anos de pena suspensa e multa. O que não era nada, comparável à pena que os alentejanos apanhariam se fosse descoberta a sua condição de desertores. O que para estes era uma notícia fabulosa. Esperando apenas que em Tribunal não fosse deslindada a verdade sobre eles. Confiavam que não. Afinal tinha valido a pena a sua firmeza perante o interrogatório da PIDE. Não tinham metido água. Ainda bem.

E como lhe tinha sido afirmado pelo carcereiro, ao cabo de dois ou três dias foram presentes a Tribunal, sob escolta, mas sem algemas. O que já era muito diferente de tudo quanto tinham vivido em Espanha, desde que tinham sido interceptados em Vitória. E aparentemente as coisas estavam a ficar boas para o seu lado. Sobretudo dos desertores, pois os outros estavam tranquilos. Nada tinham a temer. Apenas tendo perdido o dinheiro dado ao passador, e o contra-tempo sofrido na viagem. O que era um passo negativo nas suas vidas, mas recuperável. E os alentejanos, se tudo corresse como previsto, também iriam sair daquela embrulhada melhor do que alguma vez tinham imaginado. Sobretudo a partir do momento que foram presos em Espanha, quando viram ruir o seu sonho. O qual agora se mantinha ainda de pé. Pelo menos por enquanto, e naquele caso.

Em Tribunal foi-lhe anunciado o resultado de tal situação, ainda que provisória. Não podiam ainda ser julgados, mas sim mais tarde.

41

Naquele caso, quem tivesse dinheiro e quisesse pagar a fiança, ou a caução, como se dizia, poderia sair em liberdade naquele dia, entregando os correspondentes dois mil escudos de caução. Os que não pudessem, ou não quisessem pagar essa soma, teriam pois de aguardar pelo julgamento na prisão de Almeida. O que não era nada agradável. Sobretudo para os cinco desertores que a qualquer momento poderiam ser desmascarados, sofrendo as consequências previstas. Não podiam portanto estes ficar detidos por muito tempo, sob pena de saírem dali directos para a prisão militar, caso se descobrisse a verdade sobre os mesmos. O que poderia acontecer, caso houvesse troca de informações entre comarcas, que poderia ser o mais natural.

Poderiam em último caso aqueles jovens tentar a fuga da prisão, ou mesmo naquele dia, no Tribunal, quando nem estavam algemados, e nem se viam autoridades suficientes para os deter nos seus intentos. Mas isso estava fora de questão. Pois não iam deitar tudo a perder, quando estavam tão perto da liberdade. Seria uma loucura pensar tal coisa. Tinham pois de manter a calma a todo o custo.

Mas o pior é que aqueles alentejanos não tinham dinheiro suficiente para pagarem a sua caução. Apenas tinham dinheiro para a caução de dois ou três deles. E não iam portanto sair uns em liberdade, enquanto outros ficavam ali presos. Já que estavam metidos na mesma embrulhada, dela tinham de sair juntos. Ou saíam todos, ou não saía nenhum. Era o que diziam entre si.

E foi o que fizeram. Voltaram todos para a prisão de Almeida, onde pensariam melhor no que decidir. E o que decidiram foi simples. Iria um só deles pagar a sua fiança, o qual se deslocaria à sua aldeia para falar com os familiares dos outros quatro, na tentativa destes arranjam dinheiro para os que ficavam em prisão pagarem por sua vez a caução em tribunal, e assim poderem sair todos em liberdade, que era tão necessária para saírem da boca do lobo.

Dito e feito.

Mas naquele momento outro dilema se colocava:

- Qual deles iria pagar a caução para sair em liberdade e levar por diante tão melindrosa missão? Havia que decidir qual o felizar-

42

muito a tais crianças. Mas tinha este casal agora uma vida própria. Sobretudo, pensando já no seu bebé que vinha a caminho.

Não podiam portanto estar agarrados a sentimentalismos. Era altura de mudarem de rumo. E o rumo só poderia ser com destino a França. E sem tentarem não conseguiriam lá chegar. Era evidente. E nesse princípio do mês de Fevereiro partiu o jovem casal rumo ao Alentejo, onde o BC pensava arranjar um passador que o levasse para França, através de alguém conhecido. O que não foi fácil.

E não conseguindo logo tal objectivo, o citado teve de arranjar trabalho no campo, pois não podiam estar duas pessoas sem ganhar um tostão. E apesar dos salários na sua aldeia continuarem baixíssimos, sempre era melhor do que nada. Como era óbvio.

E querendo o jovem casal viver a sós, conseguiram um alojamento para viverem uns tempos, de umas pessoas amigas que estavam na Suíça, os quais tinham a sua habitação desocupada, deixando o casal habitar na mesma até encontrarem melhor solução.

Claro que o BC teve de contentar-se com o trabalho que havia a fazer nessa altura, que era os cortes das azinheiras. Ou fosse a poda. Trabalho muito violento e arriscado, pois era feito sobre a copa do arvoredado, com uma machada em punho, cortando as pernas que estivessem a mais nas árvores. Trabalho que tinha de ser feito com certa regularidade, para desembaraçar o arvoredado da lenha desnecessária, a qual crescia todos os anos.

Era um trabalho que o jovem em questão não fazia desde que em Outubro de 1963 tinha entrado no serviço militar. Por essa razão não foi nada fácil a adaptação a tal serviço. Mas teve de se habituar. Não tinha outro remédio. De qualquer forma o jovem estava habituado a fazer todos os trabalhos do campo, o que não lhe causava qualquer receio. O pior é que tinha levado vários anos sem fazer tal trabalho, o que dificultava a tarefa. Sobretudo nos dias em que chovia e tinha de andar sobre o arvoredado, arriscado a escorregar e cair das árvores, com as naturais consequências.

E se aquelas árvores eram enormes e altas!.. Árvores com centenas de anos, talvez. Criadas na planície alentejana. Terras de barro.

95

Mas com mais ou menos dificuldades o BC depressa voltou a habituar-se a tal trabalho, e outros mais que lhe apareceram, mantendo-se na sua aldeia até finais de Maio do ano em questão. 1971.

Nessa altura tinha este conseguido arranjar um passador que o levaria para França a salto. Cujo passador era natural da aldeia vizinha, Aldeia Nova de São Bento. Terra da sua esposa.

E no dia trinta de Maio, quase à noitinha, lá partiu mais uma vez o BC a salto para França. Na expectativa de lá conseguir chegar dessa vez. Pois seria uma calamidade não o conseguir. E nessa altura ainda pior, já que era casado e deixava a esposa grávida de cinco meses. E ainda por cima, com uma dívida maior. Já que mais uma vez teve de pedir dinheiro emprestado para levar por diante tal aventura. Aventura que era o seu sonho. Não que o fizesse por simples prazer ou mero capricho, mas sim por necessidade. Pois era a única forma de sair da cepa torta. Cepa torta que era a vida da maioria dos portugueses que trabalhavam por conta de outrem. Sobretudo quando se tratava de camponeses e outros operários. Os quais ganhavam salários miseráveis e eram oprimidos pela ditadura, ainda por cima.

Partiu então o BC, deixando a sua esposa em casa da mãe desta, que era uma senhora viúva, como já foi referido. E que tinha uma outra filha também ela viúva, e uma bebé de dois anos a viver consigo. Portanto uma família com muitas dificuldades, como era natural. Mas onde a jovem esposa do referido BC seria muito estimada e protegida. Por isso podia este partir confiante e tranquilo quanto a esse factor. Que era o mais importante.

E claro que a abalada nessa segunda tentativa de emigração a salto era para o dito muito mais difícil do que na primeira vez, apesar de não andar já desertor do exército e não ter esse inconveniente por diante. Mas custava agora mais a partida porque este já deixava uma esposa à sua espera e ainda por cima grávida de cinco meses. O que era sem dúvida muito aborrecido. Mas tinha de ser. Não havia outra forma de orientar a vida por cá. Ainda que nem todos fossem

96

obrigados a sair do país para conseguirem governar a vida. Também era verdade. Mas o BC tinha metido isso na cabeça há muitos anos e não descansaria enquanto não fosse para França. Sabendo este que por lá poderia encontrar um melhor futuro para si e para sua esposa e futuro filho, quando fosse possível. Era essa a sua natural ambição.

Construir em França o que em Portugal não conseguiria. Um futuro mais seguro. Uma vida mais cómoda. E sobretudo, num país livre, como era a França. País que já tinha acolhido milhares e milhares de portugueses. Uns, a salto, outros pela emigração legal. Outros exilados... Todos com o mesmo objectivo. Fugir da ditadura. Em procura de uma vida melhor. Um futuro mais estável.

Com o BC dessa vez iam mais três homens da terra da sua esposa. Um irmão desta, o qual já tinha regressado da guerra do ultramar, e mais dois amigos da mesma aldeia. Todos com o mesmo sonho em mente. Ultrapassarem os Pirenéus. Mas para tal tinham de ultrapassar a vizinha Espanha. E o BC sabia bem o quanto isso era difícil, pois já tinha sido esbarrado no caminho uma vez, pela guarda civil, espanhola, quando ao longe já avistava os Pirenéus. Como também já foi narrado. E que triste fim tinha tido essa aventura...

Era afinal mais uma tentativa. E se não fosse à segunda, da terceira não passaria. Dizia o ditado. Às três seria de vez. Talvez não fosse preciso uma terceira vez. Esperava o próprio.

Nessa noite de trinta de Maio de 1971 passaram então a fronteira a pé, com a pouca bagagem à mão, justamente pelo cimo da serra de Ficalho, lugar mais seguro, no entender do passador, acompanhados por este. Cujas experiencias não deixava dúvidas, pois o dito homem conhecia muito bem a fronteira e os pontos vitais para uma passagem segura. Ou não fosse este um dos muitos contrabandistas desta zona fronteiriça. Mas esse homem não era o responsável por levar os emigrantes a salto até França. Ele apenas os passava para lá da fronteira da Espanha. Do outro lado da fronteira uma outra pessoa tomava conta dos emigrantes clandestinos para os levar ao seu destino. Neste caso concreto, uma senhora. A qual tinha residência em França e fazia o mesmo trajecto e esse serviço clandestino regularmente.

97

Em parceria com o homem que estava do lado de cá. Que era irmão do marido da dita mulher. Enquanto o seu marido estava em França aguardando pelo dinheirinho dos emigrantes clandestinos. Boa forma de arranjar umas massas largas. Não restavam dúvidas. Mas se os candidatos a emigrantes queriam chegar ao seu destino, tinham de desembolsar a massinha. Pois nada se fazia de graça. Era óbvio. Mas se desse resultado, valia a pena. Era mais que evidente. Por isso não faltavam candidatos a emigrantes a salto. Assim como não faltava quem fizesse o trabalho sujo. Que neste caso se conjugava com o interesse dos emigrantes clandestinos. Por essa razão despendiam estes somas que por vezes nem tinham. Como era o caso do BC, que como já se disse, ainda devia o primeiro dinheiro que tinha pago ao passador da outra vez, e ingloriamente. E desta segunda vez até era metade do dinheiro que tinha largado da primeira vez. O que parecia impossível. Pois tinham sido dez mil escudos da primeira vez, e seriam apenas cinco mil dessa segunda vez. O que não deixava de ser vantajoso. Claro. E melhor ainda: Da primeira vez tinha entregado ao passador de mão beijada os dez mil escudos, ao sair da Amadora, e nessa segunda vez só entregou dois mil e quinhentos escudos. Os outros dois mil e quinhentos seriam entregues ao passar da fronteira francesa. O que sem dúvida era muito mais honesto. Assim não perderiam a totalidade do dinheiro caso as coisas corresse para o torto. Era um facto. Mas da primeira vez o BC e os seus companheiros não tinham escolha, atendendo à situação em que se encontravam. Vendo-se metidos entre a espada e a parede. Não tiveram escapatória. Nem com o dinheiro, nem com o resultado da aventura, que saiu gorada. Mas isso eram tempos passados, que tinham de ser esquecidos. Ainda que a dívida continuasse às costas do lesado.

Mas enfim, ali estava um dos tais aventureiros de novo ao assalto da França. E esperava ter mais sorte dessa vez. Pelo menos não tinha o receio de cair na prisão militar novamente, pois essa situação tinha ficado definitivamente resolvida, com quarenta meses que por lá passou. Tudo tinha então ficado para trás. O futuro era mais uma vez em frente. E ali estava ele e os seus novos três companheiros no

98

outro lado da fronteira, depois de terem feito uns quilómetros a pé até ao Rosal, localidade onde entraram, depois da fronteira passada. Naquela pequena aldeia fronteiriça encontraram então a dita passadora. Ficando numa pequena casa daquela aldeia, até alta madrugada. E nessa mesma madrugada do dia 31 de Maio de 1971 lá partiram num táxi até Badajoz, para onde a passadora estaria combinada com o taxista, que deveria ser pessoa sua conhecida. Pois aquilo era tudo uma rede bem montada. Mas que às vezes saía furada. E o BC bem o sabia, por isso não estaria descansado enquanto não estivesse em França. Já tinha sido bem escaldado uma vez.

E os primeiros passos e os primeiros obstáculos estavam conseguidos sem qualquer dificuldade, o que já eram boas perspectivas. Ao contrário da primeira vez, em que a seguir à fronteira, o BC e os seus outros companheiros desertores tinham ficado toda uma noite e umas quantas horas da manhã seguinte, enfiados debaixo de uma pequena ponte, com um frio de cortar à faca. E sem qualquer agasalho, que não fossem as roupas que traziam no corpo. Portanto bom sinal dessa segunda vez. Sobretudo não fazia frio naquela altura do ano, o que também já era melhor. O pior seria ultrapassarem toda a Espanha sem darem nas vistas. Mas confiavam na passadora. Por essa razão lhe pagariam a segunda metade do dinheiro só depois de passarem a fronteira francesa, o que era uma prova de confiança da parte da senhora. Sem dúvida.

Assim que o táxi chegou a Badajoz os quatro companheiros de aventura foram levados para um pequeno café daquela cidade espanhola, onde ficaram a aguardar fechados numa pequena dependência do mesmo, para não serem observados por qualquer um desconhecido, que deitasse tudo a perder. O que era normal. Só que ao cabo de uma hora, mais ou menos, começaram a surgir os problemas naquele café. Já que apareceu um espanhol, que, dizendo-se dono do estabelecimento exigiu certa soma aos clandestinos viajantes, por estarem albergados no seu estabelecimento. Que seria mais um ninho de cascavel, pelos jeitos. E claro que os quatro viajantes não iam no jogo. Pois se ali estavam não tinha sido a seu pedido, mas por ordem da

passadora. E se alguém tinha de pagar a alguém, era a passadora e não os quatro clandestinos, que já tinham pago a esta, o combinado. A viagem seria portanto por conta da dita senhora. Mas o espanhol não aceitou uma recusa, e logo foi buscar outro capanga. E entre os dois voltaram a ameaçar os desamparados viajantes, dizendo que, se os mesmos não lhe dessem o dinheiro exigido iriam denunciá-los à polícia espanhola. O que seria pura chantagem. Talvez. Vendo-se os quatro viajantes aflitos, sem saber o que fazer. Pois se entregassem o dinheiro que tinham aos capangas, não teriam para dar à passadora, ao chegarem a França. Como combinado. Pois os pobres homens tinham arranjado o dinheiro para o passador muito à justa. Como era natural. E de qualquer forma não estavam dispostos a ceder à vontade daqueles oportunistas. Resolvendo fazer-lhe frente, ameaçando ser eles mesmo a denunciá-los à polícia espanhola, pelo que estava a acontecer naquele covil. Virando-se o feitiço contra o feiticeiro. Já que a sua firme oposição surtiu efeito, e os intrujões cederam a passagem, deixando sair os quatro portugueses clandestinos sem mais exigências. Provando assim que a sua ameaça era pura chantagem para apanharem algum dinheiro extra. Quem sabe se de comum acordo com a passadora? Era bem provável, já que afinal seria tudo farinha do mesmo saco. Gente que só queriam explorar os outros, não se importando nada com as dificuldades que a maioria dos emigrantes a salto tinham para conseguir tal dinheirinho. Na maioria das vezes, dinheiro emprestado por alguém. Como era o caso do próprio narrador destes episódios, e era também o caso do seu cunhado. E possivelmente seria o caso dos outros dois companheiros de viagem. Não foi abordada essa questão, com certeza, mas era o mais provável. Pois a miséria andava à solta por todos os lares destas aldeólas alentejanas. Quem não a conheceu? Todos os camponeses, claro.

Entretanto, e quando os desesperados clandestinos se preparavam para sair daquele antro, apareceu a passadora, pedindo desculpa por aquela situação, dizendo que nada sabia do que estava a acontecer aos seus clientes. O que deixava muitas dúvidas. Mas tudo não pas-

sou de um grande susto. E para sustos já bastavam os que o BC tinha sofrido nos últimos seis, sete anos.

E depois do assunto resolvido em favor dos quatro decididos clandestinos, a passadora levou estes para a estação de caminho de ferro de Badajoz, perto do ninho de serpentes.

E finalmente o comboio não levou muito tempo a partir, e com os bilhetes em mão, pagos pela dita senhora. E dessa forma lá avançaram os quatro viajantes para mais uma longa e sobressaltada viagem. E dessa segunda vez tal viagem não se fazia de táxi, tal como tinha acontecido com o BC em Dezembro de 1964, mas sim de comboio. O que talvez fosse mais seguro. Ou talvez não. Quem saberia?

O certo foi que, durante a viagem os quatro viajantes voltaram a ter problemas, já que a certa altura da viagem foram chamados a um compartimento do comboio onde lhe foram feitas umas quantas perguntas bastante estranhas, que deixaram estes assustados. Mas foram mandados voltar para o seu lugar na carruagem. Havendo mesmo a intenção entre os jovens em sair na próxima estação, antes de serem apanhados nas malhas das autoridades espanholas. Mas a passadora lá os demoveu, dizendo que não estivessem preocupados com aquelas recentes perguntas feitas, já que era bastante natural...

E realmente a partir dali a viagem decorreu sem qualquer outro problema até à fronteira com a França. E assim que o dito comboio parou na fronteira, ainda no lado de Espanha, a passadora aconselhou os quatro homens a sair pela retaguarda do mesmo, fazendo a passagem para o outro lado, paralelamente ao comboio, mas do lado oposto da normal saída dos passageiros. E, em uma ou duas centenas de metros percorridos ficaram os quatro homens em terras de França. Sendo muito mais fácil do que alguma vez tinham imaginado. Pois sempre tinham ouvido falar que a passagem pela fronteira tinha de ser feita a pé, em plenos Pirenéus. Pois não podia o BC esquecer-se do que tinha sofrido em 1964 mais os outros seus companheiros para fazerem tal viagem e sem êxito. Por essa razão só tinha motivos para estar satisfeito da vida, apesar das complicações da viagem, que, comparada ao que ele e os seus camaradas tinham sofrido dessa

101

outra vez, não tinha comparação possível. Era um facto. Metade do dinheiro pago, e sem qualquer sofrimento de maior. A não ser o caso passado no café de Badajoz. Mas estava já em França. Destino que ambicionava há muito. Por essa mesma razão quando a passadora se dirigiu a ele para fazer o resto das contas, ele pegou no dinheiro e deu - o a esta de boa vontade. Ao contrário dos seus três companheiros de viagem, que não estando habituados a tais percalços, se recusaram em dar o restante dinheiro à desolada senhora, que chorava, dizendo que ia levar pancada do marido quando chegasse a casa. E perante tal situação o próprio BC sentiu um certo desconforto, mas não podia fazer fosse o que fosse para demover os seus companheiros, que se tinham sentido traídos pela dita senhora, quando esta os envolveu na complicada situação em Badajoz. E realmente também estes tinham as suas razões para estarem descontentes. Era evidente. Mas talvez nem a desolada senhora tivesse culpa. Também era possível. No entanto os três homens não estiveram pelos ajustes e negaram redondamente pagar os dois mil e quinhentos escudos combinados. E os dois mil e quinhentos escudos pagos à cabeça, talvez fossem suficientes para pagar uma viagem tão atribulada. Era também possível. E a dita senhora não podia de forma alguma queixar-se às autoridades francesas, sob pena de ter de responder pelo seu crime de angariadora de emigrantes clandestinos. Pelo que esta se acomodou, deixando os três homens em paz no seu cantinho na estação de Andaya, enquanto estes pensavam por onde começar, pois a partir dali já não era com a passadora o resto do trajecto a fazer. E cada qual tinha de se desenrascar como podia. O que também não seria nada fácil para quem não sabia uma palavra de francês e tão pouco dinheiro nos bolsos. Mas o principal objectivo tinha sido alcançado. Pois estavam já em terras de França. Que era tudo o que mais desejavam. Quanto ao próprio BC tinha este o rumo bem definido. Não se apresentaria às autoridades fronteiriças, seguindo até Paris, onde a sua família o esperava. Mas não podia convidar os colegas a seguir viagem consigo. Nem tão pouco o seu próprio cunhado, infelizmente, pois sabia muito bem que ele próprio já seria um fardo para a sua

102

família. Já que as condições de alojamento em que estes se encontravam era muito péssimas. Portanto não ia o BC aparecer em casa da sua família com mais uma pessoa atrás, mesmo sendo seu cunhado. O que lhe custava um pouco, mas nada podendo fazer para mudar tal situação. Ele próprio iria sentir muitas dificuldades. Como era de esperar. De qualquer forma na fronteira era o lugar ideal para quem ia naquelas condições de clandestinidade se apresentarem às autoridades francesas, pois só estas tinham competência para resolver tal situação. Pois ali poderia o seu cunhado e restantes colegas obterem um contrato de trabalho. E foi o que dois dos ditos companheiros de viagem fizeram. Dirigindo-se àquele posto fronteiriço, onde após um exame médico lhe seria apresentado um contrato de trabalho. O trabalho a fazer e local para onde iriam pouco importava. O que eles queriam era arranjar trabalho para ganharem algum dinheiro. Por isso tinham saído de Portugal a salto. Mas um desses jovens teve azar. Pois nos exames efectuados foi-lhe detectado um problema no coração, não lhe sendo concedido o tão necessário contrato de trabalho, por razões de saúde, sendo aconselhado a regressar a Portugal imediatamente. O que o infeliz jovem viria a fazer ainda nesse dia. Depois de tanta despesa e tanto sacrifício, uma viagem em vão. E era lamentável que assim fosse. O cunhado do BC teve mais sorte, pois conseguiu um contrato de trabalho para a longínqua Ilha da Córsega. Lá para os confins do Mediterrâneo. O que era muito aborrecido, mas sempre melhor que nada. Pois sabia este que um dia poderia ter os documentos legais em mão, podendo então deslocar-se até Paris. Foi o combinado entre ambos. Um dia iriam encontrar-se finalmente em Paris. Mas naquela altura tinha de ser assim. Não seria o ideal, com certeza, mas sim o possível. Já que era mesmo assim a vida dos emigrantes. Sobretudo dos que partiam a salto. Não havendo outra alternativa. Pior viria acontecer ao quarto elemento do grupo, já que este assim que passou a fronteira francesa entrou em completa depressão, e só falava em regressar a casa de qualquer maneira. Nem pedindo um contrato de trabalho no posto fronteiriço. Preferindo pois regressar a Portugal e a casa, no mesmo dia, e logo

103

que fosse possível. Juntando-se assim ao outro a quem tinha sido recusado o contrato de trabalho por motivos de saúde. Regressando os dois infelizes emigrantes clandestinos a Portugal antes de conhecerem o sabor da vitória. Sendo para eles uma grande derrota tal aventura. Não valendo de nada a normal insistência dos que ficavam em França, na tentativa de demoverem o quarto elemento da ideia de regressar a casa, só porque as saudades falavam mais altas do que a sua vontade em prosseguir viagem. Que mal vinha de pôr os pés em território francês. O que aparentemente seria ridículo, mas nada se podendo fazer contra a sua expressa vontade. Apenas aceitar. E os dois jovens regressaram a casa tal como partiram. Depois de estarem em Andaya, solo francês. Que ironia do destino. Tanto trabalho para nada. Tanta despesa inútil. Mas era mesmo assim a vida dos que tentavam partir a salto. Não seriam os primeiros a sofrer tais consequências. Nem seriam tão pouco os últimos. E o BC já sabia o que isso custava. Pois bem caro lhe tinha saído a sua primeira tentativa clandestina. Compreendia muito bem o que isso significava. Por isso tinha de seguir em frente. Já que tinha uma dívida às costas e teria de a pagar um dia. Não podia recuar. Apesar de também lhe custar muito ter deixado a esposa grávida em Portugal. E quem não sentiria o mesmo? Era por ela e pelo seu futuro filho que mais do que nunca valia a pena insistir naquela aventura. Pois só em França poderia encontrar uma vida melhor. Que melhor também seria para os seus. Seu principal e único objectivo. E não pelo prazer de emigrar. Como era óbvio. Tal como hoje ainda acontece infelizmente.

E enquanto os dois infelizes companheiros de viagem iniciavam o regresso a casa, sem quase terem tempo de pôr os pés em território francês, o cunhado do BC ficava esperando a partida para a Ilha da Córsega, já com um contrato de trabalho nas mãos. Onde viria a trabalhar na agricultura durante uns largos meses até conseguir a carta de trabalho, indo mais tarde ter a Paris.

E depois de ter tirado um bilhete de comboio para Paris, o BC seguiu então a sua viagem dando voltas à cabeça, pensando nos dois companheiros que regressavam a Portugal pelos motivos conhecidos.

104